



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

SELMA MARIA DE ARAUJO

**ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA UFCG COM
BASE NA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
A3P**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CAMPINA GRANDE - PB

2018

SELMA MARIA DE ARAUJO

**ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA UFCG COM
BASE NA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
A3P**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Recursos Naturais”.

Área de Concentração: Sociedade e Recursos
Naturais.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento,
Sustentabilidade e Competitividade.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lúcia Santana de Freitas.

CAMPINA GRANDE - PB

2018

A663a Araujo, Selma Maria de.
Análise das questões socioambientais na UFCG com base na Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P / Selma Maria de Araujo. - Campina Grande, 2018.
170 p. : il.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2018.
"Orientação: Profa. Dra. Lúcia Santana de Freitas".
Referências.

1. Universidade. 2. Práticas Socioambientais. 3. Gestão Ambiental. I. Freitas, Lúcia Santana de. II. Título.

CDU 35.08:502.13(043)

SELMA MARIA DE ARAUJO

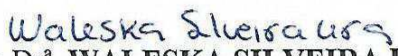
“ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA UFCG COM BASE NA AGENDA
AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P.”

APROVADA EM: 22/08/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a **LUCIA SANTANA DE FREITAS**
Orientadora principal


Prof. Dr. **GESINALDO ATAÍDE CÂNDIDO**
Examinador interno


Prof.^a Dr.^a **WALESKA SILVEIRA LIRA**
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus que me fortalece e me dá discernimento.

À minha família pela compreensão pelas minhas ausências nesse período de estudo.

A realização deste trabalho não teria sido possível sem os ensinamentos da minha orientadora e o apoio de muitas outras pessoas. Assim apresento os meus sinceros agradecimentos a todos e em particular:

- À Professora Doutora Lúcia Santana de Freitas, da Unidade Acadêmica Administração do CH, vinculada ao PPGRN, pela sua amabilidade, presteza, confiança e paciência mantidas durante todo o tempo, por seus ensinamentos, pelo primor na orientação e pelo seu incentivo contínuo, sem os quais os objetivos deste trabalho não teriam sido atingidos.
- Ao Professor Doutor Vicemário Simões, atualmente Reitor da UFCG, pela confiança, a quem manifesto o meu reconhecimento por ter acreditado na minha proposta de trabalho na instituição.
- À Professora Vânia Sueli Guimarães, da Unidade Acadêmica de Letras do CH, atualmente Pró-Reitora da PRGAF, minha amiga, que sem a sua ajuda a coleta de dados teria sido bem mais difícil. Quero, por isso, agradecer-lhe pela sua disponibilidade e incansável vontade de me ajudar.
- A todos os colegas da instituição, respondentes da pesquisa, que prontamente atenderam às minhas solicitações, dedicando parte do seu tempo para responder questionários.
- Às Bancas de Qualificação e Examinadora por aceitarem os convites para avaliação e pelas contribuições.
- Aos meus colegas de trabalho e às minhas amigas, em especial à Hermília, pela força, amizade, incentivo e confiança que me fortaleceram.

E, por fim, a todos os outros aqui não nominados, mas lembrados, que de alguma forma me apoiaram e fizeram parte dessa minha caminhada, toda a minha gratidão.

*“A Terra tem o suficiente para todas as
nossas necessidades, mas somente o necessário”.*

Mahatma Gandhi

*“De uma nova consciência pode surgir a criação de um novo
mundo, mais justo e sustentável. Estamos falando nada menos que
reinventar a nós mesmos, reenquadrar nossas percepções, remodelar
nossas crenças e nossos comportamentos, adubar nosso conhecimento,
reestruturar nossas instituições e reciclar nossas sociedades”.*

Hazel Henderson

ARAÚJO, Selma M. de. **Análise das Questões Socioambientais na UFCG com base na Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**. Campina Grande, 2018. 170 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, CTRN - UFCG, 2018.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o tratamento dado às questões socioambientais na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com base nas diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A A3P é um Programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de adesão voluntária, cujo objetivo é alinhar os entes da Administração Pública às práticas que busquem o desenvolvimento sustentável. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de um estudo de caso abrangendo os *campi* e setores da Administração Superior da UFCG. Na trajetória metodológica realizou-se análise bibliográfica-documental e aplicou-se questionários, junto a gestores de setores definidos. No tratamento e análise dos dados coletados foi utilizada a estatística descritiva, com uso de planilhas e gráficos Excel. Constatou-se que a UFCG ainda não definiu a sua Política Ambiental. Constatou-se também que não elaborou o seu Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) e que em maio do corrente ano instituiu Comissão com a essa finalidade. Os resultados apontaram que a UFCG iniciou a sua trajetória rumo à sustentabilidade por meio do desenvolvimento de práticas socioambientais de forma isolada, com baixa adesão à A3P; que apenas um *campus* tem Plano de Gestão Socioambiental (PGS), este nos moldes da A3P, porém sem adesão formal junto ao MMA; e que carece de um órgão com atribuição específica de integrar a comunidade universitária em torno da temática ambiental. As três maiores barreiras à implantação de um PGS na instituição, apontadas pelos respondentes, foram: dificuldades de persuasão à participação de todos, seguida da escassez de recursos financeiros e de tensões entre os diferentes grupos de interesse. Já as principais motivações foram: a promoção da conscientização socioambiental, o caráter socioambiental inerente à Universidade e a economia de recursos financeiros. Diante dessas constatações e das expectativas apontadas pelos respondentes, recomenda-se: priorizar a definição de uma Política Ambiental institucional e constituir uma Comissão Gestora com a missão de desenvolver e implantar um PGS que atenda à Política Ambiental instituída, aderindo a A3P, assumindo assim conduta proativa com relação à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, compromissos assumidos no seu Estatuto.

Palavras-chave: Universidade. Práticas socioambientais. Gestão Ambiental.

ARAUJO, Selma M. de. **Analysis of Socio-environmental Issues at the UFCG based on the Environmental Agenda in Public Administration - A3P**. Campina Grande, 2018. 170 p. Dissertation (Master in Natural Resources) - Postgraduate Program in Natural Resources, CTRN - UFCG, 2018.

ABSTRACT

The present study had as objective to analyze the treatment given to socioenvironmental issues at the Federal University of Campina Grande (UFCG), based on the guidelines of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). The A3P is a Program of the Ministry of the Environment, of voluntary adhesion, whose objective is to align the entities of the Public Administration with the practices that seek the sustainable development. It is characterized as an exploratory-descriptive research, with a qualitative and quantitative approach, carried out through a case study covering the campuses and sectors of the UFCG Superior Administration. In the methodological trajectory, bibliographical-documentary analysis was carried out and questionnaires were applied, together with managers of defined sectors. In the treatment and analysis of the data collected, descriptive statistics were used, using spreadsheets and Excel charts. It was verified that the UFCG has not yet defined its Environmental Policy. It was also verified that it did not elaborate its Sustainable Management and Logistics Plan and that in May of this year it established a Commission with this purpose. The results showed that the UFCG started its path towards sustainability through the development of socio-environmental practices in isolation, with low adherence to A3P; that only one campus has a Socio-environmental Management Plan, this in the form of A3P, but without formal adhesion to the Ministry of Environment; and that it lacks an organ with specific attribution to integrate the university community around the environmental theme. The three major barriers to the implementation of a Social and Environmental Management Plan in the institution, pointed out by the respondents, were: persuasion difficulties to everyone's participation, followed by the lack of financial resources and tensions between the different interest groups. The main motivations were: the promotion of socio-environmental awareness, the socio-environmental character inherent to the University and the saving of financial resources. In view of these findings and the expectations raised by the respondents, it is recommended to: prioritize the definition of an Institutional Environmental Policy and establish a Management Commission with the mission of developing and implementing a Socio-Environmental Management Plan that meets the Environmental Policy established by adhering to A3P, thus assuming proactive conduct regarding the preservation of the environment and sustainable development, commitments assumed in its Statute.

Keywords: University. Social and environmental practices. Environmental management.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– Estrutura do trabalho	30
FIGURA 2– Linha do tempo do Programa A3P	52
FIGURA 3 - Passos para implantar a A3P	57
FIGURA 4 – Mapa de localização dos <i>campi</i> da UFCG no estado	76
FIGURA 5 – Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais	82
FIGURA 6 – <i>Campus</i> de Campina Grande – Entrada principal (a) e bloco da Reitoria (b) ..	112
FIGURA 7 – <i>Campus</i> de Cajazeiras – Entrada principal (a) e Central de aulas (b)	114
FIGURA 8 – <i>Campus</i> de Sousa – Entrada principal (a) e Biblioteca (b).....	116
FIGURA 9 – <i>Campus</i> de Patos: Entrada principal (a) e Auditório e Biblioteca (b)	119
FIGURA 10 – <i>Campus</i> de Cuité – Entrada principal (a) e Museu do Homem do Curimataú (b)	119
FIGURA 11 – <i>Campus</i> de Pombal – Entrada principal (a) e Direção e Biblioteca (b).....	121
FIGURA 12 – <i>Campus</i> de Sumé – Entrada principal (a) e Biblioteca (b)	124

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Síntese dos IAPSs na Administração Superior, por Eixo temático da A3P... 109	109
GRÁFICO 2 – Síntese dos IAPSs nos <i>campi</i> da UFCG, por Eixo temático da A3P	127
GRÁFICO 3 - Principais dificuldades à implantação de um PGS na UFCG.....	130
GRÁFICO 4 - Principais motivações à implantação de um PGS na UFCG	131
GRÁFICO 5 – Expectativas quanto à atuação da UFCG frente às questões socioambientais	133
GRÁFICO 6 – Questões sociambientais mais urgentes na UFCG.....	135

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Linha do tempo das Declarações e Conferências Internacionais envolvendo o tema sustentabilidade nas universidades	32
QUADRO 2 - Síntese dos conteúdos das declarações internacionais sobre sustentabilidade nas IESs.....	33
QUADRO 3 – Panorama dos estudos sobre gestão socioambiental em IESs.....	44
QUADRO 4 – Síntese de conteúdos relacionados à A3P	55
QUADRO 5 – Amostra selecionada para a pesquisa	80
QUADRO 6 – Percentual de questionários respondidos.....	81
QUADRO 7 – Classificação do Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais (IAPS).....	83
QUADRO 8 – Aspectos da Gestão Ambiental na UFCG (Questionário TCU).....	89
QUADRO 9 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRGAF	95
QUADRO 10 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRAC	96
QUADRO 11 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRE	98
QUADRO 12 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRPG.....	100
QUADRO 13 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PROPEX	102
QUADRO 14 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na SEPLAN.....	104
QUADRO 15 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na SRH	105
QUADRO 16 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na SODS.....	107
QUADRO 17 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no <i>campus</i> de Campina Grande	112
QUADRO 18 - Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no <i>campus</i> de Cajazeiras.....	115
QUADRO 19 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no <i>campus</i> de Sousa.....	117
QUADRO 20 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no <i>campus</i> de Cuité.....	120
QUADRO 21 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no <i>campus</i> de Pombal	122
QUADRO 22 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no <i>campus</i> de Sumé	124
QUADRO 23 – Síntese dos IAPSs na UFCG	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3P	– Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADA	– Avaliação do Desempenho Ambiental
C2S2	– <i>Campus Consortium For Environmental Excellence</i>
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBS	– Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCJS	– Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CCT	– Centro de Ciências e Tecnologia
CCTA	– Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar
CDSA	– Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CEEI	– Centro de Engenharia Elétrica e Informática
CES	– Centro de Educação e saúde
CF/88	– Constituição da República Federativa do Brasil / 1988
CFP	– Centro de Formação de Professores
CG	– Comissão Gestora
CH	– Centro de Humanidades
CIPA	– Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CISAP	– Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CONAMA	– Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPS	– Contratações/Compras Públicas Sustentáveis
CSTR	– Centro de Saúde e Tecnologia Rural
CTRN	– Centro de Tecnologia e Recursos Naturais
ELAUS	– Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis
EMSU	– <i>Environmental Management for Sustainable Universities</i>
GFN	– <i>Global Footprint Network</i>
GRI	– <i>Global Reporting Initiative</i>
IAPS	– Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	– Instituição de Ensino Superior
IN	– Instrução Normativa
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INMETRO	– Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISCN	– <i>International Sustainable Campus Network</i>
ISO	– <i>International Organization for Standardization</i>
LTA	– Laboratório de Tecnologias Agro-Ambientais
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Continua

MMA	–	Ministério do Meio Ambiente
MME	–	Ministério de Minas e Energia
MPOG ou MP	–	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OIUDSMA	–	Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
ONG	–	Organização Não Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PDI	–	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	–	Produto Interno Bruto
PLS	–	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNRS	–	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPI	–	Projeto Pedagógico Institucional
PRAC	–	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PRE	–	Pró-Reitoria de Ensino
PRGAF	–	Pró-Reitoria de Gestão Administrativo-Financeira
PROCEL	–	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROMETHEE	–	<i>Preference Ranking Organization Method for Enrichment Evaluation</i>
PROPEX	–	Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
PRPG	–	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PU	–	Prefeitura Universitária
RISU	–	Rede de Indicadores de Universidades Sustentáveis
RSA	–	Responsabilidade Socioambiental
RSU	–	Responsabilidade Social Universitária
SEPLAN	–	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SGA	–	Sistema de Gestão Ambiental
SICOGEA	–	Sistema Contábil de Gerenciamento Ambiental
SISNAMA	–	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SLTI/MPOG	–	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SODS	–	Secretaria dos Órgãos Superiores
SRH	–	Secretaria de Recursos Humanos
TCU	–	Tribunal de Contas da União
TI verde	–	Tecnologia da Informação verde
UAEA	–	Unidade Acadêmica de Engenharia Agrícola
UG	–	Unidade Gestora
UNCED	–	<i>United Nations Conference on Environment and Development</i>
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WSSD	–	<i>World Summit on Sustainable Development</i>
WWF	–	<i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	OBJETIVO GERAL.....	24
1.1.1	Objetivos Específicos	24
1.2	JUSTIFICATIVA	25
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	29
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
2.1	MARCOS DA QUESTÃO AMBIENTAL NAS UNIVERSIDADES	31
2.2	UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL	34
2.3	SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	37
2.3.1	Práticas ambientais sustentáveis e critérios de sustentabilidade	40
2.4	GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM IESs	41
2.4.1	Motivações e barreiras à implantação de SGA em IESs	42
2.5	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P	50
2.5.1	Implantando a A3P	56
2.5.2	Eixos temáticos da A3P.....	58
2.5.2.1	Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	59
2.5.2.2	Eixo 2 - Gestão de resíduos gerados	63
2.5.2.3	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	65
2.5.2.4	Eixo 4 - Sensibilização e capacitação dos servidores	65
2.5.2.5	Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis	66
2.5.2.6	Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	68
2.5.3	Indicadores de desempenho da A3P	69
2.5.4	A3P na universidade pública	70
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	73
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	73
3.2	LÓCUS DA PESQUISA	75
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA	77
3.4	COLETA DE DADOS	78
3.4.1	Questionários e sua aplicação.....	79
3.5	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	81
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85
4.1	INSERÇÃO DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA UFCG.....	85

4.2	HIERARQUIA NA CONDUÇÃO DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	90
4.3	PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS APLICADAS NA UFCG	93
4.3.1	Análise na Administração Superior	94
4.3.1.1	Pró-Reitoria de Gestão Administrativo-Financeira	94
4.3.1.2	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.....	96
4.3.1.3	Pró-Reitoria de Ensino	98
4.3.1.4	Pró-Reitoria de Pós-Graduação.....	99
4.3.1.5	Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão.....	101
4.3.1.6	Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional	103
4.3.1.7	Secretaria de Recursos Humanos.....	105
4.3.1.8	Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores.....	107
4.3.1.9	Síntese da análise na Administração Superior, por Eixo temático da A3P	108
4.3.2	Análise por campus	110
4.3.2.1	Campus de Campina Grande	111
4.3.2.2	Campus de Cajazeiras	114
4.3.2.3	Campus de Sousa	116
4.3.2.4	Campus de Patos	118
4.3.2.5	Campus de Cuité	119
4.3.2.6	Campus de Pombal	121
4.3.2.7	Campus de Sumé.....	123
4.3.2.8	Síntese da análise dos campi, por Eixo temático da A3P	126
4.3.3	Síntese dos resultados na UFCG	128
4.4	DIFICULDADES E MOTIVAÇÕES À IMPLANTAÇÃO DE UM PGS	129
4.4.1	Principais dificuldades à implantação de um PGS na UFCG.....	129
4.4.2	Principais motivações à implantação de um PGS na UFCG.....	131
4.5	EXPECTATIVAS QUANTO A ATUAÇÃO DA UFCG E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS MAIS URGENTES.....	133
5	CONCLUSÕES.....	137
	REFERÊNCIAS	141
	APÊNDICE A – LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO PROGRAMA A3P	155
	APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL.....	159
	APÊNDICE C – ORGANOGRAMA EXECUTIVO DA UFCG	160
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ‘A’	161
	APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ‘B’	165

1 INTRODUÇÃO

O marco legal para ordenamento da questão ambiental em nosso país deu-se, em 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 5 de junho de 1981, ao estabelecer definições legais sobre o tema e instituir mecanismos de proteção ambiental (BRASIL, 1981). A mesma foi recepcionada pela Constituição Federal/88 (BRASIL, 1988), que se caracterizou pelos processos de democratização e descentralização decisórias, fazendo com que todos os preceitos da Política Ambiental fossem elevados a nível Constitucional, tornando o elenco de assunto relacionados ao meio ambiente de competência material da Administração Pública em todos os seus níveis (MIRANDA RODRIGUES, 2010). Em 1992, por ocasião da Rio-92, as discussões emanadas da Cúpula da Terra, aqui reunida, sacramentaram as diretrizes do desenvolvimento sustentável, em termos mundiais, em documento intitulado Agenda 21 Global¹.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado inicialmente num documento da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 1987, intitulado ‘Nosso Futuro Comum’, também conhecido como Relatório *Brundtland*. Aparte a dicotomia do conceito discutida no meio acadêmico, o mesmo ficou conhecido mundialmente como sendo “o desenvolvimento que satisfaz às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Segundo Valente (2011), a importância do Relatório *Brundtland*, reafirmada na Agenda 21 Global, decorre da constatação de que os padrões de consumo e de produção de bens seriam incompatíveis com a noção de desenvolvimento sustentável, em função de pressões ambientais.

Relatórios anuais do Fundo Mundial para a Natureza (WWF², sigla em inglês) apontam o aumento gradativo da ‘pegada ecológica’ (número de hectares globais usados para atender à necessidade média de cada pessoa, organização ou país), inclusive no Brasil, e que já estaria além da sua capacidade. Em 2012, estimava-se um avanço de 30% na capacidade de suporte da Terra, ou seja, ao final de um ano teriam sido explorados mais recursos naturais do que o planeta seria capaz de suportar no período (TRIGUEIRO, 2012). Em 2016, a estimativa é de que o consumo humano estaria 50% além da capacidade anual do planeta (WWF BRASIL, 2016).

¹ Um dos documentos finais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED (sigla em inglês), a mais importante reunião da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Outro documento foi a Declaração do Rio-92.

² *World Wide Fund for Nature* – fundada na Suíça em 1961, essa ONG internacional é hoje uma organização de conservação global que tem como parceira a *Global Footprint Network* (GNF), organização internacional pela sustentabilidade, responsável pelo cálculo da ‘pegada ecológica’.

Ante essa perspectiva, urge a necessidade de promover um novo padrão de desenvolvimento que leve em conta, além dos indicadores de eficiência econômica, a preservação da sustentabilidade ambiental, cabendo ao Poder Público e a coletividade³ repensar a sua relação com o meio ambiente, de modo a incorporar práticas de sustentabilidade nos seus processos.

Os compromissos assumidos pelo Brasil frente à comunidade internacional, como signatário da Agenda 21 Global e de Declarações e Protocolos Internacionais⁴, tem direcionado o posicionamento do Estado a uma conduta ambientalmente responsável, através da inserção da variável ambiental na gestão pública. Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental passaram a fundamentar políticas e programas de governo voltados ao combate ao desperdício e à promoção da qualidade de vida.

Como seguimento, a Administração Pública tem sido chamada a cumprir o seu papel na construção de uma cultura institucional que, através de práticas de sustentabilidade, possibilite a gestão adequada dos recursos, sejam naturais ou econômicos, e dos resíduos gerados nas suas atividades, o combate ao desperdício e, sobretudo, a incorporação de diretrizes socioambientais, maximizando a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Algumas iniciativas da Administração Pública nesse campo vêm sendo exitosas, a exemplo dos programas: Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MPOG); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (SPE/MME); Projeto Esplanada Sustentável (PES), coordenado pela SOF/MPOG, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Programa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA (SAIC/MMA); Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria-Executiva do MDS (SE/MDS); e, Contratações Públicas Sustentáveis (CPS), coordenada pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG), na forma da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG (SLTI/MPOG) (BRASIL, 2012, p.113). Tais iniciativas vêm sendo, gradativamente, abarcadas pelos órgãos e entidades da União, estados,

³ Responsabilidade compartilhada, conforme assegura o caput do Art. 225 da Constituição Federal/88 (CF/88).

⁴ Declaração do Rio-92, Declaração de Johannesburgo (Rio+10), Protocolo de Quioto, dentre outros.

Distrito Federal, municípios, agências nacionais, autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público.

As Instituições de Ensino Superior (IESs⁵), públicas ou privadas, pela responsabilidade social inerente as suas atividades, são um caso à parte, na medida em que são responsáveis pela geração do conhecimento e pela formação dos profissionais do futuro, sendo então cooptadas a dar bons exemplos de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, incluindo esses temas nas suas atividades.

A preocupação das IESs com a questão ambiental não é recente. Na Europa remonta ao final da década de 1970, com a criação da Associação Universitária para o Meio Ambiente, na Bélgica. Conferências interacionais deram sequência ao tema, resultando em Declarações - a exemplo da Declaração de Talloires, de 1990, nas quais reitores propõem assumir a promoção da sustentabilidade nas universidades. Na América Latina e Caribe, esse movimento ganhou mais força nesse século, estando sempre em pauta nos *Encuentros Latinoamericano de Universidades Sustentables* (ELAUS). Desde então, as IESs em todo o mundo têm buscado a integração de teorias, conceitos e práticas ambientalmente sustentáveis nas suas atividades (OLIVEIRA, 2009). Porém, para Sonetti, Lombardi e Chelleri (2016), somente há pouco mais de três décadas é que o papel fundamental das IESs na transição para uma sociedade mais sustentável tornou-se reconhecido e destacado.

A universidade sustentável não é uma ficção, várias ações nesse sentido vêm sendo implantadas (GUANAES, 2012). No Brasil, tal argumentação pode ser corroborada através do número crescente de publicações nessa área e pela adesão voluntária das IESs à normas, nacionais ou internacionais, ou à programas ou projetos voltados à sustentabilidade socioambiental (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; CASAGRANDE; DEEKE, 2009; OLIVEIRA, 2009; VIEIRA, 2014; BRASIL.MMA, 2017a).

O movimento adotado por muitas IESs rumo à sustentabilidade, segundo Otero (2010), é processo gradativo de redução dos impactos ambientais nos seus *campi* e entorno, bem como da promoção da conscientização ambiental nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Percebe-se que a inserção da dimensão ambiental na universidade é bastante diversificada, uma vez que passa pela ambientalização curricular, no ensino de graduação e de pós-graduação, pela inserção da temática nos projetos de pesquisa e extensão universitárias, e, sobretudo, na gestão ambiental dos seus espaços (*campi*), recursos e serviços, por meio de práticas ambientais sustentáveis. Esta última está mais presente, seja por meio de planos de

⁵ A título de padronização, a expressão Instituição de Ensino Superior (IES) refere-se à Universidade, Centro Universitário ou Faculdade segundo a LDB/1996 ou, ainda, Instituto Federal (Lei 11.892/2008).

gestão ambiental elaborados para atender uma Política Ambiental institucional para os *campi*, ou seja, por meio de ações ambientais isoladas. “O ecologismo do *campus* é frequentemente o primeiro passo que as universidades assumem em direção à sustentabilidade” (SONETTI; LOMBARDI; CHELLERI, 2016, p. 1, tradução nossa).

O *campus* universitário é uma organização de natureza complexa, que se assemelha nos aspectos físicos a cidades e nos aspectos administrativos e organizacionais a empresas (ESTEVES; FALCOSKI, 2012). Deve expressar novos valores, não apenas conceitualmente, mas através de práticas sustentáveis com relação ao uso de recursos naturais, combate a todas as formas de desperdício, destinação adequada de resíduos, capacitação continuada de gestores e sensibilização da comunidade. E, a exemplo dos demais empreendimentos públicos, deve incorporar a questão socioambiental e a sustentabilidade em seu modelo de gestão, de modo a fomentar mudanças na cultura institucional, desafio que se coloca a todas as IESs e que se avoluma naquelas instituições de estrutura *multicampi*.

O presente trabalho parte da premissa de que a utilização da A3P pode se constituir em um mecanismo capaz de melhorar as formas de atuação com relação as questões socioambientais e a sustentabilidade nas IESs.

Diante do exposto, levante-se o seguinte problema de pesquisa: **Como são tratadas as questões socioambientais nas atividades operacionais em uma Instituição Federal de Ensino Superior de estrutura *multicampi*?**

A partir do problema apresentado, define-se a seguir os objetivos gerais e específicos que direcionarão o desenvolvimento da pesquisa.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desse estudo é analisar o tratamento dado as questões socioambientais na UFCG, com base nos Eixos temáticos do Programa do Ministério do Meio Ambiente, denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Verificar como as questões socioambientais estão inseridas na legislação e no PDI da UFCG;
- b) Identificar níveis hierárquicos e setores responsáveis pela condução da implantação de ações socioambientais na instituição;

- c) Identificar as práticas socioambientais sustentáveis que estão sendo aplicadas, em seus diversos *campi* e setores da Administração Superior, tendo como base os Eixos temáticos da A3P e a legislação ambiental vigente;
- d) Identificar dificuldades e motivações à implantação de um plano de gestão socioambiental na instituição;
- e) Identificar as expectativas dos gestores com relação a atuação da instituição frente às questões socioambientais e as quais as questões mais urgentes.

1.2 JUSTIFICATIVA

Apesar dos compromissos assumidos por dirigentes de universidades com as Declarações internacionais, a inserção de políticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na agenda institucional das IESs tem ocorrido de forma lenta e restrita, principalmente em nosso país (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; DE MARCO *et al*, 2010; FEIL; STRASBURG; NAIME, 2015). E, a exemplo do que ocorre no mundo inteiro, percebe-se que não existe um comportamento padrão na gestão ambiental universitária: algumas IESs têm Sistema de Gestão Ambiental (SGA), outras desenvolvem ações ambientais isoladas. Dentre aquelas com SGA, nem todos estão formalizados ou seguem uma Política Ambiental institucional. Segundo Gaudiano, Meira-Carrea e Martínez-Fernández (2015), as IESs carecem de um enfoque coordenado de avaliação das iniciativas nos *campi* universitários que proporcionem estratégias bem fundamentadas para sua implementação eficaz.

Para Spellerberg, Buchan e Englefield (2004), as universidades não precisam, necessariamente, de um SGA formal para alcançar resultados satisfatórios na sua performance ambiental. Os autores relatam que muitas universidades têm optado por não adotar um SGA e sim por ações sustentáveis compatíveis com a sua cultura organizacional. Por outro lado, as IESs que realizam apenas ações ambientais isoladas geralmente o fazem como resposta imediata a alguma pressão pública, sem grande comprometimento com adoção de uma postura sustentável; já aquelas com SGA desvinculado de uma Política Ambiental institucional, podem gerar rupturas com o ensino, uma vez que priorizam apenas a gestão dos *campi*.

Segundo Otero (2010), é consenso entre diversos autores a necessidade de uma Política Ambiental institucional e a nomeação de uma comissão formada pelos três seguimentos da comunidade universitária, capacitada para comandar o processo de implantação da gestão ambiental na IES. Outrossim, para institucionalização do tema, a gestão ambiental ou a

sustentabilidade socioambiental nas IESs deve estar inserida em um contexto maior, ou seja, deve estar inserida no planejamento estratégico da instituição.

No rol das IESs⁶ públicas que fazem a gestão ambiental dos seus *campi*, de forma institucionalizada, destacam-se nas referências pesquisadas: a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, primeira universidade da América Latina e uma das cinco do mundo a obter certificação NBR-ISO 14.001, em 2004 (GUERRA, 2015); Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS*; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN*; Universidade Estadual de Londrina – UEL; Faculdade Horizontina – FAHOR; Universidade Estadual do Maranhão – UEMA*; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN*; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE*; Universidade Federal de Sergipe – UFSE*; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*; Universidade Federal de Uberlândia – UFU*; Universidade Federal Grande Dourados – UFGD*; Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF*; Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IFGO*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN*; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC* e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO* (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; CASAGRANDE; DEEKE, 2009; OLIVEIRA, 2009; VIEIRA, 2014; BRASIL.MMA, 2017a).

Esse número pode ser considerado muito pequeno, quando comparado com o universo de 298 IESs públicas do país, segundo dados censo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / 2014, publicados no Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016 (SEMESP, 2016). Registre-se, ainda, que dentre essas IESs, naquelas de estrutura *multicampi*, a gestão ambiental não foi implantada em todos os *campi*.

Observe-se, ainda, que dentre as IESs que têm Política Ambiental institucional, há grande diversidade nas ferramentas de gestão ambiental, nos procedimentos de avaliação e comunicação de desempenho utilizados. As IESs geralmente adaptam as práticas, a linguagem e a filosofia de avaliação do mundo empresarial (GAUDIANO; MEIRA-CARTEA;

⁶ As instituições identificadas com ‘*’ são parceiras A3P, com Termo de Adesão junto ao MMA.

MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, 2015), a exemplo das ferramentas: *ECO-Management and Audit Scheme* - EMAS:1993; *Global Reporting Initiative* - GRI:1997; *The British Standard* - BS 7750:1991; Normas de Gestão Ambiental da *International Organization for Standardization* - ISO 14000:1994 (ENGELMAN; GUISSO; FRACASSO, 2010; LUIZ, 2014). Porém, comparando-se as IESs com empresas, aquelas por terem estrutura fortemente fragmentadas por áreas científicas, o processo de decisão é difuso e descentralizado, pelo que os responsáveis exercem menos controle e autoridade que os seus equivalentes nas empresas (LOPES; FERREIRA; CARREIRAS, 2016). Tais características não podem ser desconsideradas no estudo e implementação da gestão ambiental e na avaliação do desempenho socioambiental das IESs.

Cada instituição tem suas particularidades, dificuldades e limitações, logo, o caminho para a sustentabilidade naturalmente é trilhado de forma diferente. Nas IESs *multicampi* tais questões são potencializadas, pois as distâncias dificultam a comunicação com a Alta Administração e aumentam os custos de gestão (OTERO, 2010; LADEIRA; SANTINI; ARAUJO, 2012; VIEIRA, 2014; GAUDIANO; MEIRA-CARTEA; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, 2015). Acredita-se, porém, que as motivações e pressões sejam as mesmas, quer sejam internas ou externas.

Não existe um modelo de gestão socioambiental pré-estabelecido, facilmente aplicável e com resultados imediatos para as IESs. Por outro lado, as IESs públicas devem seguir as diretrizes ambientais, como qualquer outra instituição pública, cumprindo a legislação⁷ e implementando a gestão socioambiental, procedimentos de avaliação e comunicação do seu desempenho. Na sequência, devem adequar-se as exigências da Instrução Normativa (IN) nº 10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 12 de novembro de 2012 (BRASIL.MPOG, 2012), elaborando e tornando público, num prazo de 180 dias, os seus Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), que devem estar embasados em práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Nesse sentido, uma iniciativa bastante exitosa tem sido o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa criado pelo MMA em 1999, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. O mesmo tem sido objeto de

⁷ As ações e práticas de sustentabilidades são cobradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2010, com base na Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010 (BRASIL.TCU, 2010), que exige o preenchimento do questionário referente aos aspectos de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis nos Relatórios de Gestão das IESs.

estudo em várias IESs, na busca de estabelecer um modelo que incorpore procedimentos de avaliação sistemática das suas atividades operacionais, de modo a subsidiar gestão socioambiental dos seus *campi* (OLIVEIRA, 2009; MARINHO, 2014; LUIZ, 2014; BONIFÁCIO, 2016).

Segundo informado no sítio do MMA, até agosto de 2017, 16 IESs haviam aderido formalmente ao Programa A3P. No entanto, observando-se as publicações nessa área, outras IESs adotaram a A3P informalmente e desenvolveram modelos para avaliação do seu desempenho socioambiental, através de métodos de modelagem, combinando métricas das diretrizes da GRI (*Global Reporting Initiative*), da A3P, do C2S2 (*Campus Consortium For Environmental Excellence*), da GASU (*Graphical Assessment of Sustainability in Universities*) e da ISCN (*International Sustainable Campus Network*), dentre outros (LOZANO, 2006; OTERO, 2010; OLIVEIRA, 2009; LIMA; GOLEMBIEWSK, 2015; BONIFÁCIO, 2016; SONETTI; LOMBARDI; CHELLERI, 2016).

O Programa A3P é uma ferramenta de gestão socioambiental desenvolvida pela e para a Administração Pública, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2002, pela relevância e resultados positivos advindos da sua implantação, quando foi premiado como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. A opção por essa ferramenta deu-se por várias razões: é de fácil acesso; sua estrutura é organizada por Eixos temáticos abrangendo as dimensões sócio-econômica-ambiental, premissas para o desenvolvimento sustentável; os Eixos temáticos são bastante objetivos, conforme destacados a seguir; as métricas têm caráter orientativo, cabendo à instituição aquelas que irá utilizar na elaboração dos seus relatórios; e, as práticas ambientais são pertinentes à Administração Pública, o que atende aos propósitos da pesquisa em questão.

Cada um dos seis Eixos temáticos do Programa A3P objetiva: **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** – auxiliar os órgãos nas ações de economicidade do gasto, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos, bem como para a redução do desperdício nas atividades realizadas pela administração; **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** - auxiliar nas ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos gerados; **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** - auxiliar na avaliação das ações voltadas para a segurança e bem-estar dos servidores; **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** - Auxiliar nas ações de informação, valorização e engajamento dos servidores; **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** - auxiliar no processo de aquisição de bens e contratação de serviços, por meio da seleção de produtos que reduzam a geração de resíduos e emissões de CO₂, bem como os impactos socioambientais negativos; e **Eixo 6 – Construções,**

reformas e ampliações sustentáveis - Auxiliar na assimilação dos conceitos de sustentabilidade nas construções, reformas e ampliações públicas, através da adoção de soluções mais eficientes (BRASIL.MMA, 2017d).

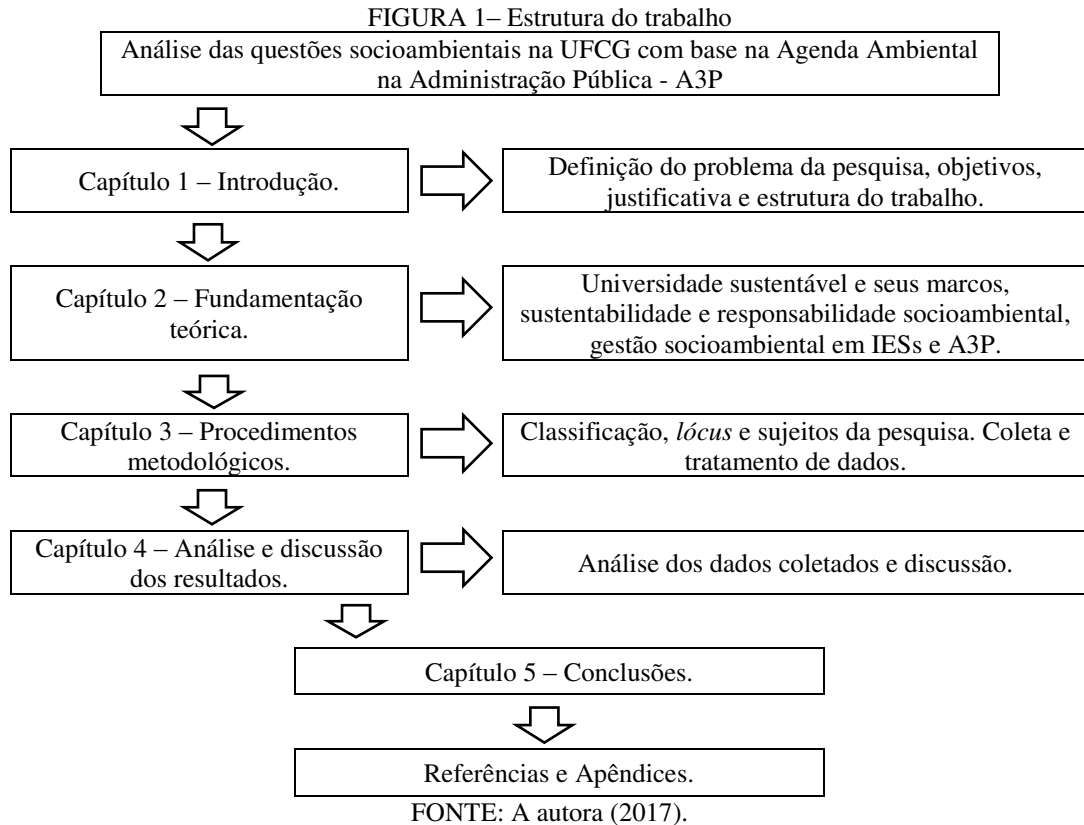
A UFCG nasceu como uma das mais importantes IESs pública das regiões Norte e Nordeste do Brasil, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ocorrido em 2002. Além do *campus* sede, em Campina Grande, estende-se por mais seis *campi*, localizados nas cidades de Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras, Cuité e Sumé, o que a caracteriza como instituição de estrutura *multicampi*, com toda complexidade administrativa-operacional pertinente. No Ranking Universitário da Folha (RUF⁸) 2016, a UFCG está na 7^a posição dentre as Universidades Federais da região Nordeste e na 38^a no país, não apenas pelo seu tamanho, mas pelo seu padrão de qualidade expresso em termos de ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmico-científica. No entanto, não existe na instituição nenhum órgão ou setor com a atribuição de tratar da sua ambiência, tampouco existe uma Política Ambiental formalizada institucionalmente, o que faz com que as questões socioambientais sejam deixadas sempre em segundo plano. Diante do exposto, justifica-se a escolha da UFCG como *locus* da presente pesquisa.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, conforme Figura 1. No primeiro capítulo, faz-se uma introdução ao tema, quando são abordados o problema, a justificativa e os objetivos, seguindo-se uma síntese dos procedimentos metodológicos e finalizando com a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se uma revisão bibliográfica envolvendo temas e conceitos que embasam o referencial teórico, tais como: marco da questão ambiental nas universidades, universidade sustentável, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, gestão socioambiental em IESs e o Programa A3P, com destaque para sua fundamentação, objetivos, finalidade, descrição dos Eixos temáticos e suas métricas, finalizando com a A3P na universidade pública.

⁸ Ranking Universitário da Folha (RUF) - avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha de São Paulo, desde 2012. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/perfil/universidade-federal-de-campina-grande-ufcg-2564.shtml>>. Acesso em: 20mar.2017.



O terceiro capítulo trata dos aspectos metodológicos e das etapas da pesquisa, quando são analisadas questões relativas à tipologia e ao método de abordagem de pesquisa, além dos tipos de dados, procedimentos de coleta e a forma de tratamento dos mesmos.

O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos e as discussões dos mesmos. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões da pesquisa. Finalizando, apresentam-se as referências e os apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo faz-se uma revisão teórica de referências que fundamentam o presente estudo, contextualizando a sustentabilidade nas universidades, seus marcos e desdobramentos. Trata, ainda, da gestão socioambiental na Administração Pública, finalizando com a A3P.

2.1 MARCOS DA QUESTÃO AMBIENTAL NAS UNIVERSIDADES

A preocupação das universidades com a questão ambiental remonta à década de 1970, tendo como marco a criação em 1979, na Bélgica, da Associação Universitária para o Meio Ambiente, cuja finalidade era agregar e promover a troca de informações sobre os problemas ambientais. Anteriormente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (UNCHD, sigla em inglês) realizada em 1972, em Estocolmo-Suécia, e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi-Geórgia, em 1977, já apontavam a necessidade de inserção da questão ambiental em todos os níveis de ensino.

Na região ibero-americana (América Latina, Espanha e Portugal) um marco importante da incorporação da sustentabilidade na IESs foi o *Seminario Universidad y Medio Ambiente en América Latina y el Caribe*, em 1985 na Colômbia, que teve como um dos documentos finais a Carta de Bogotá sobre Universidade e Meio Ambiente na América Latina, cujo texto assinalava a importância da inclusão das questões ambientais nas atividades universitárias e da internalização desta dimensão na produção de conhecimento (GAUDIANO; MEIRA-CARTEA; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, 2015).

Desde então, seguiram-se várias outras iniciativas, a exemplo da 1ª Conferência de Reitores da Europa (CRE), em 1988, quando foi lançado o Programa *Copernicus* para o Desenvolvimento Sustentável, que tem como uma de suas estratégias priorizar a implementação de práticas ambientalmente responsáveis pelas e nas universidades; da Conferência de Talloires, em 1990, em cujo documento final reitores de universidades de todo o mundo “se propõem assumir um papel de destaque e liderança na promoção da sustentabilidade” (DA CUNHA *at al*, 2015, p.210); Conferência sobre Ações da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável, em 1991; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED (sigla em inglês), em 1992; *World Summit on Sustainable Development - WSSD*, em 2002; Congressos da ‘Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente’ (OIUDSMA); Conferências Internacionais sobre ‘Gestão Ambiental para as Universidades Sustentáveis’ (EMSU, sigla em

Inglês); *Encuentros Latinoamericano de Universidades Sustentables* (ELAUS); e, *World Symposium on Sustainable Development at Universities*, em 2012, 2014 e 2016.

Nesses eventos internacionais, ocorridos em diferentes épocas e lugares, as universidades propuseram Declarações ambiciosas, onde apareciam os princípios do processo de reforma a ser adotada em busca da sustentabilidade nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de administração do espaço físico e dos recursos humanos. Essas Declarações foram assinadas por muitas universidades do mundo inteiro, incluindo o Brasil. No Quadro 1, apresenta-se uma linha do tempo dessas Declarações e Conferências internacionais.

QUADRO 1 – Linha do tempo das Declarações e Conferências Internacionais envolvendo o tema sustentabilidade nas universidades

ANO	DECLARAÇÕES E CONFERÊNCIAS
1972	Declaração de Estocolmo - Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano - Estocolmo, Suécia
1977	Declaração de Tbilisi - Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental – Tbilisi, Geórgia
1985	Carta de Bogotá sobre Universidade e Meio Ambiente na América Latina - <i>Seminario Universidad y Medio Ambiente en América Latina y el Caribe</i> – Bogotá, Colômbia.
1988	Programa <i>Copernicus</i> (<i>Cooperation Programme in Europe for Research on Nature and Industry through Coordinated University Studies</i>) - Conferência de Reitores da Europa (CRE)
1990	Declaração de Talloires (Declaração de Líderes de Universidades para um Futuro Sustentável) - <i>Talloires Conference</i> - Talloires, França
1991	Declaração de Halifax - Conferência sobre Ações da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável - Halifax, Canadá
1992	Declaração do Rio / Agenda 21 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, Brasil
1993	Declaração de Swansea - 15º Congresso da Associação das Universidades do Commonwealth (ACU) - Swansea, Reino Unido
1993	Declaração de Quioto - 9ª Mesa Redonda da Associação Internacional das Universidades – Quioto, Japão
1993	Carta <i>Copernicus</i> ou Carta Patente da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável - Barcelona, Espanha
1994	<i>Campus Blueprint for a Sustainable Future</i> - <i>Campus Earth Summit</i> - Yale, USA
1995	Declaração de San José - 1º Congresso Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável - San José, Costa Rica
1998	Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o século XXI: Visão e Acção - Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Acção – Paris, França
2001	Declaração de Luneburg sobre Educação Superior para o Desenvolvimento Sustentável - <i>Conference on Higher Education for Sustainable Development</i> – Luneburg, Alemanha
2002	Declaração de Johannesburgo (Rio+10) e Declaração de Ubuntu sobre Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável - <i>World Summit on Sustainable Development</i> - Johannesburgo, África do Sul
2011	Declaração de Bellagio - <i>Bellagio Conference</i> – Bellagio, Itália
2012	1º Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Universidades - <i>WSSD-U</i> (sigla em inglês), Rio de Janeiro, Brasil

ANO	DECLARAÇÕES E CONFERÊNCIAS
2014	2º Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Universidades - <i>WSSD-U</i> (sigla em inglês), Manchester, Reino Unido
2016	3º Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Universidades - <i>WSSD-U</i> (sigla em inglês), Massachussets, EUA

FONTE: A autora (2017).

Otero (2010), no seu trabalho, apresenta um resumo dos aspectos comuns às Declarações internacionais sobre sustentabilidade nas IESs, cujo resultado é reproduzido no Quadro 2.

QUADRO 2 - Síntese dos conteúdos das declarações internacionais sobre sustentabilidade nas IESs

ATIVIDADE	ASPECTOS COMUNS ÀS DECLARAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Ensino	- Educação ambiental para todas as idades; - Capacitação de docentes; - Currículos “verdes”; - Intercâmbio de informações a partir da formação de redes de comunicação.	Além da abordagem sobre sustentabilidade no ensino em sala de aula, não importando a área do conhecimento, as Declarações enfatizam a importância da preparação dos professores para esta tarefa, seja por meio de cursos, intercâmbios ou pesquisa por informação.
Pesquisa	- Criação de programas ambientais interdisciplinares; - Intercâmbio de pesquisadores.	Em sua grande maioria as Declarações afirmam que programas de pós-graduação interdisciplinares produzem as bases científicas para inovações de caráter sustentável a serem experimentadas no ambiente acadêmico.
Extensão	- Conscientização ambiental de todos os setores da sociedade; - Formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.	Entendendo sua função de educadores para além dos muros institucionais, a universidade deve auxiliar gestores públicos e privados nas tomadas de decisão e condutas ambientalmente sustentáveis ao fornecer os subsídios intelectuais necessário. Além do conhecimento, passa a formar profissionais qualificados, mas também socialmente responsáveis.
Operações físicas	- Adoção de práticas sustentáveis na manutenção dos espaços físicos e atividades institucionais.	As operações dos <i>campi</i> passam a ser foco das Declarações surgidas no início da década de 1990. Enfatizam a importância da teoria aplicada à prática, esta tida como essencial não somente para um aprendizado completo dos alunos e pesquisadores, mas para servir de modelo aos segmentos da sociedade.
Operações administrativas	- Estabelecimento de uma coordenação/comissão de meio ambiente; - Incorporação da preocupação com o meio ambiente na política institucional; - Convênios e parcerias com outras instituições.	A inserção de premissas sustentáveis em todas as atividades da IESs deve ser precedida pelo compromisso de Alta Administração, representado pela assinatura de uma declaração, elaboração de uma política, pelo estabelecimento de uma coordenação ambiental, entre outras ações políticas e de fundamental importância.

FONTE: Adaptado de OTERO (2010).

A partir dessas iniciativas, as IESs iniciam o processo de conscientização do seu papel fundamental na transição para uma sociedade mais sustentável. Da década de 1990 aos dias

atuais o ideário de IESs sustentáveis passa a se concretizar com a ambientalização dos seus campos da atividade. Porém, segundo Marinho (2014), as Declarações tidas como premissas para catalisar mudanças institucionais nas IESs, não necessariamente se verifica, visto que, as universidades signatárias pesquisadas em sete países limitavam-se a operações dos seus *campi*.

Para uma melhor compreensão sobre essa questão, apresenta-se a seguir alguns conceitos e premissas sobre universidade sustentável.

2.2 UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL

A universidade é o lugar privilegiado para educar para o desenvolvimento sustentável, quer diretamente os seus alunos, quer por influência, junto a Administração Superior e outros agentes-chave implicados no processo (KRAEMER, 2004), contribuindo, dessa forma, para construção do que seria uma universidade sustentável. Mas, o que se entende por universidade sustentável?

De acordo com a *Pennsylvania Sstate University*, em publicação da revista inglesa *Times Higher Education*, universidade sustentável é aquela que possui uma visão de futuro com melhor qualidade de vida e proteção de todas as suas formas, responsabilidade cívica e socioambiental, além de transparência na utilização dos recursos financeiros (*TIMES HIGHER EDUCATION*, 2012).

Para Sonetti, Lombardi e Chelleri (2016), em um estudo sobre ferramentas de avaliação de *campus* sustentáveis, universidade sustentável é aquela que promove a minimização dos impactos negativos de suas atividades, a nível regional ou global, “bem como a gestão de forma a ajudar a sociedade a fazer a transição para estilos de vida sustentáveis” (Ibid, p. 1, tradução nossa).

Nas atas da Conferência *Campus Earth Summit*, citadas em Viegas *et al* (2015), uma universidade sustentável é aquela propicia meios para que os discentes conheçam os problemas ambientais do *campus* e de sua cidade, com espaços abertos à comunidade para estudos sobre a temática, além da preocupação com a prática de compras ambientalmente responsáveis.

A partir dessas breves conceituações, observe-se que para se ter uma universidade sustentável faz-se necessário reorientar as suas práticas, envolvendo toda comunidade universitária com a temática da sustentabilidade, a partir de uma visão mais global, estratégica e, ao mesmo tempo, sistêmica em todos os campos de atuação, servindo de exemplo para sensibilizar a sociedade no processo de mudança do paradigma de desenvolvimento.

Tauchen (2007), ao tratar do papel das IESs no tocante ao desenvolvimento sustentável, coloca que existem duas correntes de pensamento principais: a primeira destaca a educação para o desenvolvimento sustentável como uma prática fundamental para a formação de profissionais preocupados com as questões ambientais; a segunda corrente destaca a implementação de SGAs nos *campi* universitários, como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade. As duas correntes são complementares na conceituação de universidade sustentável.

Lara (2012) coloca o papel das universidades em duas esferas: a educacional e a gerencial. A primeira, trata do SGA implantado pela própria instituição em seus *campi* como modelo de gestão sustentável para a sociedade, enquanto a segunda é refletida na formação de profissionais e pesquisadores, que, de forma interdisciplinar, são conscientizados a adotar práticas sustentáveis em suas carreiras.

As correntes de pensamento de Tauchen (2007) coincidem com as esferas do papel das universidades enumeradas por Lara (2012). As colocações desses autores também coincidem com duas das quatro proposições de Fouto (2002), baseado na visão da Universidade Politécnica da Catalunha, quando este coloca que as IESs, frente ao desenvolvimento sustentável, têm quatro níveis de intervenção:

- (a) **educação dos tomadores de decisão para um futuro sustentável;** (b) investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável;
- (c) **operação dos *campi* universitários como modelos e exemplos práticos de sustentabilidade à escala local;** e (d) coordenação e comunicação entre os níveis anteriores e entre estes e a sociedade (FOUTO⁹, 2002 *apud* SILVA *et al*, 2015, p.151; LARA, 2012, p.1648, grifo nosso).

Esse mesmo pensamento foi anteriormente desenvolvido por Stephens *et al* (2008) quando evidenciaram que as universidades podem ser consideradas como agente de mudança global na busca da sustentabilidade ou como um elemento a ser mudado. Neste, o comprometimento se limitaria a adequação de um sistema de gestão ambiental, enquanto naquele a universidade adequaria o ensino, a pesquisa e extensão a um novo paradigma de desenvolvimento, de modo a preparar os seus egressos para uma sociedade sustentável aproximando-se das Declarações internacionais.

⁹ FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável:** das relações internacionais às práticas locais. 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova Lisboa: Lisboa, 2002.

Viegas e Cabral (2015), ao tratar da sustentabilidade nas universidades, abordada por diversos autores, resumem que:

[...] uma instituição que caminha para a sustentabilidade deve comprometer-se com a sustentabilidade em seus documentos oficiais e em seus objetivos estratégicos; aderir aos conceitos de sustentabilidade no ensino de suas disciplinas e na pesquisa; incentivar seus estudantes a reflexão crítica sobre problemas ambientais; planejar práticas e políticas que reduzam a pegada ecológica da organização; incrementar serviços de apoio aos alunos que realcem a sustentabilidade; fomentar acordos de cooperação, em nível local e global, para melhorar a sustentabilidade. (VIEGAS; CABRAL, 2015, p.247).

Voltando a Stephens *et al* (2008), ao tratarem do potencial das IESs para serem agentes de mudança para a sustentabilidade, apontam três níveis de gerenciamento no processo de transição para uma universidade sustentável: o estratégico, o tático e o operacional, e apontam cinco questões a serem consideradas como desafios para a incorporação da sustentabilidade nas universidades, dentre as quais destacamos a organização institucional, a estrutura financeira e a comunicação.

Nesse seguimento, Oliveira (2009) propôs quatro linhas de ação para a transformação e manutenção de uma universidade sustentável: a estrutura organizacional, o planejamento institucional, a gestão operacional e a formação para a sustentabilidade. A linha da ação na estrutura organizacional trata dos atores, organograma e coordenação de gestão para a sustentabilidade. No planejamento institucional busca incorporar a sustentabilidade ambiental nas políticas institucionais e nas instalações físicas. Já a linha de gestão operacional aborda a aplicação de práticas de sustentabilidade na gestão dos *campi* e a de formação para a sustentabilidade envolve os aspectos didático-pedagógicos da inserção da sustentabilidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias.

Em síntese, a inserção da sustentabilidade ambiental na educação superior requer responsabilidade socioambiental das universidades, através de ações envolvendo as áreas administrativa-operacional, de ensino, pesquisa e extensão, trabalhando a temática de forma transversal e de maneira holística e sistêmica, com comprometimento da comunidade acadêmica e interação com a sociedade em geral, aspectos comuns às Declarações internacionais.

Nesse sentido, dentre as quatro linhas de ação para uma universidade sustentável, propostas por Oliveira (2009), a presente pesquisa abordará a estrutura organizacional, no sentido de identificar os atores envolvidos, e a gestão operacional, ao tratar das práticas ambientais e critérios de sustentabilidade adotados na gestão dos *campi*, seguindo assim uma

das recomendações da Declaração de Quioto, quando propunha “**encorajar as universidades rever** as suas próprias operações de forma a refletir as melhores práticas de desenvolvimento sustentável” (KRAEMER, 2004, não p., grifo da autora).

O projeto de universidade sustentável, que se inicia, geralmente, com a gestão ambiental dos *campi*, pode-se dizer que é uma construção coletiva que envolve todos os seguimentos da sociedade, internos e externos a instituição, e que necessariamente passa pelo entendimento do que seria sustentabilidade, conseqüentemente, responsabilidade socioambiental, termos a serem discutidos na próxima seção.

2.3 SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental são termos que devem estar inseridos no ideário de qualquer organização, seja pública ou privada, que busca melhorar o seu desempenho socioambiental. Intimamente relacionadas, as discussões sobre essas questões foram fortalecidas na Rio-92, culminado com a Agenda 21 Global, documento que traça as diretrizes para planejamento de sociedades sustentáveis, em observância às dimensões sociais, econômicas e ambientais que constituem as bases do desenvolvimento sustentável.

O termo sustentabilidade, derivado do conceito *Brundland* (1987) para desenvolvimento sustentável, permite várias compreensões. Segundo Boff (2012), seria toda ação destinada a manter as condições que sustentam todos os seres vivos, especialmente a Terra como planeta vivo, visando a sua continuidade. Também pode ser entendida como a capacidade de um processo ou forma de apropriação dos recursos continuar a existir por um longo período (IBGE, 2004). Ou ainda, é instituir conduta compatível com as condições ambientais adequadas em conjugação com a responsabilidade social (BRASIL.AGU, 2013). Para Hill *et al* (2003), o conceito de sustentabilidade:

refere-se às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a: (a) indivíduos com valores éticos, autônomos e realizados; (b) comunidades construídas em torno a compromissos coletivos, tolerância e igualdade; (c) sistemas sociais e instituições participativas, transparentes e justas; e (d) práticas ambientais que valorizam e sustentam a biodiversidade e os processos ecológicos de apoio à vida. (HILL *et al*¹⁰, 2003 *apud* UNESCO, 2005, p.30).

¹⁰ HILL, Stuart B.; WILSON, S. and WATSON, K. Learning Ecology: a new approach to learning and transforming ecological consciousness; experiences from social ecology in Australia, In: O’Sullivan, E; Taylor, M. (Eds). **Transforming Practices: learning towards ecological consciousness**. New York: Palgrave Press, 2003.

Qualquer que seja a compreensão, o conceito de sustentabilidade sempre envolve as ideias de pacto intergeracional e perspectiva de longo prazo (BOFF, 2012), exigindo um processo de ruptura com os modelos de desenvolvimento *standard* (FREITAS; FREITAS, 2016).

A sustentabilidade pode ser analisada sob várias dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. A dimensão ambiental envolve a utilização racional dos recursos naturais, caracterizada pela manutenção do capital natural do planeta e, conseqüentemente, respeitando a sua capacidade de suporte. A dimensão social envolve a melhoria e a manutenção do bem-estar social e está associada tanto ao bem-estar material da população quanto a sua participação nas decisões coletivas (IBGE, 2004). A dimensão econômica envolve as práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações. A dimensão institucional envolve questões que dizem respeito aos esforços feitos pela sociedade e, principalmente, pelo governo para ajudar no desenvolvimento sustentável. Qualquer que seja dimensão estudada, a análise envolve questões políticas, culturais e mudanças institucionais. Todos esses aspectos devem ser contemplados numa conceituação ampla para sustentabilidade socioambiental.

A responsabilidade socioambiental (RSA), apesar de desde os anos de 1980 fazer parte uma agenda voluntária do setor empresarial relacionada ao desenvolvimento de projetos e ações de cunho social, atualmente envolve um espectro mais amplo, com temas que integram acordos internacionais, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho, Agenda 21 Global, Declaração de Copenhague para o Desenvolvimento Social e as Metas do Milênio, não se restringindo apenas ao setor empresarial, mas também ao setor público que, cada vez mais, tem participado como ator do processo, inclusive criando estruturas de governo específicas para tratar do tema (BRASIL.MMA, 2009).

A RSA, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009), Silveira e Dahmer Pfitscher (2013) e Luiz (2014), apesar de amplamente difundida não existe um entendimento único ou uma definição universal para o termo, mas sim para responsabilidade social e responsabilidade ambiental, separadamente. No âmbito social, a responsabilidade estaria atrelada ao bem-estar das pessoas, enquanto que no aspecto ambiental à preservação e manutenção do meio ambiente (LUIZ, 2014). Dessa forma, “o conceito pode divergir entre os diferentes órgãos e entidades, e também dos utilizados por diferentes organizações da sociedade civil e do setor empresarial” (BRASIL.MMA, 2009, p.27).

O Ministério do Meio Ambiente conceitua a RSA como sendo “um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a entidade interage [...]” (BRASIL.MMA, 2009, p.27).

Já a NBR ISO 26000:2010, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata das diretrizes sobre responsabilidade social, a define como “a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: contribua para o desenvolvimento sustentável [...]” (ABNT, 2010, p.4).

Ao analisar a definição da ABNT percebe-se que o termo responsabilidade social abrange tanto o aspecto social como o ambiental, tendo como característica essencial a disposição da organização de incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios, convergindo para o conceito de RSA do MMA.

Como já foi colocado anteriormente, a RSA atualmente é afeita a qualquer organização, seja pública ou privada, comprometida com o desenvolvimento sustentável, uma vez que o seu desempenho em relação à sociedade em que opera e ao seu impacto no meio ambiente se tornou uma parte crucial na avaliação de seu desempenho geral (ABNT, 2010).

Em se tratando das instituições públicas, nesse caso das IESs, a responsabilidade social constitui uma das dez dimensões da avaliação do desempenho institucional, conforme o art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e que inclui nessa dimensão avaliar a contribuição das IESs em relação à defesa do meio ambiente.

Nesse mesmo seguimento, visando facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação das IESs, o INEP reforçou, no ‘Eixo 2’ do seu instrumento de avaliação, a responsabilidade social das IESs, por meio de ações em meio ambiente, cultura e inclusão social, através da Nota Técnica nº 14, de 7 de fevereiro de 2014 (BRASIL, 2014).

La Jara, Fontecilla e Trancoso (2006), em estudo sobre Responsabilidade Social Universitária (RSU), num projeto com universidades chilenas intitulado *Universidad Construye País*, entende a RSU como sendo “a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores gerais e específicos, por meio de quatro processos considerados essenciais, quais sejam, gestão, docência, pesquisa e extensão universitária” (LA JARA; FONTECILLA; TRANCOSO, 2006, p. 53). Colocam, ainda, que não pretendem que esse conceito seja definitivo, entretanto, o mesmo deve propiciar as

necessárias linhas de ação para reflexão e atuação das universidades com base em uma orientação comum.

Ao longo do estudo apresentado pelos autores acima citados, observa-se que o entendimento sobre RSU já vinha imbuído de um sentido mais amplo, ou seja, o da RSA universitária, da mesma forma que o entendimento do SINAES (BRASIL.MEC, 2004).

Os termos sustentabilidade e responsabilidade socioambiental estão presentes nos discursos de governos, empresas e da sociedade em geral. Todavia, a prática está bem distante do discurso, “não há evidências de que uma mudança de comportamento ampla tenha sido conseguida” (SIQUEIRA, 2008, p.427). O descompasso talvez esteja na forma como a sociedade percebe os problemas ambientais e a influência destes nas questões de sustentabilidade, assuntos que têm despertado crescente interesse da comunidade acadêmica e dos governos.

Para os governos o desafio tem sido a construção de um modelo de cultura institucional baseado na responsabilidade social, que incorpore práticas ambientais sustentáveis e critérios de sustentabilidade na Administração Pública, ou seja, um modelo baseado em responsabilidade socioambiental. No meio acadêmico, o desafio tem sido praticar o que ensina, através de ações ambientais envolvendo as áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração no processo de construção de uma cultura de sustentabilidade nas IESs. Mas o que seriam essas práticas ambientais sustentáveis? Quais seriam esses critérios de sustentabilidade?

2.3.1 Práticas ambientais sustentáveis e critérios de sustentabilidade

Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental envolve respeito ao meio ambiente através de ações, de longo prazo, que resultem na economia de recursos, alteração nos padrões de consumo, redução de resíduos e não geração de resíduos contaminantes, satisfação humana, superação de déficits sociais, crescimento econômico, práticas educativas, desenvolvimento de valores éticos, dentre outras. Tais ações podem ser traduzidas em práticas de sustentabilidade.

As práticas de sustentabilidade¹¹, segundo o conceito da IN/SLTI/MPOG nº 10/2012, são “ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública” (BRASIL.MPOG, 2012, p.113). Esse conceito, também é replicável nas instituições privadas. A implementação de práticas de sustentabilidade numa instituição, dentre outras vantagens,

¹¹ Termos correlatos: práticas sustentáveis, práticas ambientais sustentáveis ou boas práticas.

ajuda a aproximar as diversas unidades da organização, com vistas ao cumprimento de uma agenda comum (KRIZEK *et al*, 2012).

Atualmente, no setor público, as práticas de sustentabilidade deverão abranger no mínimo, os seguintes temas: material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; energia; água e esgoto; resíduos sólidos (coleta seletiva); qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL.MPOG, 2012).

Os critérios de sustentabilidade podem ser entendidos como aqueles que visam estimular a produção e o consumo sustentável nas atividades desenvolvidas, podendo estar voltados para a compra de bens, para contratação de serviços ou mesmo na gestão da qualidade do ambiente humano. A IN/SLTI/MPOG nº 10/2012, define critérios de sustentabilidade como sendo “parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico” (Ibid, p.113).

As práticas e os critérios de sustentabilidade, da mesma forma que o conceito responsabilidade socioambiental, estão em contínuo processo de construção e aperfeiçoamento.

Em síntese, as práticas ambientais e os critérios de sustentabilidade são parâmetros essenciais para o estabelecimento de planos de gestão socioambiental. Estes constituem o caminho para as organizações e, em particular, para as IESs alcançarem a sustentabilidade socioambiental. Esta somente poderá ser alcançada se houver disposição para identificar os problemas socioambientais decorrentes das suas atividades e buscar a mitigação dos mesmos através de um adequado sistema de gestão socioambiental (Luiz, 2014). Dessa forma, apresenta-se a seguir uma discussão sobre gestão socioambiental em IESs.

2.4 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM IESs

A sustentabilidade em IESs tem sido uma preocupação mundial, “impondo-se novos modelos de gestão e governação [sic]” (GANILHO, 2009, p. vii). Essa preocupação mundial foi reforçada em 2002, quando a Assembleia Geral da ONU proclamou o período de 2005 a 2014 como a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, num esforço “que desafia indivíduos, **instituições** e sociedades a olhar para o dia de amanhã como um dia que pertence a todos nós ou não pertencerá a ninguém” (UNESCO, 2005, p.25,

grifo nosso), reconhecendo claramente a necessidade urgente de integrar as questões socioambientais e os critérios de sustentabilidade na educação (FROIO *et al*, 2016).

Os princípios da sustentabilidade nas IESs foram sendo construídos a partir das Declarações¹² internacionais, há quase três décadas, e abrangem todos os campos de atuação – ensino, pesquisa, extensão e administrativo-operacional. No entanto, a revisão de literatura mostra que não é bem o que ocorre, a ambientalização das universidades fica quase sempre restrita às intervenções nas operações físicas dos *campi*, mesmo naquelas instituições signatárias de Declarações internacionais (MARINHO, 2014).

No Brasil, apesar dos compromissos assumidos com essas Declarações internacionais, a inserção de políticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na agenda institucional das IESs tem ocorrido de forma lenta, quase insipiente, com raras exceções, como é o caso da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), primeira universidade da América Latina a obter Certificação Ambiental em 2004 (portal: www.unisinos.br), Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Faculdade Horizontina (FAHOR), algumas Universidades Federais e Estaduais e alguns Institutos Federais de Educação Superior que aderiram ao Programa A3P (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; CASAGRANDE; DEEKE, 2009; OLIVEIRA, 2009; VIEIRA, 2014; BRASIL.MMA, 2017a), conforme já listadas anteriormente.

Em pesquisa realizada por Marinho (2014), com 52 IESs brasileiras signatárias da Declaração de Talloires, não foi identificado um conjunto de ações operacionais e acadêmicas que corresponda ao esperado, como efetiva orientação da instituição para a sustentabilidade. Segundo o autor, essas ações são, frequentemente:

[...] restritas, movidas por grupos ou setores, não necessariamente incorporados pela estrutura institucional. Caracteriza-se assim, uma situação muito diferente da defendida nos documentos de compromisso como necessária à busca da sustentabilidade e com a qual as IESs se comprometeram (MARINHO, 2014, p. 18).

Por outro lado, a ambientalização das IESs, em particular a gestão socioambiental dos *campi* universitários, tem sido estudada por diversos autores buscando identificar os benefícios, motivações e dificuldades desse processo.

2.4.1 Motivações e barreiras à implantação de SGA em IESs

¹² No Quadro 2 foi apresentado uma síntese do conteúdo dessas Declarações.

Para Alves (2017), os benefícios para a instituição que adota a gestão ambiental estão na redução do consumo de recursos naturais, adequação à legislação ambiental, redução dos riscos com multas e passivos ambientais e melhoria da imagem. Esses benefícios são descritos por outros autores como motivadores à implantação de SGA, acrescidos de servir como exemplo para a sociedade, contribuir para a redução das desigualdades sociais e a melhoria na prestação dos serviços públicos, além de diminuir custos operacionais dos *campi* (MENDONÇA, 2015).

Se por um lado a implantação de um SGA traz benefícios, por outro as IESs encontram barreiras ou dificuldades. Em pesquisa exploratória realizada por Vieira (2014), foram identificados 15 barreiras e 11 motivadores à implementação de SGA em IESs. A autora comparou as barreiras de implementação de SGA em IESs com as barreiras de implantação de SGA em empresas, concluindo que existem muito mais barreiras nas IESs, que vão desde a falta de clareza do dano ambiental causado pela IES, passando pela estrutura hierárquica, a dificuldade de se adaptar a normas no ambiente universitário e de realização de auditoria ambiental, as quais não estão presentes no mundo das organizações empresariais.

Segundo Marinho (2014), as principais barreiras encontradas nas IESs à orientação para a sustentabilidade têm sido da mesma natureza, apesar das diferenças entre países e instituições. As barreiras descritas na literatura incluem: a falta de informação da sociedade sobre práticas sustentáveis; a não valorização do meio ambiente por diversos colaboradores da organização; a falta de percepção da universidade como uma fonte potencial de poluição (RIBEIRO *et al*, 2005); a falta de incentivos, recursos financeiros inadequados e falta de tempo da comunidade universitária, por causa de outras prioridades (KARATZOGLOU, 2011); a falta de estrutura de incentivo para promover mudanças a nível individual (FERRER-BALAS *et al*, 2008); declarações e planos que permanecem em um nível puramente formal (GAUDIANO; MEIRA-CARTEA; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, 2015); a dificuldade de conduzir as disposições legais impostas e a falta de sensibilização e motivação dos gestores (FREITAS; BORGERT; PFITSCHER, 2011); burocracia excessiva e tensões entre os diferentes grupos (VASCONCELOS, 2015); a grande autonomia interna nas IES que dificulta mudanças de orientação, sendo preciso convencer a comunidade acadêmica (MARINHO, 2014); e a falta de uma ferramenta de gestão para as IESs, citada por muitos autores. Tais questões são potencializadas nas universidades de estrutura *multicampi*, pois as distâncias dificultam a comunicação com a Alta Administração e aumentam os custos de gestão (RICHARDSON; LYNES, 2007; OTERO, 2010; LADEIRA; SANTINI; ARAUJO, 2012; VIEIRA, 2014; GAUDIANO; MEIRA-CARTEA; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, 2015).

Diferentes dimensões e aspectos devem ser abordados nas universidades enquanto trabalham a gestão socioambiental, com vistas a sustentabilidade. A carência de um modelo ou ferramenta de gestão socioambiental para as IESs tem mobilizado a comunidade acadêmica mundial, que vem trabalhando com ferramentas usadas em corporações, adaptando-as ou mesmo modificando-as de modo a atender as necessidades dessas instituições. No Quadro 3 apresenta-se um panorama dos estudos abordando essa temática, no período de 2012 a meados de 2017.

QUADRO 3 – Panorama dos estudos sobre gestão socioambiental em IESs

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
1.	COGO; OLIVEIRA; TESSER (2012)	Apresenta a A3P como uma nova proposta de gestão ambiental a ser adotada nas organizações públicas do Brasil. Conclui que ainda faltam políticas públicas, programas e conhecimento a respeito das questões centrais sobre consumo e produção sustentáveis; que é essencial a capacitação dos órgãos para que possam fazer uso do seu poder de compra como instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável; e que os recursos públicos utilizados de forma eficiente são um poderoso instrumento a favor da sustentabilidade.	Teórico
2.	ESTEVES; FALCOSKI (2012)	Faz uma análise comparativa entre planejamento tradicional e planejamento estratégico e participativo; plano diretor e plano de desenvolvimento institucional, e discute diretrizes de gestão ambiental no espaço universitário. Conclui que a gestão ambiental dentro das universidades pode contribuir de maneira efetiva para a disseminação e aplicação de práticas sustentáveis perante a sociedade, visto seu papel de formação e educação.	Teórico
3.	KRIZEK <i>et al.</i> (2012)	Descreve quatro fases da abordagem de uma agenda de sustentabilidade nas universidades e oferece lições específicas sobre as experiências do <i>campus</i> da Universidade do Colorado Boulder. Finaliza com reflexões sobre questões centrais de acordo com três categorias: autorreflexão, recomendações e vantagens da sustentabilidade no <i>campus</i> (tradução nossa).	Teórico / Empírico
4.	LARA (2012)	Aborda a importância do ensino superior como o despertar da consciência sustentável, bem como sua relevância como ferramenta de construção de integração social em prol da sustentabilidade, fornecendo infraestrutura e modelos de gestão ambiental, incentivando programas e iniciativas socioambientais. Discute o ciclo PDCA aplicado à gestão ambiental de IESs.	Teórico
5.	CARVALHO; SOUZA (2013)	Analisa as licitações sustentáveis, através do Programa A3P, no Restaurante Universitário da UFPI. Constata que a instituição, não insere critérios ambientais nas especificações dos gêneros alimentícios, além de acreditar que as licitações sustentáveis seriam um entrave para a sua aquisição e não utiliza ferramentas que contribuam para a inserção da responsabilidade socioambiental em suas atividades, devido à falta de sensibilização dos gestores e servidores.	Empírico
6.	CHAVES <i>et al</i> (2013)	Pesquisa exploratória-descritiva, objetivando construir o conhecimento sobre o tema gestão socioambiental em IES, utilizando <i>ProKnow-C</i> como instrumento de intervenção. Como resultados: um Portfólio Bibliográfico (PB) composto	Teórico

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
		por 14 artigos e, através deste, a constatação de que os periódicos <i>International Journal of Sustainability in Higher Education</i> e <i>Journal of Cleaner Production</i> são os mais alinhados ao tema; o artigo mais citado foi <i>Toward sustainable management: the University of Michigan Housing Division's approach</i> ; os autores mais citados foram Velazquez, L. e Munguia, N.; o autor com maior número de trabalhos foi Shriberg, M.; e a palavra-chave mais utilizada foi <i>Higher Education</i> seguida por <i>sustainable development</i> , <i>sustainability</i> e <i>Environmental Management</i> .	
7.	FREITAS <i>et al.</i> (2013)	Pesquisa exploratória e descritiva, seleciona um portfólio de trabalhos que evidencia o estado da arte das pesquisas sobre o tema gestão socioambiental em universidades, usando o <i>ProKnow-C</i> como instrumento de intervenção. Mostra que, de um universo de 992 artigos contidos em três bases de pesquisa de trabalhos científicos num recorte temporal de 2002 a 2012, foram selecionados 14 trabalhos, com reconhecimento científico, ou potencial, alinhados à proposta temática da pesquisa - gestão socioambiental em IES.	Teórico
8.	HOLLNAGEL; MORAES (2013)	Apresenta os resultados do estudo da efetividade de implantação das ações de sensibilização dos gestores na implantação de propostas de responsabilidade socioambiental nas instituições públicas nacionais, com base na A3P, considerando que toda mudança só pode ocorrer se os atores envolvidos estiverem mobilizados. Conclui pela necessidade de criar mecanismos mais efetivos de sensibilização e informação, envolvendo servidores e cidadãos, para que possam cobrar posturas mais sustentáveis dos órgãos públicos.	Empírico
9.	KRUGER <i>et al.</i> (2013)	Analisa a sustentabilidade ambiental de uma IES catarinense, com base no SICOGA – G3. A IES apresenta um bom nível de responsabilidade ambiental, os critérios de prestação de serviços, atendimento acadêmico e a responsabilidade social atingiram índices adequados de sustentabilidade. Propõe um plano resumido de gestão ambiental, visando contribuir no desenvolvimento de ações de conscientização e redução dos processos causadores de impacto ambiental da IES.	Empírico
10.	LOZANO <i>et al.</i> (2013a)	Destaca os resultados de artigos, a maioria dos quais foram apresentados na conferência <i>Environmental Management for Sustainable Universities</i> (EMSU) 2010, realizada em Delft, Países Baixos. Os artigos foram selecionados para incentivar os educadores a se envolverem em iniciativas de desenvolvimento sustentável dentro e fora de suas universidades (tradução nossa).	Teórico
11.	LOZANO <i>et al.</i> (2013b)	Analisa os textos de onze declarações, cartas e parcerias desenvolvidas para as IESs, que podem ser consideradas como representativas das intenções dos líderes universitários para ajudar a melhorar a eficácia da educação para o Desenvolvimento Sustentável (tradução nossa).	Teórico
12.	LUIZ <i>et al.</i> (2013)	Analisa a aplicação da A3P e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por um Instituto Federal de Educação. O estudo de caso, realizado com aplicação de um <i>checklist</i> , evidencia que: a instituição desenvolve poucas ações de conscientização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados; tem excelentes instalações, porém não tem programas de sensibilização e capacitação para os servidores;	Empírico

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
		licitações sustentáveis é o Eixo que a instituição desenvolve mais ações.	
13.	MACHADO <i>et al.</i> (2013)	Identifica práticas de gestão ambiental realizadas nas universidades brasileiras tendo como base um <i>survey</i> com 75 IESs. Conclui que as instituições que priorizam a gestão ambiental, implantando SGA e com departamento específico para sua gestão, apresentam nível mais elevado de adoção de práticas. Demonstra que, apesar das dificuldades, as instituições brasileiras estão voltadas a cumprir com sua responsabilidade socioambiental e que as principais barreiras apontadas foram a falta de recursos humanos e financeiros, dificuldade de conscientização dos envolvidos e falta de interesse das próprias IESs.	Empírico
14.	SGARBI; SCHLOSSER; CAMPANI (2013)	Expõe a metodologia de gestão ambiental na UFRGS, com base na ferramenta LAIA (Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais) desenvolvida pela instituição. Descreve o seu funcionamento e avalia a eficiência da ferramenta com estudos de caso em 12 Unidades da IES, estas com o processo de implantação da gestão ambiental mais avançado. Conclui que através do acompanhamento do valor do Índice de Risco Ambiental Total, é possível afirmar que há uma tendência de diminuição do risco ambiental destas Unidades, mostrando que a LAIA se adapta a qualquer situação diagnosticada até agora sem perder qualidade de análise, podendo, então, ser utilizada em outras IES.	Empírico
15.	SOUZA <i>et al.</i> (2013)	Apresenta as características da produção científica das teses e dissertações que tratam do tema sustentabilidade ambiental em programas <i>stricto sensu</i> de Administração do Brasil, no período de 1998 a 2009. Coletados na base de dados da CAPES, dos 13.656 títulos encontrados em 55 IES, 529 eram relacionados à área ambiental, classificados em 26 categorias.	Teórico
16.	TEIXEIRA; AZEVEDO (2013)	Propõe identificar quais fatores estariam causando o não alinhamento dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos à administração pública federal, diante da situação em que se encontram as organizações parceiras contratadas, de modo a promover tal sustentabilidade, com base na IN nº 1/2010. Concluem que há necessidade de maior articulação dos órgãos ambientais, com claras responsabilizações quanto à norma em foco, sob pena de estar comprometido o designo ambiental a que se propõe a nova legislação.	Empírico
17.	HALL <i>et al.</i> (2014)	Verifica quais aspectos de sustentabilidade são observados durante o processo de compras públicas pelas universidades federais brasileiras, com base nos relatórios de 2011. Demonstra que é necessária a ampliação, pelas universidades estudadas, das práticas de gestão ambiental em seus processos de compras públicas de forma mais sustentável.	Empírico
18.	JOHANN; VALENTINI; TRINDADE (2014)	Analisa como ocorre o processo de licitações de material de expediente na UFFS e se atendem aos critérios de licitações responsáveis apresentados na A3P. Demonstra que a UFFS está adotando práticas de responsabilidade socioambiental em suas licitações, bem como em seus setores.	Empírico
19.	LUIZ <i>et al.</i> (2014)	Investiga a realização de auditorias ambientais em uma IFE. Constata que no período 2011-2013 a instituição não realizou nenhuma auditoria ambiental e não tem PLS, pelo menos não divulgou no <i>site</i> conforme exigência de lei. A única evidência constatada sobre a questão ambiental é uma autoavaliação realizada pela instituição no relatório de gestão, com informações relativas a licitações sustentáveis, campanhas de	Empírico

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
		conscientização e separação de resíduos. Conclui que na IFE não existe controle/auditoria ambiental e disponibiliza uma relação contendo os principais fatores passíveis de acompanhamento nas auditorias ambientais em IESs.	
20.	MACHADO; NETO (2014)	Pesquisa exploratória, quali-quantitativa através de estudo de caso em uma IES carioca. Analisa quais são, sob a perspectiva de servidores que atuam nos processos de compras de uma IES federal, as principais barreiras para a implementação das compras públicas sustentáveis naquela Instituição. A partir da análise dos resultados, foi constatado que, na percepção destes servidores, os principais fatores que podem estar dificultando a implementação das compras sustentáveis na instituição pesquisada são “falta de capacitação, formação e sensibilização dos compradores” e “informacional”, isto é, a falta de informações a respeito do mercado de produtos sustentáveis.	Empírico
21.	PASINATO; BRIÃO (2014)	Avalia o uso dos indicadores da GRI para o caso da Universidade de Passo Fundo e busca obter novos indicadores que suplementem a estrutura do Relatório de Sustentabilidade (RS) da GRI, com a finalidade de se obter uma estrutura de indicadores característicos à IES estudada. Conclui que o RS da GRI é um instrumento adequado para a divulgação da sustentabilidade da instituição, com ajuste e suplementação para que haja uma adequação às atividades desenvolvidas. A estrutura de indicadores proposta, possibilita ainda que a IES a utilize para o desenvolvimento de políticas, planos e ações, levando em conta a sustentabilidade abrangendo as três dimensões, e não partindo de ações isoladas e desconexas.	Empírico
22.	PEGORIN; SANTOS; MARTINS (2014)	Pesquisa qualitativa com o objetivo de analisar se os parâmetros definidos pela A3P estão sendo utilizados com eficiência na entidade pública. Conclui que há pontos de dissonância em relação ao que a A3P da instituição apregoa e a efetividade prática da agenda, pois não há um programa de sensibilização e capacitação socioambiental para os servidores no que concerne à prática de boas ações sustentáveis.	Empírico
23.	WARKEN; KLAN (2014)	Analisa as forças inovadoras que influenciam uma universidade - a UFFS, sob a perspectiva da teoria institucional. Denota que a instituição adota as práticas de sustentabilidade ambiental influenciada preponderantemente pela legislação e profissionalização. Resultados assemelhados aos achados de estudos nacionais e internacionais sobre a sustentabilidade ambiental em IESs.	Teórico / Empírico
24.	ARAUJO; LUDEWIGS; CARMO (2015)	Apresenta a A3P por meio de revisão de literatura e de análise documental dos materiais de divulgação da agenda fornecidos pelo MMA e analisa 49 iniciativas agraciadas pelo Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade A3P entre 2009 e 2013, a partir de 7 indicadores de conformidade com objetivos organizacionais de responsabilidade socioambiental. Os resultados indicam progresso na execução da agenda, com um aumento de 240% no número de organizações que aderiram à A3P no período estudado.	Teórico
25.	BEZERRA <i>et al</i> (2015)	Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo por meio de entrevistas semiestruturadas e coleta de dados nos sites oficiais das instituições. Investiga o processo de implantação do programa A3P, por parte das instituições sediadas em Fortaleza e constata que o envolvimento da cúpula da administração é essencial para o êxito na implantação do programa e que predominam as ações voltadas para o Eixo 1	Empírico

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
		- Uso racional de recursos naturais e bens públicos e o Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados.	
26.	CARDOSO <i>et al.</i> (2015)	Pesquisa exploratória-descritiva, com levantamento no Sistema SIGPROJET e observação <i>in loco</i> , com objetivo de levantar as práticas sustentáveis da UFPE frente à A3P, identificar como a IES trabalha a temática de forma a atender as recomendações da Agenda 21 e da A3P e propor estratégias de planejamento. Foi observado que: as práticas da IES são incipientes e pontuais, mas que a ela tem buscado adotar uma nova postura por meio da criação da Diretoria de Gestão Ambiental; há desconhecimento, por parte da comunidade acadêmica, das ações de sustentabilidade desenvolvidas; faltam programas de pesquisa e cooperação entre os pesquisadores; as práticas desenvolvidas não conseguem ser sustentáveis e por não serem interdisciplinares, acabam não integrando outras áreas do conhecimento.	Teórico / Empírico
27.	CARNIATTO; JUNIOR; MOTA (2015)	Apresenta os dados do Projeto RISU - “ <i>Definición de indicadores y evaluación de los compromisos con la sostenibilidad en Universidades Latinoamericanas</i> ”. Demonstra que a UNIOESTE apesar da grande inserção social em sua região ainda não possui uma política integrada em seu plano estratégico ou no PDI, necessitando reestruturar as políticas articuladas pelos Eixos sustentabilidade, educação ambiental e meio ambiente.	Empírico
28.	FEIL; STRASBURG; NAIME (2015)	Pesquisa quantitativa-documental no SciELO, com objetivo de identificar as práticas de gestão ambiental utilizadas nas IES brasileiras, entre 2003 e 2012, e se existe correlações que influenciam a implantação de SGA. Conclui que, em 2012, apenas 0,95% das IESs brasileiras possuíam publicações científicas ou mencionadas referenciando os modelos e práticas da gestão de resíduos. Do estudo de correlação de Spearman conclui ainda que as IESs com programas de educação na área ambiental apresentaram melhor desempenho no ranking Índice Geral de Cursos. Recomenda que as IESs que possuem uma gestão de resíduos implantada, relatem as suas experiências através de publicações científicas.	Teórico
29.	GAUDIANO; MEIRA- CARTEA; MARTÍNEZ- FERNÁNDEZ (2015)	Relato sobre as dificuldades que enfrentam o processo de inserção da sustentabilidade nas universidades latino-americanas. Recupera a discussão conceitual sobre a sustentabilidade. Conclui que as principais dificuldades nas IESs estão caracterizadas por declarações e planos que estão em um nível puramente formal.	Teórico
30.	LIMA; GOLEMBIEWS K (2015)	Analisa qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT), como parte de um diagnóstico das ações ambientais realizadas pela UNICENTRO, visando à implantação da A3P. Conclui que, com relação a QVT, a IES precisa melhorar muito as suas ações, para que possa ter efetivamente uma Agenda Ambiental implantada. Que existem condições de implantação da A3P, sendo necessária a definição de uma política ambiental que fortaleceria as intenções da universidade.	Empírico
31.	LUIZ; PFITSCHER; ROSA (2015)	Estudo teórico-exploratório, com base em pesquisa bibliográfica, com objetivo de: sugerir de um rol de ações socioambientais passíveis de aplicação nos órgãos públicos federais; sugerir indicadores para avaliar o desempenho socioambiental, nos moldes IN/MP nº 10/2012; e propor metodologia para analisar os resultados, seguindo estruturação dos seis eixos temáticos da A3P, em observância	Teórico

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
		ao padrão estabelecido para a construção dos indicadores no PLS, conforme Decreto n.º 7.746/2012.	
32.	ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO (2015)	Pesquisa descritiva, quali-quantitativa, por meio de estudo de caso, com objetivo de analisar a sustentabilidade ambiental de IES pública do estado de Santa Catarina. Conclui que a IES apresenta um índice de sustentabilidade global fraco (32%) e propõe, com a ferramenta 5W2H, uma ação para cada critério (resíduos, compras, acessibilidade, etc.). Com as ações propostas, espera-se que a instituição incremente seu índice de sustentabilidade ambiental, beneficiando a sociedade e o meio ambiente.	Empírico
33.	SOUZA; UHLMANN; PFITSCHER (2015)	Analisa a sustentabilidade ambiental de uma IES do estado de Santa Catarina e aderência desta instituição à A3P. Estudo realizado por meio da aplicação do SICOGEA – G3 e de uma segunda lista de verificação com questões voltadas para a adoção da A3P. Verificou-se um grau de sustentabilidade geral “regular”. E no que diz respeito à A3P, a instituição teve uma aderência geral positiva, apenas não aderindo a três questões do eixo que trata da qualidade de vida no trabalho.	Empírico
34.	AKAMATSU; MATA-LIMA (2016)	Pesquisa exploratória, faz diagnóstico da situação atual das IESs da região sudeste e propõe diretrizes para implementação de programas de sustentabilidade. Foram selecionadas 14 IESs, tendo como base critérios que envolvem a existência de políticas claras, iniciativas de sustentabilidade e posição nos <i>rankings</i> de inovação e <i>GreenMetric</i> . A pesquisa efetuada contribuiu ainda para proposição de diretrizes para o processo de implementação de planos e programas de sustentabilidade nas IESs.	Empírico
35.	BASTOS; BASTOS (2016)	Avalia o projeto de gestão administrativa sustentável, implementado na Fundação Carlos Gomes, tomando como base os preceitos do A3P. Análise feita com base no consumo de copo descartável, saco para lixo, papel A4 e papel toalha. Os resultados demonstram que a educação ambiental é um importante e eficiente instrumento para promoção da sustentabilidade na Administração Pública, uma vez que a implantação do projeto proporcionou a diminuição do consumo de três dos quatro materiais estudados, além de terem sido constatadas mudanças na cultura organizacional.	Empírico
36.	FROIO <i>et al.</i> (2016)	Estudos de caso em duas IESs, sendo uma pública, adepta da A3P e 26ª colocada no ranking mundial do <i>GreenMetric Ranking</i> 2014, já a outra, uma IES privada, que se destaca por ser a primeira universidade da América Latina em receber certificação ISO 14001. O mesmo teve como objetivo analisar a inserção de práticas mais sustentáveis. Foram identificadas diferenças nas práticas utilizadas, atribuídas ao fato de terem focos estratégicos diferentes e que ambas se destacam por causa do seu engajamento e visão inovadora com relação a sustentabilidade, apoio da liderança, bem como investimentos devidos para o processo de <i>greening campus</i> .	Empírico
37.	SONETTI; LOMBARDI; CHELLERI (2016)	Análise crítica da sustentabilidade universitária através de uma revisão das atuais Avaliações de Sustentabilidade do <i>Campus</i> (CSAs) e comparação dos resultados obtidos com a aplicação de dois instrumentos internacionais - <i>GreenMetric</i> e <i>ISCN</i> , a dois estudos de caso, na Politécnica de Torino, na Itália, e na Universidade de Hokkaido, no Japão. Conclui com a proposição de uma nova abordagem de CSA que agrupa <i>clusters</i> de tipologias de <i>campus</i> (tradução nossa).	Empírico

Nº	AUTOR (ANO)	CONTEUDO	TIPO
38.	ALVES (2017)	Pesquisa exploratória-qualitativa, por meio de análise bibliográfica, com objetivo de identificar os benefícios do SGA nas IESs. Conclui que o SGA traz benefícios, como: redução de consumo de recursos naturais, adequação das práticas frente à legislação ambiental, melhoria na imagem, geração de pesquisa e redução dos riscos com multas e passivos ambientais. Mas, paralelamente, as IESs encontram barreiras à sua implantação, tais como: desinformação da sociedade frente às práticas sustentáveis; desdém por diversos colaboradores frente à valorização da questão ambiental e desconhecimento da própria IES como poluidora.	Teórico
39.	SILVA; SALES; BEZERRA (2017)	Pesquisa descritiva, exploratória e empírica, com objetivo de identificar as práticas de RSU, numa amostra com 28 universidades. A região sul, concentra as universidades que mais disponibilizam informação sobre os indicadores ambientais investigados, destacando-se a UFPR e a UFSC, com 21 e 19 indicadores, respectivamente. A região norte é a que menos divulga as práticas ambientais, com destaque para a UNIR, a qual apresenta apenas 3 das práticas investigadas. No <i>ranking</i> estabelecido para demonstrar que universidades publicaram mais práticas ambientais, a UNIRIO ficou em primeiro lugar, com adoção de 24 indicadores, em contraposição com a UFAL, UFRJ e a UNIR, com os menores níveis de divulgação, expondo, cada uma delas, apenas 3 dos indicadores pesquisados.	Empírico

FONTE: A autora (2017).

A partir do estado da arte da literatura sobre gestão socioambiental em IESs, amostra temporal de 2012 a meados de 2017, observa-se que, em busca de avaliar o desempenho socioambiental de IESs, os autores vêm se apropriando de diferentes ferramentas como GRI, SICOGEA-G3, SGA (NBR-ISO 14001), ADA (NBR-ISO 14031) e A3P, dentre outras, visando adaptá-las às instituições de ensino. Observa-se também que, em 16 trabalhos ou 41% dessa amostra, os autores utilizaram a A3P, para avaliar o desempenho socioambiental das universidades estudadas, ferramenta que também foi tomada como base para o presente estudo. Na seção seguinte, apresenta-se detalhadamente o Programa A3P.

2.5 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P

A A3P foi desenvolvida em 1999 no âmbito do MMA, como um projeto em busca de novas referências de sustentabilidade ambiental para a Administração Pública. Dois anos depois, em 2001, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, popularizado pela sigla A3P, com o objetivo de estimular a reflexão e mudança de atitude dos servidores públicos e gestores a fim de que estes incorporem critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras.

Em 2002, o Programa foi premiado pela UNESCO, como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente.

Em 2004, foi criado o Termo da Adesão ao Programa e passou a fazer parte do Plano Plurianual do Governo Federal, como ação integrante do Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tornando-se um referencial de sustentabilidade nas atividades públicas.

Em 2005, foi criada a “Rede A3P”, um canal de comunicação permanente entre os órgãos públicos, para promover intercâmbio técnico e difundir informações sobre temas relevantes da agenda, e realizado o 1º Fórum A3P, ambos voltados à troca de experiências e promoção de diálogo sobre temas relevantes para inserção da sustentabilidade na Administração Pública. O Fórum A3P encontra-se, esse ano, na sua 10ª edição.

Em 2007, foi criado o Plano de Trabalho da A3P e em 2008, com o objetivo de reconhecer os projetos implementados, dar visibilidade às iniciativas e incentivar outros órgãos a aderirem à A3P, o MMA lançou o Prêmio Melhores Práticas da A3P. A premiação acontece a cada dois anos e, até o ano de 2016, já havia premiado 68 iniciativas exitosas nas três esferas do poder (municipal, estadual e federal) em todo país (BRASIL.MMA, 2009, 2017c).

Em 2010, com o objetivo de acompanhar metas estabelecidas e consolidar informações, foi criado o Relatório Anual de Atividades.

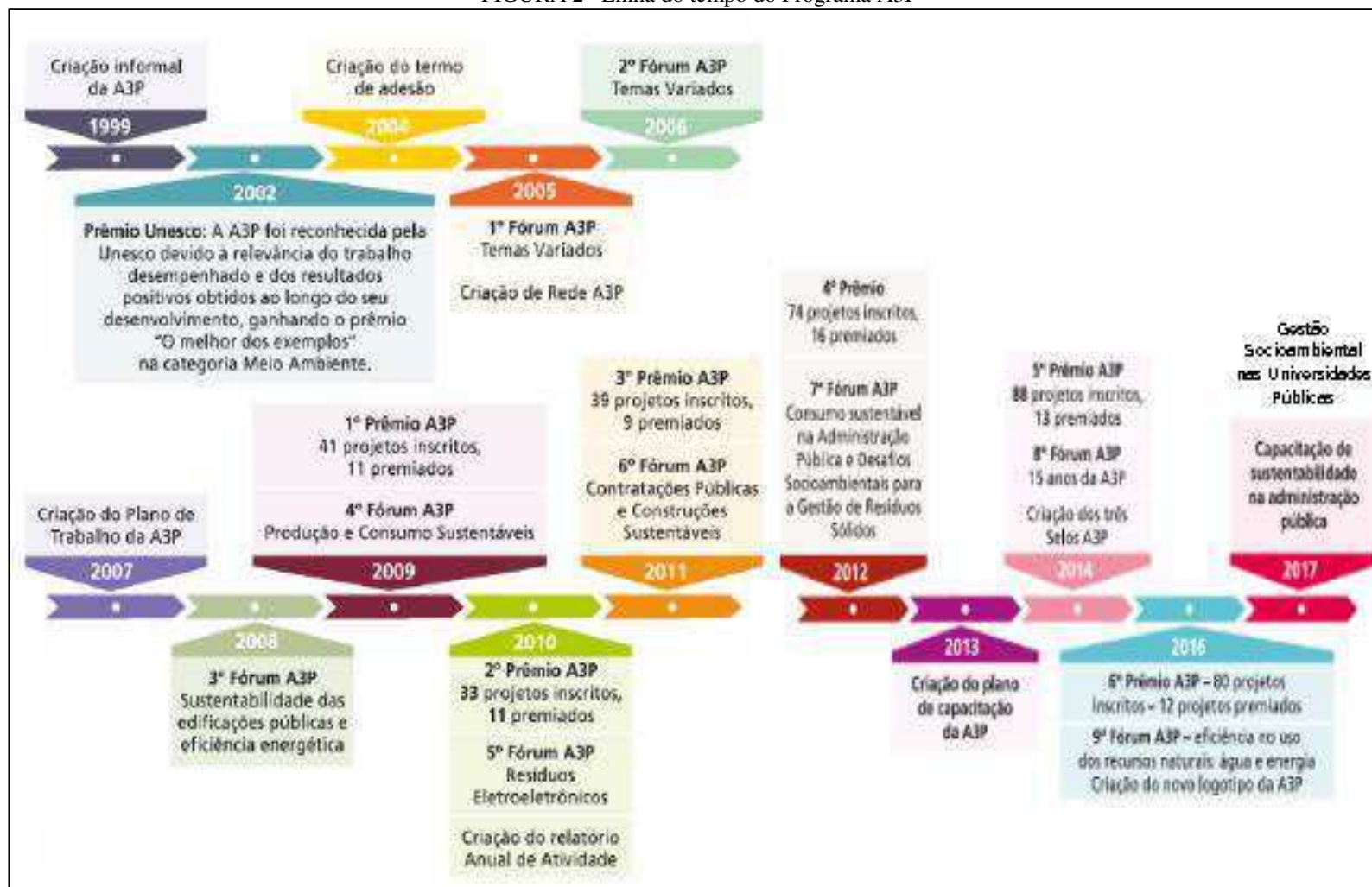
Em 2013, foi lançado o Plano de Capacitação da A3P, com a finalidade de levar ao conhecimento dos gestores públicos o Programa A3P.

Em 2014, para reconhecimento do empenho das instituições públicas na adoção de práticas sustentáveis, foi criado o Selo A3P, composto por três categorias: Verde, Prata e Laranja. O Selo Verde reconhece as instituições que aderiram formalmente ao programa. O Selo Prata atesta o empenho das instituições no cumprimento da entrega do Relatório Técnico anual de implementação da A3P. O Selo Laranja é concedido para as instituições ganhadoras do Prêmio de Melhores Práticas da A3P.

Em 2017, foi lançado o manual do Programa A3P para as universidades públicas, intitulado Gestão Socioambiental nas Universidade Públicas.

Na Figura 2 apresenta-se a Linha do Tempo da A3P, desde a sua criação informal em 1999 a 2017, conforme descrito.

FIGURA 2– Linha do tempo do Programa A3P



FONTE: Curso de Capacitação – Sustentabilidade na Administração Pública (2017).

Como marcos legais do Programa A3P destacam-se: a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, balizando as ações para conservação ambiental e incorporação do tema nas atividades de diversos setores da sociedade; a Constituição Federal/88, Capítulo VI, Artigo 225, que assegura o direito de todos ao meio ambiente equilibrado, essencial a sadia qualidade de vida, e impõe ao Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e à coletividade o dever de cuidado, a responsabilidade pela gestão e preservação dos recursos naturais; a Agenda 21, Capítulo IV, que atribui aos países membros a responsabilidade do exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e do desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo à mudança nos padrões insustentáveis de consumo; a Declaração do Rio, Princípio 8, o qual afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e a Agenda 21 brasileira que tem o tema “Produção e Consumo Sustentáveis Contra a Cultura do Desperdício” como o objetivo número um dentro da plataforma das 21 ações prioritárias (BRASIL.MMA, 2009, 2013).

O Programa A3P encontra-se em harmonia com o princípio da economicidade, que se traduz na relação custo-benefício de suas ações e, ao mesmo tempo, atende ao princípio da eficiência, que impõe a todo agente público realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional; aos princípios da responsabilidade socioambiental: transparência, comportamento ético, respeito aos direitos humanos, às leis e pelos interesses das partes interessadas; ao princípio dos 5 R's: Repensar – avaliar se o consumo é realmente necessário; Recusar – consumir produtos que causam impactos socioambientais significativos; Reduzir – evitar o desperdício e diminuir o consumo de produtos; Reutilizar – utilizar novamente um produto antes de descartá-lo; Reciclar – transformar bens usados em matéria-prima para outros materiais, através de processos industriais ou artesanais (BRASIL.MMA, 2009).

O principal objetivo do Programa A3P é estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. Como objetivos específicos destacam-se (Ibid):

- a) sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- b) promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- c) contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- d) reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; e
- e) contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

As atividades do Programa A3P estão baseadas nas orientações e nos princípios da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001/2004¹³ – Sistema de Gestão Ambiental - Requisitos com orientações para uso, cabendo, a cada instituição, desenvolver a sua própria agenda, adequada às suas peculiaridades (BRASIL.MMA, 2007).

A adesão ao Programa é voluntária e pode ser feita de duas formas: informal, através da inscrição na “Rede A3P”; e, formal, através da assinatura de um “Termo de Adesão” junto ao MMA. A Rede A3P é uma plataforma para troca de informações e experiências, da qual fazem parte instituições públicas e privadas, além de pessoas física e jurídica, sejam parceiros formais ou informais. Atualmente, o Programa A3P conta com 985 parceiros, sendo 175 formais e 810 informais¹⁴.

As instituições públicas, ao aderirem voluntariamente ao Programa A3P, recebem do MMA o apoio técnico para implementação e operação da sua agenda, e firmam o compromisso de enviar Relatório Técnico anual, segundo critérios de sustentabilidade e as diretrizes do ministério, como forma de demonstrar o seu desempenho de sustentabilidade. Por outro lado, o MMA oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza material didático gratuito, além de monitoramento e supervisão pela plataforma Ressoa.

A plataforma Ressoa é um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental, que permite acompanhar metas e consolidar informações, através da compilação dos dados e o envio do Relatório Técnico. O uso da plataforma, elimina a necessidade do envio de relatórios em meios físicos, gerando economia e sustentabilidade nos processos da A3P (BRASIL.MMA, 2017b).

Na A3P, os critérios de sustentabilidade foram inseridos na definição dos seis Eixos temáticos que compõem a sua estrutura: **Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Eixo 2 - Gestão de resíduos gerados; Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Eixo 4 - Sensibilização e capacitação dos servidores; Eixo 5 - Compras públicas sustentáveis; e Eixo 6 - Construções, reformas e ampliações sustentáveis** (BRASIL.MMA, 2017d).

Cada Eixo temático foi ainda dividido em subtemas como: energia, água, resíduos, transporte, segurança, acessibilidade, sensibilização, capacitação, etc. Também foram sugeridos uma série de indicadores de desempenho, distribuídos por subtemas, que poderão ser utilizados para a elaboração de Relatórios Técnicos e na definição de metas e ações de

¹³ Substituída pela nova versão, a NBR ISO 14001:2015 – SGA – Especificação e diretrizes para uso (www.abnt.or.br).

¹⁴ Dados atualizados pelo MMA em 1º de agosto de 2017. Disponível em: <www.mma.gov.br>.

aperfeiçoamento, sendo também auxiliares para a prestação de contas e transparência dos dados institucionais (BRASIL.MMA, [200-]). Mais detalhes sobre cada um dos Eixos temáticos e indicadores de desempenho da A3P serão apresentados em subseções posteriores.

São exemplos de práticas ambientais na A3P: o uso racional de energia, através de equipamentos mais eficientes; o uso racional de água, através da captação de água de chuva ou mesmo do reuso de águas de refrigeração; a gestão de resíduos gerados, através da coleta seletiva e destinação do material reciclável a cooperativas, dentre outras.

Buscando uma melhor visualização do Programa A3P, no Quadro 4 apresenta-se uma síntese dos conteúdos relacionados ao mesmo. A legislação pertinente a temática do Programa encontra-se elencada no Apêndice A.

QUADRO 4 – Síntese de conteúdos relacionados à A3P

TÍTULO	CONTEUDO
Conceito	Agenda socioambiental de ações e políticas no âmbito da Administração Pública, que tem como desafio a integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável, por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental.
Marcos Legais	1) Lei 6938/1981 – Trata da Política Nacional do Meio Ambiente; 2) Constituição Federal/88 - dedicou em seu título VIII, Da Ordem Social, no Capítulo VI, artigo 225; 3) Agenda 21 – Capítulo IV; 4) Declaração do Rio, Princípio 8; 5) Agenda 21 brasileira, objetivo número 1 (Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício). Outros documentos relacionados: 1) Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM); 2) Pacto Global; 3) Protocolo de Quioto; 4) Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais; 5) Convenção da Basileia sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito; 6) Convenção de Roterdã - sobre Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional; 7) Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de Ozônio; 8) Convenção de RAMSAR - sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas; 9) Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação.
Princípios	1) Princípios da responsabilidade socioambiental; 2) Princípios da economicidade (custo-benefício); 3) Princípios da eficiência; 4) Princípio dos 5 R's: Repensar; Recusar; Reduzir; Reutilizar e Reciclar.
Objetivos	1) Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; 2) Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais; 3) Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade; 4) Reduzir o impacto socioambiental negativo, direto e indireto, causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; 5) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.
Eixos temáticos	1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;

TÍTULO	CONTEUDO
	2) Gestão de resíduos gerados; 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4) Sensibilização e capacitação dos servidores; 5) Compras públicas sustentáveis; 6) Construções, reformas e ampliações sustentáveis
Principais subtemas relacionados aos Eixos temáticos	1) Coleta seletiva solidária; 2) Consumo da madeira; 3) Consumo de papel e copos descartáveis; 4) Eficiência energética; 5) A água e seus usos múltiplos; 6) Manutenção da frota oficial de veículos; 7) Principais resíduos gerados na Administração Pública; 8) Sensibilização e capacitação de servidores; 9) Acessibilidade dos locais de trabalho; 10) Compras de produtos e serviços sustentáveis; 11) Obras sustentáveis.

FONTE: Adaptado de BRASIL.MMA (2013), LUIZ (2014) e SOARES (2015).

Como qualquer outra ferramenta de gestão, a implantação da A3P demanda comprometimento institucional, coletivo e individual de todos os seguimentos da instituição. O comprometimento individual e a disposição de incorporar os conceitos preconizados são imprescindíveis para a mudança de hábitos e difusão do programa, demandando a realização de treinamento voltado para a educação ambiental e sensibilização de todos os envolvidos no processo.

2.5.1 Implantando a A3P

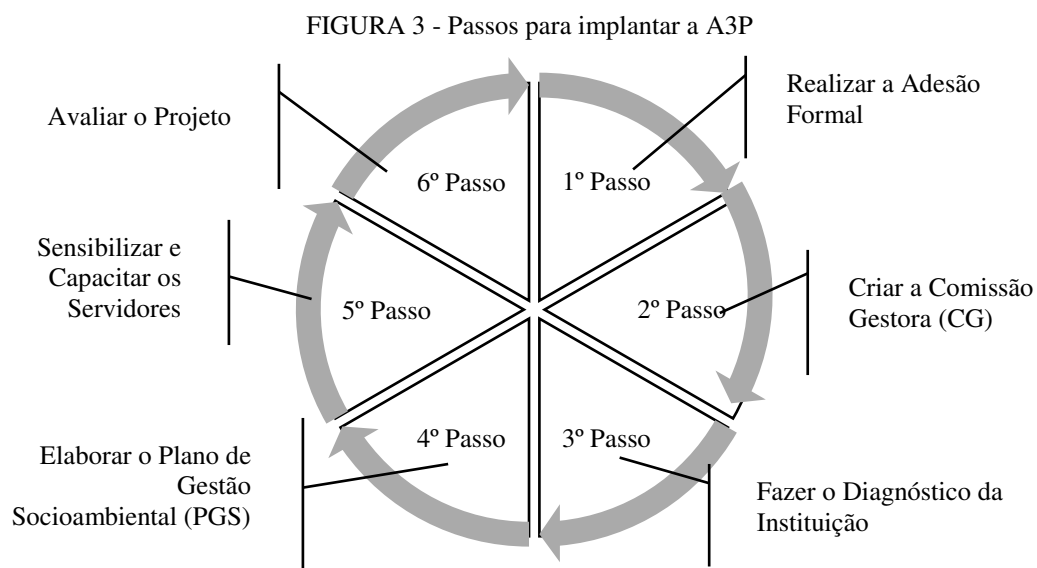
A A3P, conforme citado anteriormente, é baseada na NBR ISO 14001 que segue a metodologia PDCA - *Plan-Do-Check-Act* (Planejar-Executar-Verificar-Agir), assim descrita: **Plan** - estabelecer os objetivos e processos necessários para atingir os resultados em concordância com a Política Ambiental da organização; **Do** - implementar os processos; **Check** - monitorar e medir os processos em conformidade com a Política Ambiental, objetivos, metas, requisitos legais e outros, e relatar os resultados; e **Act** - agir para continuamente melhorar o desempenho do sistema de gestão ambiental.

Com essa concepção, o MMA sugere seis passos a serem seguidos pelas instituições quando da implantação do Programa A3P, conforme esquematizado na Figura 3 e descrito a seguir.

Passo 1 – Realizar a adesão formal – A adesão ao Programa é oficializada através da assinatura do Termo de Adesão proposto pelo MMA, o qual tem por finalidade estabelecer

parcerias e integrar esforços para desenvolver projetos destinados a implantação da A3P nas instituições públicas.

Para a formalização da parceria junto ao MMA, são exigidos os seguintes documentos: a) da instituição: ofício para encaminhamento dos documentos; cópia do comprovante de regularidade fiscal; cópia do comprovante de endereço; plano de trabalho impresso e em meio digital; e minuta do termo de adesão impressa e em meio digital; e b) do seu representante legal: cópias autenticadas do RG e do CPF; cópia autenticada do ato de nomeação; e cópia de delegação de competência para a assinatura de atos (BRASIL.MMA, 2017d).



FONTE: Adaptado de BRASIL.MMA (2017d).

Passo 2 – Criar a Comissão Gestora (CG) da A3P - Institucionalizada por meio de Portaria, a CG ficará encarregada de sensibilizar os gestores quanto à importância da implantação da A3P, de realizar o diagnóstico da instituição, de fazer o planejamento, implantação e monitoramento das ações. É sugerido que a CG tenha entre cinco e quinze membros, sendo um titular e um suplente de cada setor. Nas IESs *multicampi*, deverão ser criadas Subcomissões, dispersas em cada *campus*. É fundamental que as Subcomissões estejam representadas na CG, a fim de que sejam mantidas a unificação e transversalidade do Programa.

Passo 3 – Fazer o diagnóstico da instituição – Realizado pela CG, o diagnóstico deve conter informações sobre aspectos de todos os Eixos temáticos prioritários da A3P. Através do mesmo pode-se identificar os pontos críticos, avaliar os possíveis desperdícios em relação ao consumo, o consumo dos recursos naturais e materiais de expediente, os impactos ambientais gerados pela postura dos funcionários e mapear os gastos da instituição.

Passo 4 – Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental (PGS) - Realizado a partir do diagnóstico, o PGS deve conter as ações, os objetivos e as metas, os recursos físicos e financeiros necessários e disponíveis, bem como um cronograma de execução coerente, adequando as ações às metas pré-estabelecidas, além de definir os indicadores para acompanhamento e aprimoramento das práticas de sustentabilidade. O MMA disponibiliza no seu sítio um modelo de PGS.

Passo 5 – Sensibilizar e capacitar os servidores - A CG da A3P deverá desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações que serão implementadas de forma contínua, tais como campanhas, cursos, treinamentos, publicações de material educativo, entre outros, além de estratégias de comunicação entre os diferentes setores (cartazes, adesivos, etc.). A sensibilização deverá ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores e terceirizados, de modo a incentivar a adoção de uma postura socioambiental adequada por parte de todos.

Passo 6 – Avaliar o Projeto - A CG deverá avaliar e monitorar o desempenho socioambiental de forma periódica, com o intuito de fornecer informações quanto à eficiência e eficácia do PGS, identificar falhas e desenvolver novas abordagens para as atividades que não atingirem os resultados esperados.

A CG deverá construir um sistema de avaliação e monitoramento do PGS. Para isso é importante definir indicadores de sustentabilidade que mensurem os avanços alcançados e possibilitem replanejar as atividades. Os indicadores constituem ferramentas essenciais tanto no processo de planejamento como no monitoramento, uma vez que funcionam como ferramentas de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho do Programa.

O MMA disponibiliza um painel de indicadores de desempenho da A3P, distribuídos por Eixo temático. Nas subseções seguintes apresenta-se detalhadamente os seis Eixos temáticos e os indicadores de desempenho da A3P disponibilizados pelo MMA.

2.5.2 Eixos temáticos da A3P

O MMA destaca como principais subtemas relacionados aos Eixos temáticos da A3P: a coleta seletiva solidária; o consumo de copos descartáveis; o papel nosso de cada dia; a eficiência energética; a água e seus usos múltiplos; a manutenção da frota oficial de veículos; as compras sustentáveis; as obras e a sustentabilidade das edificações; os resíduos gerados na Administração Pública; e a qualidade de vida e capacitação dos servidores públicos. Esses subtemas foram trabalhados em seis Eixos temáticos, conforme já apresentados anteriormente.

E para dar respaldo às ações propostas para cada Eixo, as mesmas formam embasadas em instrumentos legais, listados no Apêndice A.

Para atendimento dos objetivos a que se propõe a presente pesquisa e de como esses subtemas foram acolhidos, apresenta-se a seguir um detalhamento sobre cada um dos Eixos temáticos da A3P.

2.5.2.1 Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

A ações desse Eixo objetivam auxiliar os órgãos na economicidade do gasto, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos, bem como a redução do desperdício nas atividades realizadas pela Administração Pública. “Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício.” (BRASIL.MMA, 2017d, p. 13).

Para Góes (2014, p. 41) “o ato de consumir é inerente e necessário à vida de qualquer ser humano, mas o padrão atual de consumo é insustentável na perspectiva ambiental”. Isto porque o consumo cada vez maior de bens e serviços, associado acúmulo de riqueza pela sociedade atual, tem se traduzido em desperdício de recursos naturais. Nesse contexto, a Administração Pública pode ser enquadrada como uma grande consumidora de bens e serviços, mas também como grande geradora de desperdício, tornando-se imperativo que dê bom exemplo de responsabilidade socioambiental, adotando práticas ambientais sustentáveis no uso dos recursos naturais e bens públicos.

A eficiência no uso de recursos naturais, bens e serviços é hoje um assunto de importância capital no desempenho e equilíbrio financeiro dos governos e da sociedade em geral e, por que não dizer, para a sustentabilidade do planeta, o que implica na adoção do consumo sustentável, que além de não prejudicar o meio ambiente, faz com que todos tenham acesso a produtos e serviços que atendam às suas necessidades básicas de consumo (PUCRS, 2010).

Esse Eixo temático aborda, basicamente, os subtemas: **energia, água, papel, copos descartáveis e transportes**.

Subtema: **energia** – Fatores como as mudanças climáticas, as poucas chuvas e o aumento da demanda por energia elétrica no país têm levado o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a acionar usinas térmicas para garantir a estabilidade do suprimento de energia nos últimos anos. Essas usinas, além de elevar os custos de geração, emitem grandes quantidades de gases de efeito estufa, devido ao uso de combustíveis fósseis. Contudo, estima-

se que parte dessa energia seja desperdiçada por hábitos inadequados, impondo-se a necessidade de utilizá-la de modo mais eficiente e eficaz, e ao mesmo tempo investir em outras fontes energia, renováveis, como a solar, eólica e ou biomassa (BRASIL.MMA, 2009; GÓES, 2014).

As edificações públicas e o comportamento pessoal frente ao uso da energia colocam a Administração Pública como uma expressiva consumidora de energia elétrica no país. Em assim sendo, pequenas mudanças estruturais nas edificações e de comportamento daqueles que as utilizam constituem oportunidades de redução de custos no consumo de energia no setor público. Segundo o MMA:

as edificações são responsáveis por 42% de toda energia elétrica consumida no país, as quais se distribuem entre os setores residencial (23%), comercial (11%) e público (8%). No caso dos prédios comerciais ou públicos, o condicionamento de ar é responsável por 48% desse consumo e a iluminação por 24% (BRASIL.MMA, 2013, p. 28).

Medidas para redução do consumo de energia vão desde a adoção de equipamentos mais eficientes (preferência por equipamentos com selo PROCEL), alterações de características arquitetônicas das edificações, alterações dos hábitos dos usuários, entre outras ações que contemplam diferentes Eixos temáticos, além deste. Boas práticas de gestão do uso de energia, nos órgãos e entidades da Administração Pública, foram estabelecidas pelo MPOG, na Portaria nº 23/2005 (BRASIL.MPOG, 2015).

Bons exemplos de Programas de eficiência energética em IESs brasileiras são o Programa Permanente para o Uso Eficiente dos Recursos Hídricos e Energéticos (PUERHE¹⁵) da USP e o Programa de Racionalização do Uso de Energia Elétrica (POUPELUZ¹⁶) da UFBA.

Subtema: **água** - A água doce é um recurso natural que tem se tornado cada vez mais escasso, tanto em termos de quantidade como de qualidade. Parte do problema pode ser atribuído ao aumento da população mundial, à poluição provocada pelas atividades humanas, ao consumo excessivo e ao alto grau de desperdício, o que tem conduzido a um quadro preocupante em relação à sustentabilidade do abastecimento público. “A continuar assim, poderemos chegar a 2050 com quase metade da população mundial não tendo acesso a cota mínima diária de água tratada para uma pessoa garantir as suas necessidades básicas de higiene e saúde, estimada em 50 litros/dia” (BRASIL.MMA, 2013, p.35).

¹⁵ Criado em 2015, substituiu o Programa Permanente para o Uso Eficiente da Energia Elétrica na USP (PURE-USP). Disponível em: <www.sef.usp.br/puerhe/energia>. Acesso em: 15jun.2017.

¹⁶ Disponível em: <www.poupeluz.ufba.br>. Acesso em: 15jun.2017.

Além do desperdício por parte do mau uso dos consumidores, dentre esses a Administração Pública, há também o desperdício na distribuição: em nosso país “estima-se que 20% a 60% da água tratada para consumo seja perdida na distribuição [...]” (Ibid, p.36). Como um bem ambiental de uso comum do povo, conforme assegura a CF/88, compete a Administração Pública, além de buscar a eficiência hídrica em suas edificações, o papel fundamental na disseminação de informações sobre o correto uso da água e de práticas para conter seu desperdício.

Medidas para reduzir o consumo de água vão desde o uso de aparelhos economizadores, a instalação de sistemas de reaproveitamento das águas pluviais, o reuso das águas cinzas, a instalação de sistemas de medição setorizada, além de campanhas para sensibilização dos servidores. Boas práticas de gestão do uso de água, nos órgãos e entidades da Administração Pública, foram estabelecidas pelo MPOG, na Portaria nº 23/2005 (BRASIL.MPOG, 2015).

Dois bons exemplos de Programas eficiência hídrica em IESs são o Programa de Uso Racional da Água (AGUAPURA)¹⁷ da UFBA e o Programa Permanente para o Uso Eficiente dos Recursos Hídricos e Energéticos (PUERHE)¹⁸ da USP.

Subtema: **papel** - O papel é um dos principais recursos naturais consumidos no dia a dia dos serviços públicos, seja no formato ofício, um dos mais consumidos, sejam os papéis de recado, agendas, cartões de visita, formulários contínuos, envelopes, entre outros, tornando o consumo bastante elevado (Ibid).

A produção e o consumo do papel são por natureza impactantes: na produção, além de usar intensivamente recursos florestais, o processo demanda energia, insumos e grandes volumes de água e gera elevadas quantidades de efluentes líquidos, sólidos e gasosos; no consumo (pós), ao ser encaminhado para aterros, o “papel, mesmo sendo biodegradável, quando depositado em locais com baixa aeração e em grandes quantidades pode demorar até 100 anos para se decompor” (Ibid, p. 70).

A adoção de novas medidas com relação ao uso do papel pela Administração Pública faz-se necessário, seja reduzindo, reutilizando e ou reciclando o papel ou, ainda, adotando metodologias que permitam a digitalização de documentos durante procedimentos administrativos. Tais condutas viriam a contribuir para economia de recursos utilizados na produção do papel, além de reduzir o volume de resíduos destinados aos aterros sanitários, aumentando sua vida útil e facilitando a coleta seletiva de resíduos, que por sua vez gera

¹⁷ Disponível em: <teclim.ufba.br/aguapura>. Acesso em: 15jun.2017.

¹⁸ Criado em 2015, em substituição ao Programa para Uso Racional da Água na USP (PURA-USP). Disponível em: <www.sef.usp.br/recursos-hidricos>. Acesso em: 15jun.2017.

emprego e renda para milhares de catadores envolvidos no ciclo da reciclagem do papel nas indústrias. Por fim, reduziria os custos decorrentes da aquisição de papel e os resíduos gerados, questões abraçadas nos Eixos temáticos 2 e 3.

Subtema: **copos descartáveis** – O material desses descartáveis é o plástico, produto amplamente utilizado na construção civil, na indústria automobilística, elétrica e eletrônica, em móveis e decorações, no vestuário, nas embalagens e em utensílios. Estes, os copos descartáveis, são amplamente utilizados no dia-a-dia de órgãos públicos.

A matéria-prima dos plásticos, em sua maioria, é obtida do petróleo, um recurso natural não renovável. As propriedades que os tornam atrativos para o uso são também um grande problema ao final da sua vida útil: a “sua inércia inerente permite que persistam no ambiente e o seu baixo custo fazem com que sejam altamente descartáveis” (BRASIL.MMA, 2013, p.79), gerando problemas tanto pela quantidade, quanto pela qualidade do resíduo descartado.

No Brasil, mais de 80% dos plásticos pós-consumo acabam depositados nos aterros sanitários, lixões, ou descartados nas ruas, parques, lagos, rios, mares, se acumulando ou se espalhando por todo o planeta, durando décadas antes que comecem a se degradar. Problema agravado pelo fato de que a maioria dos plásticos foi criada para ser descartada após curto período de uso: considerando-se um copo descartável, por exemplo, leva-se menos de um minuto para tomar água ou um cafezinho que, se não for reciclado, leva de 200 a 450 anos para se degradar no ambiente (Ibid).

Reduzir o uso desses descartáveis nas instituições públicas através de medidas como dar preferência aos copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem e promoção de campanhas de conscientização dos servidores para redução do consumo de copos, além de contribuir para a diminuir a quantidade de resíduos gerados e, conseqüentemente, a poluição ambiental, contribuirá também para a conservação de recursos naturais.

Subtema: **transportes** – Segundo o MMA, os veículos automotores são responsáveis por 70% da poluição do ar nas cidades (Ibid). Some-se ainda os ruídos, fora de padrões aceitáveis, causados muitas vezes por maus condutores com uso de frenagens e buzinas inconvenientes, que contribuem para o aumento da poluição sonora. Os gases poluentes emitidos contribuem para o aquecimento global, colocando essas fontes poluidoras no foco da Política Nacional sobre Mudanças do Clima¹⁹, quando trata da redução da emissão de gases de efeito estufa.

¹⁹ Lei nº 12.187/ 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 15jul.2017.

A Administração Pública deve desenvolver ações capazes de minimizar os impactos referentes à poluição atmosférica e sonora associados ao uso da sua frota veicular e, conseqüentemente, trabalhar em prol da responsabilidade social e da sustentabilidade.

Medidas para reduzir os impactos negativos dos meios de transporte passam pela aquisição de automóveis econômicos e eficientes e que utilizem combustíveis de fontes renováveis como álcool e biodiesel; melhor gerenciamento da frota veicular dos órgãos públicos, através do compartilhamento dos carros; programa de revisões periódicas; incentivo ao uso de meios de transporte menos poluentes como as bicicletas; e utilização de meios eletrônicos para minimizar deslocamentos, tais como reuniões virtuais, videoconferências, etc. (BRASIL.MMA, 2013).

2.5.2.2 Eixo 2 - Gestão de resíduos gerados

Esse Eixo tem por objetivo auxiliar nas ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos gerados. Segundo o MMA:

“A gestão adequada dos resíduos passa pela prevenção e redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado nem reutilizado)” (BRASIL.MMA, 2017d, p. 13).

Os quatro subtemas – **coleta seletiva, resíduos perigosos, resíduos eletroeletrônicos e plano de gestão dos resíduos** – abordados nesse Eixo entrelaçam-se no momento em que os resíduos devem ser segregados na fonte geradora, seguindo para destinação final ambientalmente adequada, após coleta diferenciada orientada mediante um plano de gestão de resíduos.

A Administração Pública, na realização de suas atividades, gera quantidades significativas de resíduos sólidos. Entre os resíduos produzidos em maiores quantidades encontram-se: papéis, plásticos, cartuchos e toners, lâmpadas fluorescentes, lixo eletrônico; e, em menor quantidade: vidros, metais, pilhas e baterias (BRASIL.MMA, 2009). Considerando as IESs, inclui-se também os resíduos biológicos, químicos, farmacológicos e radioativos provenientes das atividades em laboratórios e nos hospitais universitários.

Os resíduos sólidos quando adequadamente manuseados podem produzir riquezas na forma de energia, produtos reciclados, com uma enorme economia no que se refere à extração

de matéria-prima. Uma das abordagens prioritárias da A3P, além da não geração, é a destinação correta dos resíduos gerados, por meio da valorização de recursos que ainda não haviam sido incorporados à atividade econômica, ao mesmo tempo que busca promover a internalização do conceito dos 5R's nos mais diversos órgãos da Administração Pública, com a vantagem de permitir aos administradores uma reflexão crítica do consumismo, ao invés de focar apenas na reciclagem.

A gestão dos resíduos sólidos no Brasil está embasada na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Aplicam-se, ainda, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO).

Subtema: **coleta seletiva** - Em decorrência do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 (BRASIL, 2006), existe hoje a obrigatoriedade de que os resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos da Administração Pública federal direta e indireta, devam ser destinados a associações e cooperativas de catadores, com a implantação da coleta seletiva solidária (BARKI, [200-]), conforme reza Artigo 6º:

Os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deverão implantar, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação deste Decreto, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, devendo adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto. (BRASIL, 2006, art. 6º)

Os resíduos recicláveis são todos os materiais descartados passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, que nas instituições públicas são basicamente papéis/papelões, copos descartáveis, alguns metais e vidros.

Subtema: **resíduos perigosos** – Segundo a PNRS, são considerados resíduos perigosos:

todos aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica (BRASIL, 2010, art. 1º).

Enquadram-se nessa classificação: os resíduos dos serviços de saúde humana e animal, provenientes de hospitais, clínicas, laboratórios, etc., cujo tratamento e destinação final são regidos pela Resolução CONAMA 358/2005; os óleos lubrificantes, de que trata a Resolução CONAMA nº 362/2005; resíduos eletrônicos ricos em metais pesados, tais como pilhas e

baterias, cujo gerenciamento é tratado na Resolução CONAMA nº 401/2008, e, ainda, cartuchos, toners e lâmpadas fluorescentes, dentre outros, muitos dos quais têm a obrigatoriedade de atender a logística reversa apregoada na Lei de Resíduos Sólidos.

Subtema: **resíduos eletroeletrônicos** - O descarte de resíduos eletroeletrônicos, tais como computadores, impressoras, telefones, fax, relógios, balanças, geladeiras, etc., deve seguir o disposto no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 (BRASIL, 2018) que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento desses materiais, dentre outros.

Subtema: **plano de gestão dos resíduos** – Instrumento da PNRS, também aplicável às instituições públicas, dentre outras exigências, deve conter: metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos; e programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas.

2.5.2.3 Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

O presente Eixo tem por objetivo auxiliar na avaliação das ações voltadas para a segurança e bem-estar dos servidores, a partir de dois subtemas: **qualidade de vida no trabalho**; e **segurança no serviço e acessibilidade**. “A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa o rendimento do servidor na organização por meio da melhoria dos aspectos de ergonomia, conforto, bem-estar, entre outros, no local de trabalho” (BRASIL.MMA, 2017d, p. 13).

Melhorar as condições ambientais de trabalho implica, dentre outras medidas, propiciar a acessibilidade e segurança. Uma melhor qualidade de vida, saúde e segurança no ambiente de trabalho pode ser implementada através de medidas como: respeito à legislação (tratamento impessoal, direito de expressão); implantação de programas de prevenção de riscos ambientais; instituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e brigadas de incêndio; manutenção ou substituição de aparelhos ruidosos; implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) de sistemas de climatização de ambientes; promoção de atividades de integração no local de trabalho e qualidade de vida como: ginástica laboral, oficinas de talento, etc.; e acesso apropriado das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.5.2.4 Eixo 4 - Sensibilização e capacitação dos servidores

Este Eixo objetiva auxiliar nas ações de informação, valorização e engajamento dos servidores, por meio de dois subtemas: **ações de sensibilização para os servidores e capacitação dos servidores**. Segundo o MMA:

“A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades” (BRASIL.MMA, 2017d, p. 14).

Para mudar comportamentos e padrões de consumo no ambiente de trabalho faz-se necessário implementar ações que favoreçam a mudança de hábitos antigos, descomprometidos com a sustentabilidade. Criar nos servidores uma consciência cidadã de responsabilidade socioambiental é possível através de ações de sensibilização e cursos de capacitação, principalmente para os gestores. Os planos de sensibilização e capacitação devem contemplar medidas visando a realização de campanhas com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos; promoção de capacitação e sensibilização por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas, cursos, etc.; produção de informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição, dentre outros.

2.5.2.5 Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis

Auxiliar os processos de aquisição de bens e contratação de serviços, por meio da seleção de produtos que reduzam a geração de resíduos e emissões de CO₂, bem como os impactos socioambientais negativos constitui o objetivo desse Eixo temático.

“A Administração Pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também porque apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço” (MMA, 2017d, p. 14).

Segundo o MMA, o gasto anual em compras e contratações públicas compromete um percentual considerável do Produto Interno Bruto (PIB). Nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, “atinge até 30%, demonstrando, portanto, a enorme influência do Estado como agente econômico, podendo impactar positivamente na economia e estimular negócios sob o ponto de vista socioambiental” (Ibid, p. 66). “Este número é significativo para que a inserção de critérios de sustentabilidade possa induzir mudanças nos padrões de consumo

e produção” (CRUZ, 2014, p. 16). Dessa forma, o poder de compra e contratação do Estado tem um papel de destaque na orientação dos agentes econômicos quanto aos padrões sustentabilidade.

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todas as fases do processo de compra e contratação de governos, visando reduzir impactos sobre a saúde humana, o meio ambiente e os direitos humanos, ao mesmo tempo resultando em economia para a administração pública. Outras denominações para CPS: compras verdes, ecoaquisição, compra ambientalmente amigável, licitação positiva e licitação sustentável (BRASIL.MMA, 2017d).

As compras e contratações públicas são feitas por meio de licitações. A licitação é definida como sendo um conjunto de procedimentos administrativos que têm por finalidade a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, ou seja, comprar ou contratar mais rápido e melhor pelo menor custo possível – princípio da eficiência. A licitação sustentável busca unir a eficiência com o uso do poder de compra e contratação do Estado para consolidar o desenvolvimento sustentável.

As ações desse Eixo temático estão balizadas em distintos instrumentos normativos: Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010 (BRASIL.MPOG, 2010b), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras; e, mais recentemente, pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 (BRASIL, 2017), que altera Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública federal, quando a adoção de práticas sustentáveis pela Administração Pública deixou de ser uma possibilidade para ser uma obrigação.

A aquisição de bens e materiais, bem como a contratação de serviços e projetos ambientalmente sustentáveis exigem medidas tais como: comprar equipamentos ajustados às diretrizes do PROCEL, papel não-clorado ou reciclado e impressoras que imprimam frente e verso; incluir no contrato de reprografia a impressão dos documentos em frente e verso, nos de serviço de copa e limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e capacitação dos funcionários de acordo com as regras da A3P.

A A3P sugere nove subtemas para esse Eixo temático, a saber: **ar condicionado; iluminação; água; papel; madeira; veículos; TI verde²⁰; serviços de limpeza; e serviços de copa**. Notadamente, tratam-se de produtos e serviços consumidos em larga escala pela Administração Pública, os quais compõem listas de bens, serviços e obras que atendam critérios de sustentabilidade ambiental.

2.5.2.6 Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis

O objetivo desse Eixo é auxiliar na assimilação dos conceitos de sustentabilidade nas construções públicas, através da adoção de soluções mais eficientes. O MMA considera que:

“Construção sustentável é um conceito que denomina um conjunto de medidas adotadas durante todas as etapas da obra que visam a sustentabilidade da edificação. Através da adoção dessas medidas é possível minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes” (BRASIL.MMA, 2017d, p. 14).

Adotar medidas, durante todas as etapas da obra, que visem minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes, é uma das metas desse Eixo. Nesse sentido, o projeto básico de uma construção sustentável deve ser elaborado visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Deve ainda priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas e fazer o gerenciamento de resíduos segundo a condições determinadas em Resolução do CONAMA (VALENTE, 2011).

O Instituto para o Desenvolvimento da Habitação Ecológica (IDHEA) enumera nove itens que identificam uma construção sustentável: (1) planejamento da obra de forma sustentável; (2) aproveitamento dos recursos naturais disponíveis (ventilação e luminosidade naturais, por exemplo, ao invés de ar condicionado e iluminação artificial durante o dia); (3) eficiência energética; (4) gestão e economia de água; (5) gestão de resíduos; (6) qualidade do ar e ambiente interior; (7) conforto térmico e acústico; (8) uso racional dos materiais; e (9) uso de tecnologias e produtos que não agridam o meio ambiente.

²⁰ Tecnologia da Informação Verde ou apenas TI Verde (do inglês: *Green IT*) é uma tendência mundial voltada para o impacto dos recursos tecnológicos no meio ambiente. Com princípios de uso de recursos tecnológicos que consumam menos energia, uso de matéria prima e substâncias menos tóxicas na fabricação e por fim minimize impactos no seu descarte, permitindo reciclagem e reutilização (https://pt.wikipedia.org/wiki/TI_verde).

Para contratação de obras pela Administração Pública federal, a IN nº 1/2010 (BRASIL.MPOG, 2010b) estabelece nove critérios de sustentabilidade: I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável; II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença; III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia; VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados; VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento; VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço. Esses critérios devem ser seguidos tanto pelas novas construções, como pelas obras de reforma e ampliação, subtemas desse Eixo temático.

Os subtemas acima descritos deram origem a construção de uma série de indicadores que subsidiam a avaliação do desempenho da instituição pública em cada um dos seis Eixos temáticos. Neste sentido, a A3P propõe uma série de indicadores de desempenho, os quais são tratados na seção subsequente.

2.5.3 Indicadores de desempenho da A3P

Os indicadores de desempenho da A3P têm como principal objetivo permitir aos gestores aprimorarem o conhecimento sobre a realidade da instituição, por meio de informações que permitam comparar a qualidade da gestão socioambiental (BRASIL.MMA, [200-], 2017d). E, em busca desse objetivo, o MMA estabeleceu três tipos de indicadores, assim definidos:

- 1) indicadores gerais - são focados nos aspectos quantitativos do monitoramento;
- 2) indicadores especiais (E) - são focados nos aspectos qualitativos das ações implementadas;
- 3) indicadores adicionais (A) - são aplicados apenas para algumas realidades de alguns órgãos públicos, podem focar aspectos qualitativos ou quantitativos.

Os indicadores têm caráter orientativo, cabendo à instituição definir aqueles que irá utilizar na avaliação do seu desempenho e elaboração do Relatório. Foram sugeridos 92 indicadores de desempenho, distribuídos em 26 subtemas dos seis Eixos temáticos. O MMA

disponibiliza em seu sítio uma planilha com os indicadores de desempenho da A3P, contendo o nome, a descrição e a forma de apuração do indicador, seja geral, especial ou adicional (BRASIL.MMA, 2016).

2.5.4 A3P na universidade pública

As universidades públicas com seus *campi*, conforme citado anteriormente, assemelham-se às cidades em muitos aspectos, uma vez que são sistemas abertos, que para funcionarem precisam de suprimentos como água, energia, alimentos e materiais diversos, cuja disponibilidade é regulada pela sustentabilidade do capital natural do planeta. Utilizar tais recursos e depois dispensá-los na forma de lixo, esgotos e gases, que impactam negativamente o ambiente, está desafiando os gestores universitários em todos os lugares do mundo a adotarem práticas ambientalmente sustentáveis.

Neste sentido, em publicação recente, intitulada Gestão socioambiental em universidades públicas – A3P, o MMA propõe a adoção do Programa A3P pelas universidades públicas, justificando como “uma oportunidade das mesmas se transformarem, modernizando sua administração” (BRASIL.MMA, 2017e, p. 7), auxiliando-as a “trabalharem a gestão com responsabilidade socioambiental” e enfatizando que a sua implementação “depende muito mais de criatividade que de recursos aplicados, afinal, a peculiaridade de cada órgão requer soluções diferenciadas” (Ibid, p. 11). Nessa lógica, uma das grandes virtudes da A3P está na liberdade para criar soluções de sustentabilidade, o que estimula mais ainda o caráter acadêmico das universidades na busca de conhecimento.

Na supracitada publicação são enumerados os possíveis ganhos de uma gestão que adeque os interesses das universidades às diretrizes da A3P, quais sejam:

- a) implantação de um fluxo organizado dos resíduos, incluindo a coleta seletiva, reutilização e reciclagem, destinação correta;
- b) eficiência energética dos aparelhos eletroeletrônicos, o que significa redução no consumo de energia elétrica;
- c) conforto térmico nas dependências da universidade para um melhor desempenho de todos os envolvidos;
- d) uso de equipamentos hidráulicos que reduzem o consumo da água;
- e) instalação de equipamentos de apoio como área de lazer e bicicletário, que trazem mais conforto aos servidores e alunos;

- f) obras de arquitetura e engenharia que utilizem produtos com padrões de sustentabilidade, onde se aproveita elementos como luminosidade, ventilação natural e sombreamento, entre outras alternativas.

Afirma, ainda, que as diretrizes da A3P, quando implantadas nas universidades, provocam quatro tipos de efeitos nessas instituições, quais sejam: sinérgico, ecológico, pedagógico e econômico.

Sinérgico na medida em que aglutina forças, soma energias; **Ecológico** porque firma as relações entre os envolvidos; **Pedagógico** pela forma com que, através da prática adotada, “diz” a todos da comunidade universitária que está fazendo o certo em termos de sustentabilidade; por servir de exemplo como órgão público; por mostrar aos alunos e demais interessados como funcionam determinados procedimentos ou produtos tecnológicos projetados para causar menor impacto ambiental; **Econômico** porque gera redução nos gastos da instituição (BRASIL.MMA, 2017e, p. 13).

Pelo caráter social inerente às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, as universidades devem ser exemplo de responsabilidade socioambiental, tanto para a comunidade interna como para a sociedade em geral. Ao adotarem diretrizes de sustentabilidade socioambiental, a combinação dos efeitos sinérgicos, ecológicos e econômicos geram economia de recursos e efeitos positivos no meio ambiente, promovendo o seu reconhecimento diante da sociedade. A gestão socioambiental dos seus *campi*, pelo efeito pedagógico que gera, serve de exemplo, e, como tal, sempre ensina algo – “aprendem os alunos, aprendem os professores, aprendem os gestores e aprende a sociedade” (Ibid, p. 13).

Como em qualquer outra instituição pública, um passo importante para implantação da A3P nas universidades públicas é a elaboração diagnóstico, a qual “deve estar associada aos Eixos temáticos da A3P com um roteiro de observações, contendo indicadores que auxiliam na percepção da situação” (BRASIL.MMA, 2017e, p. 18). O indicador sinaliza as evidências observadas, podendo ser qualitativo ou quantitativo. O monitoramento posterior dos indicadores utilizados embasará a avaliação das ações socioambientais. O Manual do MMA traz uma sugestão de planilha com questões relacionadas aos seis Eixos temáticos da A3P, que poderão auxiliar à CG da universidade na elaboração do diagnóstico inicial, ficando a mesma livre para adaptar a planilha a sua realidade.

Nesta seção, buscou-se abordar os principais aspectos relacionados às questões ambientais e de sustentabilidade nas universidades. Sem a pretensão de esgotar a temática, compilou-se conceitos e informações de modo a subsidiar o desenvolvimento desta pesquisa, bem como colaborar para alcançar os objetivos propostos para o estudo.

Na revisão apresentou-se uma retrospectiva, partindo da década de 1970, sobre a inserção da temática ambiental nas universidades, seus marcos e conceitos fundamentais sobre universidade sustentável, além de discussões sobre sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, práticas ambientais sustentáveis e critérios de sustentabilidade, temas relevantes para compreensão problema da pesquisa. Apresentou-se também um panorama dos estudos abordando a gestão socioambiental em IESs.

Na última parte do capítulo foi feita uma revisão exaustiva sobre a ferramenta de gestão socioambiental do MMA – o Programa A3P, apreendido como base para análise das questões socioambientais na UFCG.

Na sequência, apresenta-se os procedimentos metodológicos para consecução da pesquisa, no que compreende a classificação, o *locus* da pesquisa, os sujeitos da pesquisa e os procedimentos de coleta, tratamento e análise de dados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dando sequência a ideia central desta pesquisa, quando se propõe analisar como as questões socioambientais são tratadas na UFCG, tendo como referência o Programa A3P do MMA, neste capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos do presente estudo.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é um procedimento racional que visa dar respostas a questões que são propostas. Ou ainda, “é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). A mesma é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema ou então quando a informação disponível se encontra desordenada (GIL, 2010). Seus métodos e técnicas de desenvolvimento podem ser classificados de várias formas (YIN, 2001; SILVA; MENEZES, 2005; GIL, 2010; MOREIRA; CALEFFE, 2008; SIENA, 2011; MARCONI; LAKATOS, 2010).

Quanto à natureza, a pesquisa pode ser classificada como: pesquisa básica e pesquisa aplicada. Enquanto a primeira envolve verdades e interesses universais objetivando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista, a segunda, envolve verdades e interesses locais objetivando gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos (SIENA, 2011). Partindo-se dessa premissa, esta pesquisa é, portanto, de natureza **aplicada**, uma vez busca conhecer verdades e interesses locais, compilando conhecimentos que possam vir a ser úteis ao processo de gestão socioambiental na instituição.

Para atender aos objetivos da mesma, optou-se por realizar um estudo **exploratório-descritivo**. Segundo Siena (2011), a pesquisa exploratória permite “obter maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito ou a construir hipóteses”, já a pesquisa descritiva busca “a descrição das características de certa população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis” (SIENA, 2011, p. 64), permitindo conhecer e analisar situações diversas, tanto em natureza quanto em suas características (GIL, 2010). A opção por essa linha de pesquisa deu-se em virtude da necessidade de gerar conhecimento e explicitar o tratamento dado as questões socioambientais na UFCG.

Já quanto à forma de abordagem, aplicou-se nesse estudo as abordagens **qualitativa e quantitativa**, com uso de escala de avaliação e estatística descritiva para organização das

informações (SIENA, 2011). Para Gerhardt e Silveira (2009), na primeira forma de abordagem, não há preocupação com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.; já na segunda forma de abordagem, recorre-se à linguagem estatístico-matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. Ainda, segundo os mesmos autores, ambas podem ser utilizadas num mesmo estudo, uma vez que a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. No estudo de organizações complexas como a UFCG, organização de estrutura *multicampi*, a abordagem quali-quantitativa apresenta-se adequada.

A classificação de uma pesquisa, sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos utilizados, pode ser bastante diversificada, a saber: bibliográfica, documental, experimental, de campo, de levantamento, com *survey*, estudo de caso, *ex-post-fact*, dentre outras (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado em livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e, atualmente, material disponibilizado na Internet, é essencial para fundamentar as bases teóricas da pesquisa. A pesquisa documental difere da bibliográfica com relação aos documentos consultados, uma vez que este banco de dados não recebeu tratamento analítico, passando a constituir uma importante fonte de dados a serem trabalhados. A pesquisa de levantamento e a pesquisa com *survey* são utilizadas em estudos exploratórios descritivos, quando se busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter, utilizando-se de questionários e ou entrevistas para a coleta de dados. A pesquisa estudo de caso, caracterizada como um estudo de uma entidade bem definida, seja uma pessoa, um programa, uma instituição ou entidade social (YIN, 2001), é mais adequada quando se busca examinar eventos contemporâneos em seu contexto real, utilizando-se várias fontes de evidência (GIL, 2010).

A escolha do procedimento técnico é indispensável e depende das características da pesquisa. Uma mesma pesquisa pode envolver procedimentos técnicos diferentes. Para Gil (2010), a grande maioria das pesquisas exploratórias envolve:

(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2010, p. 35).

O procedimento técnico escolhido para essa pesquisa foi o **estudo de caso**, método empírico que propicia o exame de acontecimentos contemporâneos dentro do seu contexto, utilizando-se de várias fontes de evidência (GIL, 2010), permitindo o aprofundamento de uma área de conhecimento ainda incipiente nas IESs – a sustentabilidade socioambiental. A escolha do procedimento estudo de caso não dispensa o uso de outros como pesquisa bibliográfica, documental e *survey*.

Frente a essas conceituações, esta pesquisa pode ser tipificada da seguinte forma: quanto à natureza – pesquisa **aplicada**; quanto aos objetivos - pesquisa **exploratória-descritiva**; quanto à forma de abordagem - pesquisa **qualiquantitativa**; e quanto às técnicas de abordagem - **estudo de caso**. A mesma será desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema proposto, buscando a compreensão da questão socioambiental na instituição, a análise e interpretação dos fatos coletados.

3.2 LÓCUS DA PESQUISA

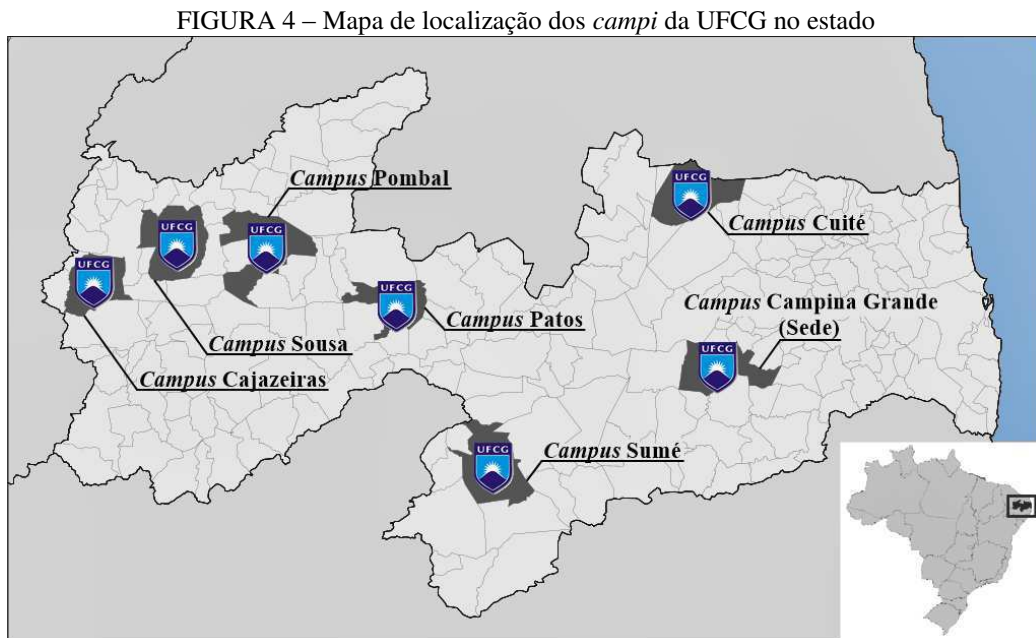
A área delimitada para realização do estudo foi a UFCG, localizada no estado da Paraíba, região Nordeste do país. Trata-se de uma IES pública, de estrutura *multicampi*, composta por sete *campi*, sediados em diferentes municípios paraibanos e nominados pelo município no qual encontra-se instalado (Figura 4), tendo como *campus* sede o *campus* de Campina Grande.

A Universidade Federal de Campina Grande foi criada pela Lei nº. 10.419, de 09 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Porém, sua origem data da década de 1950, quando foram criadas a Escola Politécnica de Campina Grande (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955), momento em que a educação superior dava os primeiros passos na Paraíba.

Em 2002, por ocasião do desmembramento, a UFCG já contava com uma estrutura *multicampi*, com quatro *campi* localizados nas cidades de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. Em 2006, foi criado o *campus* de Cuité, em 2008 o *campus* de Pombal e em 2009 o *campus* de Sumé.

A UFCG tem uma estrutura administrativa-operacional e de tomada de decisão complexa, efetivada mediante atuação de órgãos colegiados deliberativos e órgãos executivos, formada pelo Conselho Universitário e suas Câmaras, Reitoria, Pró-Reitorias, Secretarias, Prefeitura e Subprefeituras, Órgãos Suplementares, Assessorias, Comissões, Direções de Centro, Coordenações de Unidades Acadêmicas e demais órgãos gestores necessários ao

andamento da instituição (UFGC, 2005b). Para atender às peculiaridades de sua configuração *multicampi*, adota um regime de administração descentralizada nos sete *campi* universitários (UFGC, 2004).



FONTE: Adaptado de Paraíba_RedeUFGC²¹ (2017).

Distribuídos em seus sete *campi*, a UFGC possui atualmente: 11 Centros; 96 cursos de graduação e um programa que abriga um curso de Licenciatura Intercultural Indígena; 25 programas de pós-graduação, com 25 mestrados acadêmicos, 2 mestrados profissionalizantes, 3 mestrados profissionalizantes em REDE e 12 doutorados; 17.754 alunos ativos na graduação; 1.218 alunos ativos na pós-graduação; 3.322 servidores docentes e técnico-administrativos; e oferece 4.715 vagas de ingresso em seus cursos de graduação (dados de abril de 2017). Em termos de estrutura física, além das edificações destinadas à administração, esses *campi* contam com edificações destinadas ao ensino-pesquisa-extensão, cultura, saúde, lazer e serviços diversos.

As áreas de atividade de ensino, pesquisa e extensão, atualmente desenvolvidas na UFGC, são: Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

²¹ Disponível em: <21024px-Paraiba_RedeUFGCNum.png>. Acesso em: 2mai.2017.

Em termos de área física, a UFCG ocupa uma área territorial total estimada em torno de dez milhões de metros quadrados²², onde circulam nos três turnos, aproximadamente, trinta mil pessoas, entre discentes, servidores docentes e técnico-administrativos e prestadores de serviços, não contabilizando os seus visitantes, ou seja, pessoas que utilizam a infraestrutura de lazer e serviços dos *campi* ou passam a pé pelos mesmos.

Para atender a sua comunidade acadêmica com ensino, pesquisa, extensão e serviços, além da extensa área ocupada com salas de aula, laboratórios, hospitais, creches, restaurantes, cantinas, academias, ginásios de esportes, edificações administrativas, etc., a UFCG utiliza grande quantidade de recursos humanos e materiais, gera resíduos e impactos socioambientais significativos, necessitando promover práticas sustentáveis em seus *campi*, de modo a atender às exigências legais, cumprir compromissos assumidos com a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, servir de estímulo às comunidades onde os *campi* estão inseridos.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Em se tratando de uma pesquisa exploratória, a seleção dos sujeitos da pesquisa será baseada na probabilidade de que ofereçam a contribuição desejada, ou seja, pessoas (nesse caso, servidores) que trabalhem ou que de alguma forma estejam envolvidos nas atividades da pesquisa, constituindo assim uma amostra selecionada (OTERO, 2010).

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa foram selecionados, inicialmente, dentro do Organograma Executivo²³ da UFCG (Apêndice C), os setores institucionais onde era esperado que estivessem sendo planejadas e desenvolvidas práticas de gestão socioambiental, segundo os Eixos temáticos do Programa A3P. Foram eleitos como sujeitos da pesquisa os servidores com cargo administrativo naqueles setores escolhidos. Em assim procedendo, foram selecionados os seguintes setores da UFCG:

- ✓ Prefeitura do *campus* sede – o Prefeito do *campus* de Campina Grande;
- ✓ Subprefeituras dos demais *campi* – os Subprefeitos dos *campi* de Cajazeiras, Sousa, Patos, Cuité, Sumé e Pombal;
- ✓ Pró-Reitorias: PRE (Ensino), PRPG (Pós-Graduação), PRAC (Assuntos Comunitários), PROPEX (Extensão) e PRGAF (Gestão Administrativo-Financeira) – os respectivos Pró-Reitores;

²² UFCG. Prefeitura Universitária. **UFCG/ÁREAS**. Recebida por: <selma.araujo@ufcg.edu.br>. Em 11set.2017.

²³ De autoria própria, com base Regimento Geral da UFCG. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 15fev.2017.

- ✓ Secretarias: SEPLAN (Planejamento e Avaliação Institucional, anteriormente, Secretaria de Planejamento e Orçamento), SRH (Recursos Humanos) e SODS (Órgãos Deliberativos Superiores) – os respectivos Secretários;
- ✓ Direções de Centro: CCT (Ciência e Tecnologia), CCBS (Ciências Biológicas e da Saúde), CH (Humanidades), CTRN (Tecnologia e Recursos Naturais), CEEI (Engenharia Elétrica e Informática), CFP (Formação de Professores), CSTR (Saúde e Tecnologia Rural), CCJS (Centro de Ciências Jurídicas e Sociais), CES (Educação e Saúde), CCTA (Ciências e Tecnologia Agroalimentar) e CDSA (Desenvolvimento Sustentável do Semiárido) – os Diretores de Centros.

A participação dos sujeitos da pesquisa efetivou-se através de respostas aos Questionários de coleta de dados, elaborados para fins dessa pesquisa, baseados nas diretrizes do Programa A3P e em pesquisas anteriores desenvolvidas por Otero (2010), Kruger *et al* (2011) e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

3.4 COLETA DE DADOS

Foram utilizadas duas fontes para a coleta de dados: primária e secundária. Na primeira, as informações são colhidas diretamente na origem, sem tratamento prévio, permitindo buscar particularidades não disponíveis em outra fonte. Já na segunda, as informações já sofreram tratamento analítico prévio antes de sua publicação.

A coleta de dados primários, realizada no período de março a dezembro de 2017, foi efetivada por meio de Questionários semiabertos, direcionados a um público informante selecionado dentre os servidores da UFCG, aqui denominado sujeitos da pesquisa ou respondentes (ver seção 3.3).

Para obtenção de dados secundários, foi utilizado o recurso da técnica documental, fazendo uso do método investigativo e descritivo, através da revisão bibliográfica de documentos relativos ao tema e da análise de documentos institucionais disponibilizados no portal da UFCG, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Estatuto, o Regimento Geral e os Relatórios de Gestão Anual, estes na janela temporal de 2014 a 2016.

Para assegurar o acesso aos vários setores da instituição, durante a fase de coleta dos dados, e atender aos protocolos de pesquisa, o Termo de Anuência Institucional (Apêndice B) foi submetido à Reitoria da UFCG. Essa anuência afiança também a publicação dos resultados em trabalhos acadêmicos-científicos.

3.4.1 Questionários e sua aplicação

Foram utilizados dois tipos de Questionários semiabertos, aplicados em duas fases distintas. Na primeira fase, entre março e abril de 2017, o Questionário ‘A’ (Apêndice D) foi aplicado aos gestores administrativos-operacionais dos *campi*. Na segunda fase, que compreendeu os meses de novembro e dezembro de 2017, aplicou-se o Questionário ‘B’ (Apêndice E) aos demais sujeitos da pesquisa.

Os Questionários tiveram como referência os estudos de Otero (2010), que se baseou no trabalho da organização *Campus Consortium for Environmental Excellence (C2S2)*, de Kruger *et al* (2011), de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) e os Eixos temáticos da A3P. Eram formados por questões, objetivas e subjetivas, sendo estas flexíveis de modo a permitir explorar ao máximo possível as práticas socioambientais, as motivações e as dificuldades para implantação de um PGS na UFCG, as expectativas e as questões ambientais mais urgentes na opinião dos sujeitos da pesquisa.

A parte dos Questionários relativa às práticas socioambientais era composta por um *checklist*, com as temáticas dos seis Eixos da A3P. Para cada temática foi usado uma série de indicadores de sustentabilidade socioambiental, apresentados na forma de perguntas relacionadas à gestão de água, energia, transportes, materiais, resíduos, espaço físico, compras e à capacitação de servidores e qualidade de vida no trabalho, seja no *campus* ou setor da Administração Superior.

Considerando que os indicadores da A3P são orientativos e que as planilhas sugeridas poderiam ser adaptadas a realidade de cada instituição, foram suprimidos alguns indicadores e incluídos outros que dizem respeito a realidade na UFCG, como por exemplo: desenvolve alguma ação para controle da animais abandonados no *campus*, possui Plano de Uso do Solo, faz gestão dos espaços verdes do *campus*, visando a saúde e bem-estar dos servidores, desenvolve ações de otimização do uso dos veículos, dentre outros, resultando em 42 indicadores no Questionário ‘A’ e 57 indicadores no Questionário ‘B’.

No Questionário ‘A’ os respondentes deveriam assinalar com um ‘X’ aquelas ações socioambientais executadas no *campus*. Já no Questionário ‘B’, visando aprimorar o *checklist* como mais opções de respostas, foi disponibilizado uma escala de avaliação, com as seguintes opções de resposta: **1** – Não é aplicável no contexto do setor; **2** – Não aplica (significando que é aplicável ao setor, porém a prática em questão não é realizada); **3** – É pouco aplicada; **4** – É aplicada, mas desconhece a proporção; **5** – É totalmente aplicada; **D** – Desconhece ou não tem

essa informação. Os respondentes deveriam assinalar com um ‘X’, a opção que melhor expressasse a situação do seu setor com relação à aplicação da prática socioambiental pesquisada.

No que tange a estrutura administrativa-operacional da UFCG (Apêndice C) o setor responsável pela infraestrutura do *campus* é a Prefeitura Universitária (PU)²⁴. Dessa forma, cada *campus* tem um gestor dos espaços físicos, dos bens móveis e imóveis, dos serviços de água, energia, comunicação, manutenção, limpeza, transportes e segurança, na figura do Prefeito, para o *campus* sede, e dos Subprefeitos, nos demais *campi*. Para identificar a existência de práticas de gestão socioambiental nos diversos *campi*, a amostra selecionada para aplicação do Questionário ‘A’ foi formada pelos Prefeito e Subprefeitos dos sete *campi* (Quadro 5).

Prosseguindo-se no Organograma Executivo da UFCG (Apêndice C), na sequência, o Questionário ‘B’ foi aplicado aos servidores, com cargo administrativo, gestores dos seguintes setores institucionais: Pró-Reitorias e Secretarias da Administração Superior e Centros (Quadro 5).

QUADRO 5 – Amostra selecionada para a pesquisa

CAMPUS	QUESTIONÁRIOS	
	‘A’	‘B’
Campina Grande	Prefeito	Pró-Reitores da: PRE, PRPG, PROPEX, PRAC e PRGAF
		Secretários da: SPLAN, SRH e SODS
		Diretores do: CCT, CH, CTRN, CCBS e CEEI
Cajazeiras	Subprefeito	Diretor do CFP
Sousa	Subprefeito	Diretor do CCJS
Patos	Subprefeito	Diretor do CSTR
Cuité	Subprefeito	Diretor do CES
Sumé	Subprefeito	Diretor do CDSA
Pombal	Subprefeito	Diretor do CCTA

FONTE: A autora (2017).

A aplicação dos Questionários foi programada para ser feita presencialmente, com esclarecimentos adicionais simultâneos, iniciada com apresentação um vídeo do MMA sobre o Programa A3P. Essa prática só não foi possível aplicar com os Diretores dos Centros fora de sede, por dificuldade de agendamento. Os Questionários também foram disponibilizados em meio eletrônico e, de acordo com a conveniência do respondente, o mesmo poderia ser devolvido impresso ou encaminhado por e-mail.

²⁴ A Prefeitura Universitária tem, por atribuição, a proposição de diretrizes, a orientação, a coordenação, a supervisão e a fiscalização de assuntos concernentes à infraestrutura da Universidade (Art. 26, Resolução nº 6/2005, do Colegiado Pleno da UFCG).

No Quadro 6, apresenta-se uma visualização do total de Questionários aplicados e respondidos (devolvidos). “Em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução” (MARCONI; LAKARTOS, 2003, p. 201). Observa-se que 88,5% dos Questionários aplicados foram respondidos, número considerado satisfatório para efeitos da pesquisa.

QUADRO 6 – Percentual de questionários respondidos

SUJEITOS DA PESQUISA	TOTAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	TOTAL DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS
Prefeito e Subprefeitos dos <i>campi</i>	7	6	85,7
Secretários da Administração Superior – SRH, SEPLAN e SODS	3	3	100
Pró-Reitores - PRE, PRPG, PRAC, PROPEX e PRGAF	5	5	100
Diretores de Centro - CCT, CH, CCBS, CEEI, CTRN, CFP, CCJS, CSTR, CES, CCTA e CDSA	11	9	81,8
Total	26	23	88,5

FONTE: Dados da pesquisa.

NOTA: Sem resposta: *campus* de Patos (Subprefeitura e Direção do CSTR) e *campus* de Cajazeiras (Direção do CFP).

Durante a coleta de dados e ao seu final, procedeu-se o tratamento e análise dos dados gerados, conforme explicitado na seção subsequente.

3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A sistematização dos dados coletados, ordenação e interpretação é fundamental para a consecução do estudo ora proposto. Esta seção trata desse processo, seja com dados primários ou secundários, quando foi utilizada a estatística descritiva, com uso de planilhas e gráficos *Excel*, de modo a facilitar a triangulação e análise dos mesmos.

Na pesquisa qualitativa, a “triangulação prevê os diversos ângulos de análise, as diversas necessidades de recortes e ângulos para que a visão não seja limitada e o resultado não seja restrito a uma perspectiva” (TUZZO; BRAGA, 2016, p. 141). Nesse sentido, o *objeto* do estudo – a questão socioambiental na UFCG - pode ser analisado sob diversos ângulos ou formas, como por exemplo: por *campus*, por setor da administração e ou por cruzamento com os Planos de Gestão Socioambiental propostos nos documentos institucionais, nesse caso, no PDI.

Na análise dos dados secundários procurou-se identificar como a questão ambiental voltada à sustentabilidade estaria inserida na legislação da UFCG e nos planos estratégicos, a exemplo do PDI 2015-2019. Após a identificação dos planos estratégicos relacionados à

temática da pesquisa, as ações socioambientais programadas foram enquadradas nos Eixos temáticos da A3P, visando à convergência dessas ações com Programa do MMA, e quais ações foram executadas, com base nos Relatórios de Gestão dos exercícios 2014 e 2016.

Na análise dados primários, as questões que tratam das motivações e dificuldades para implantação de um PGS, expectativas e questões ambientais mais urgentes, optou-se por analisar conjuntamente todos os setores pesquisados. Já as questões que tratam das práticas socioambientais desenvolvidas, considerando-se o regime de administração descentralizada da UFCG, optou-se por fazer análise dos dados coletados separando-os por *campus* e Administração Superior. Dessa forma, a análise dos *campi* foi feita com base na percepção dos seus gestores — Prefeito ou Subprefeitos e Diretores de Centro. Já a percepção da Administração Superior foi com base nas respostas dos Pró-Reitores e Secretários.

Na análise dos *campi* e setores da Administração Superior, trabalhou-se com o Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais (IAPS), calculado por meio da fórmula apresentada da Figura 4, que determina o percentual de adesão às práticas socioambientais. Para estabelecer os pontos possíveis e alcançados, em se tratando de um estudo exploratório, optou-se por fixar o valor único de 1 (um) ponto às questões, ou seja, todas as questões teriam a mesma relevância para o cálculo do IAPS. Também foram excluídas as questões não aplicáveis ao setor.

FIGURA 5 – Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais

$$\text{Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais} = \left(\frac{\text{total de pontos alcançados}}{\text{total de pontos possíveis}} \right) \times 100$$

FONTE: Adaptado de VASCONCELOS (2015).

No Questionários ‘A’, aplicado ao Prefeito e aos Subprefeitos Universitários, trabalhou-se com o total de ações assinaladas com ‘X’, em cada Eixo temático. Já no Questionário ‘B’, aplicado aos Diretores de Centro, Pró-Reitores e Secretários, considerou-se a soma das práticas assinaladas nas opções **3**, **4** e **5** (**3** – É pouco aplicada; **4** - É aplicada, mas desconhece a proporção; e **5** - É totalmente aplicada), em cada Eixo temático, excluindo-se aquelas práticas que, notadamente, não se aplicava ao setor. As respostas **1**, **2** e **D** (**1** – Não é aplicável no contexto do setor; **2** – Não aplica (significando que é aplicável ao setor, porém a prática em questão não é realizada); **D** – Desconhece ou não tem essa informação) não pontuadas, foram avaliadas de forma complementar.

O cálculo dos IAPSs, por Eixo temático, no *campus* foi com base na média aritmética dos IAPSs obtidos com os dados coletados junto aos seus gestores – Prefeito ou Subprefeito e Diretor de Centro, e nos setores da Administração Superior, com os dados coletados junto aos gestores das Pró-Reitorias e Secretarias. O IAPS no *campus* ou na Administração Superior foi calculado como sendo a média aritmética dos IAPSs obtidos nos Eixos temáticos. Após o cálculo dos IAPSs, procedeu-se o enquadramento na classificação alcançada, conforme Quadro 7.

QUADRO 7 – Classificação do Índice de Aplicação de Práticas Socioambientais (IAPS)

IAPS	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
Inferior a 20%	PÉSSIMO	Baixíssima aplicação das práticas socioambientais pesquisadas, exigindo fortes investimentos em recursos humanos e financeiros em gestão socioambiental.
Entre 21 a 40%	FRACO	Baixa adesão às práticas socioambientais pesquisadas, mas surgem algumas poucas iniciativas, ainda que incipientes.
Entre 41 a 60%	REGULAR	As práticas socioambientais aplicadas atendem, provavelmente, apenas a legislação pertinente, necessitando de ampliação para o atendimento aos objetivos dos Eixos temáticos da A3P.
Entre 61 a 80%	BOM	Apresenta boa aplicação das práticas socioambientais pesquisadas, pois além de atender a legislação pertinente, busca algumas atitudes que valorizam o meio ambiente e os servidores ao atender, em sua maioria, aos objetivos da A3P.
Superior a 80%	ÓTIMO	Apresenta elevada adesão às práticas socioambientais pesquisadas, atendendo os requisitos de sustentabilidade socioambiental para universidades públicas, o que indica alta valorização ambiental e dos servidores.

FONTE: Adaptado de NUNES, PFITSCHER e UHLMANN (2011).

Os dados tabulados em planilhas *Excel*, possibilitou o cálculo e a classificação dos IAPSs. Os resultados foram apresentados em quadros e gráficos, os quais subsidiaram a análise da adequação dos *campi* e setores da Administração Superior no atendimento aos objetivos programa A3P.

Na seção seguinte, apresenta-se uma análise e discussão dos dados coletados e sistematizados conforme explicitado nesta seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se uma análise dos dados obtidos, na pesquisa documental e nos questionários aplicados, essenciais à consecução dos objetivos específicos traçados. Ao mesmo tempo, serão feitas as discussões buscando-se a interlocução dos mesmos com os referenciais teóricos, citados anteriormente, atinentes aos temas abordados.

4.1 INSERÇÃO DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA UFCG

A UFCG é uma instituição autárquica pública federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com âmbito de atuação no Estado da Paraíba, gozando de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Sua organização e funcionamento são regidos pela legislação federal atinente, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral e por normas complementares (UFCG, 2004).

Via de regra, a responsabilidade social, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são compromissos das organizações firmados quando da aprovação dos documentos, bem como quando da definição da Missão e da Visão das mesmas.

O comprometimento da UFCG com esses temas consta no seu Estatuto e no Regimento Geral, bem como no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a saber:

1. O inciso IV, do art. 11, do Estatuto, que trata de finalidades da UFCG como “promover a paz, a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e **a preservação do meio ambiente**” (UFCG, 2004, p.16, grifo nosso);
2. O inciso VIII, do art. 97, do Regimento Geral, estabelece a extensão universitária a ser realizada sob diversas formas, dentre elas, “projetos que estimulem **a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável**” (UFCG, 2005b, p.57, grifo nosso);
3. O PDI 2015-2019, quando trata da Missão e da Visão, dispõe que:
 - a. no tocante à Missão:

A Universidade Federal de Campina Grande tem por missão a sua inserção no **desenvolvimento regional socialmente comprometido**, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia são os balizamentos para as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (UFCG, 2014, pp.17-18, grifo nosso).

- b. No que se refere à Visão:

[...] busca ser reconhecida como instituição pública *multicampi*, de excelência nacional e internacional em Ensino, Pesquisa e Extensão, consolidando a sua atuação de forma integrada com a sociedade e comprometida com **o desenvolvimento sustentável**, com a promoção da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, **da justiça social e da ética ambiental** e profissional (UFCG, 2014, p.20, grifo nosso).

4. O PDI 2015-2019, quando trata do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), onde propõe nove planos cujas ações programadas buscam atender à legislação no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável na UFCG.

Entendendo-se por Missão o propósito básico da instituição e por Visão o conjunto de intenções e aspirações tangíveis para o futuro, e tendo assumido no seu Estatuto que uma das finalidades da UFCG é a preservação do meio ambiente, ao tratar desse tema no seu PDI 2015-2019, abraça a temática da questão socioambiental ao estabelecer como Missão a sua inserção no desenvolvimento regional com responsabilidade social, e por Visão a aspiração de ser reconhecida como instituição *multicampi*, comprometida com a construção de um modelo de sociedade sustentável, com promoção da justiça social e da ética ambiental.

Na análise documental não foi identificado registro de Política Ambiental definida para a UFCG, no entanto, no PPI, item obrigatório do PDI, são propostos nove planos com ações voltadas à sustentabilidade socioambiental, programadas para o período 2014-2019, em sua maioria, para o *campus* sede. A partir de um olhar mais detalhado sobre o PPI, foi feita uma análise desses planos buscando a convergência das ações programadas com os Eixos temáticos da A3P e o estágio em que se encontram, com base nos Relatórios de Gestão e relatos feitos por ocasião da aplicação dos Questionários.

O Relatório de Gestão da instituição constitui documento obrigatório, nos termos do Parágrafo único do Artigo 70 da CF/88, a ser apresentado, no final de cada exercício, aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual. Na análise dos mesmos, referentes ao período de 2014 a 2016, não foram identificados registros dos planos de sustentabilidade socioambiental acima mencionados.

Plano Sustentabilidade – Com o objetivo promover práticas sustentáveis na gestão e nas aquisições de bens e contratações de serviços na UFCG, o Plano Sustentabilidade tem ações programadas apenas para o período 2014-2016, quando estas deveriam ser atemporais, uma vez que a prática de aquisição de bens e contratações de serviços sustentáveis deve fazer parte da cultura na Administração Pública. As ações programadas atendem aos Eixos 1, 2 e 5 da A3P, uma vez que contribuem para o uso racional de produtos e serviços, redução de resíduos gerados e dos gastos na UFCG. Das cinco ações programadas, duas foram implantadas e duas iniciadas.

Ações implantadas: compras compartilhadas com as Unidades Gestoras e com outras IESs; e acompanhamento de pedidos 100% online, com eliminação do uso de processo físico, por meio do Sistema Eletrônico de Informação ou Projeto SEI! UFCG. Ações iniciadas: substituição de itens convencionais por itens sustentáveis; e a substituição da aquisição de alguns bens por contratos de serviços, iniciado com a locação de máquinas copiadoras.

Plano UFCG sustentável – Objetiva a conscientização ambiental na UFCG. As ações socioambientais programadas constituem-se de campanhas periódicas de sensibilização e conscientização ambiental da comunidade universitária e planejamento de reformas da infraestrutura visando um manejo mais sustentável, com ênfase nos resíduos sólidos e no uso da água. Ao envolverem sensibilização, uso racional de recursos naturais, bens e serviços, redução de resíduos e construções/reformas podem ser enquadradas nos Eixos temáticos 1, 2, 4 e 6. As ações de sensibilização não foram implementadas de forma institucional, restringindo-se a ações isoladas em alguns setores, a exemplo das ações desenvolvidas pelo Laboratório de Tecnologias Agro-Ambientais (LTA), da Unidade Acadêmica de Engenharia Agrícola (UAEA) do CTRN, parceira da Prefeitura Universitária na área de resíduos sólidos, no *campus* sede. Já as ações visando a sustentabilidade hídrica, algumas foram implementadas: no *campus* sede - foi concluída a reestruturação do sistema de abastecimento de água do *campus* e iniciado o aproveitamento de águas pluviais para reserva de incêndio, apenas nas novas construções; no *campus* de Cuité - foram concluídas as reformas para aproveitamento de 100% da capacidade de captação de água de chuva pelos telhados, dados da PU.

Plano mais saúde – Visa promover a saúde da comunidade universitária através da medicina preventiva e sanitária. Compreende ações socioambientais rotineiras, de cunho preventivo na área de saúde, nos diversos *campi*, por meio de campanhas informativas sobre questões como a hipertensão, diabetes, vacinação, dengue, higiene dental, dietas e exercícios. Ao envolver campanhas informativas sobre saúde e qualidade de vida dos servidores, essas ações atendem aos Eixos 3 e 4. Não foram identificados registros de ações associadas a esse plano. No entanto, alguns setores promoveram algumas ações, a exemplo do CCBS com campanhas antitabagismo e de apoio a neuroses, e do CCJS com ginástica laboral, campanhas de combate ao suicídio (Setembro Amarelo) e oficinas de saúde mental e beleza da mulher, programadas dentro do seu PGS.

Plano aprimorar e inovar os processos de trabalho – Com o objetivo de implantar melhorias das condições objetivas de trabalho, esse plano estabelece ações que envolvem melhorias na infraestrutura, uso de equipamentos e materiais suficientes e adequados ao desempenho das funções dos servidores, o aperfeiçoamento dos processos de avaliação clínica

ocupacional de saúde através do monitoramento das condições individuais e coletivas nos ambientes de trabalho. Tais ações não têm período definido, mas deveria ter sido estabelecido o prazo para início. A mesmas enquadram-se nos Eixos temáticos 3 e 5, porém esse plano não foi implantado ou, pelo menos, não foram identificadas ações específicas atribuíveis ao mesmo.

Plano acessibilidade – Visa criar um ambiente de inclusão para a comunidade acadêmica, reconhecimento social e atendimento requisitos legais normativos, com ações programadas para 2014-2018. Tais ações, por promoverem qualidade de vida no ambiente de trabalho e envolverem obras de reformas para adaptação da infraestrutura dos *campi*, enquadram-se nos Eixo 3 e 6. Todas as ações programadas foram implantadas, mesmo que algumas parcialmente: acessibilidade horizontal nos *campi* de Campina Grande e Sousa, com adequação dos passeios usando blocos intercalados e sinalização com piso podotátil; relatório das necessidades de acessibilidade vertical nas edificações, concluído para o *campus* sede, com orçamento definido, aguardando execução; acessibilidade do restaurante universitário do *campus* sede; e criação de rampas, com ações implementada apenas no setor ‘A’ do *campus* sede.

Plano paisagismo – Objetiva promover um ambiente organizado, limpo, visível, que contribua para a qualidade de vida da comunidade acadêmica e possua funcionalidade ecológica, social e ambiental. Programado para 2014-2018, as ações desse plano deveriam ser atemporais, uma vez que a manutenção da funcionalidade ecológica, social e ambiental dos *campi* envolvem ações com continuidade. Por promoverem qualidade de vida no ambiente de trabalho e envolverem obras de infraestrutura, enquadram-se nos Eixos 3 e 6. Programadas apenas para o *campus* sede, as três ações estão sendo implementadas: melhores *layouts* paisagísticos através da construção de jardins, praças e estacionamentos com piso permeável; plantio de espécies ornamentais (ipê, craibeira, buquê-de-noiva, cactos); e jardins temáticos, a exemplo da História dos Números (Bloco CAA) e do jardim alusivo ao semiárido (Bloco BT).

Plano abastecimento de água – Objetiva proporcionar economia de recurso hídrico, alinhamento às políticas socioambientais, preservar a qualidade da água e melhorar o atendimento da comunidade acadêmica. As ações programadas para o período 2014-2018 enquadram-se nos Eixos 1 e 6. Apenas duas ações foram programadas e implantadas no *campus* sede: reestruturação do sistema de abastecimento de água e construção novas caixa d’água.

Plano reuso de água – Visa a economia de recurso hídrico, com reflexos financeiros na conta da concessionária de água. Com ações programadas para período 2014-2015, apenas para o *campus* sede, as quais podem ser enquadradas nos Eixos 1 e 6. Ações implantadas: desenvolvimento de metodologia e sistema de reaproveitamento de água para fins de

jardinagem no *campus* sede (aproveitamento da água do laguinho). Em andamento, algumas ações que visam melhorar a água do laguinho: uso de aeradores, construção de ressaltos hidráulicos no canal de acesso e uso de plantas fitorremediadoras em jardins flutuantes (parceria PU / Unidade Acadêmica de Engenharia Civil).

Plano alinhamento socioambiental às práticas de tratamento de resíduos sólidos –

Visa o alinhamento às práticas socioambientais de melhoria das condições do meio ambiente, com ações programadas para o período de 2014-2018, que podem ser enquadradas nos Eixos 2, 3 e 5. Das cinco ações programadas, apenas uma não foi iniciada – projeto em parceria com a prefeitura municipal para a coleta dos resíduos sólidos gerados no *campus* sede. As demais ações foram implementadas parcialmente, quais sejam: limpeza do *campus* sede e o alinhamento das práticas socioambientais, com a mecanização da limpeza, expansão da coleta seletiva e reciclagem, por meio de parceria da PU com o LTA, da UAEEA/CTRN.

Os Relatórios de Gestão são elaborados de acordo com as disposições do Tribunal de Contas da União (TCU). Desde 2010, o TCU tem cobrado práticas de sustentabilidade de todas as unidades jurisdicionadas ao Tribunal, quando do preenchimento dos conteúdos dos seus Relatórios de Gestão anual. Exemplo disso é a Decisão Normativa do TCU nº 107, 27 de outubro de 2010, que exige o preenchimento do questionário referente aos aspectos de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis nesses Relatórios. Dos Relatórios de Gestão do período analisado, apenas o Relatório 2014 apresenta o questionário TCU (Quadro 8).

QUADRO 8 – Aspectos da Gestão Ambiental na UFCG (Questionário TCU)

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS		AVALIAÇÃO	
		SIM	NÃO
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.			
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	AVALIAÇÃO	
	SIM	NÃO
Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

FONTE: Aspectos da Gestão Ambiental, Relatório de Gestão 2014 (UFCG, 2015, p. 129).

No Quadro 8, observa-se que dos oito itens pesquisados, a UFCG atendia apenas o item referente a coleta seletiva solidária, conforme disposto no Decreto nº 5.940/2006. Sabe-se, porém, que até os dias atuais essa adesão continua bastante limitada, pois a coleta seletiva não é aplicada em todos os *campi*, e mesmo naqueles em que é realizada não se tem registro da proporção.

Apesar de não constar dos Relatórios de Gestão, um *campus* vem trabalhando com gestão socioambiental (ver seção 4.3.1.1) e observou-se que a instituição avançou no item compras e contratações sustentáveis, em atendimento às diretrizes de sustentabilidade do Decreto nº 7.746/2012 (ver seção 4.3.2.3).

Em continuidade a análise documental e contato com alguns gestores, constatou-se que nenhum dos *campi* tem Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), tampouco Licenciamento Ambiental e que a UFCG ainda não elaborou o seu PLS, estando, portanto, em desconformidade com Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos e de Meio Ambiente e com o Decreto nº 7.746/2012, respectivamente. Com relação ao PLS, em maio do corrente ano, foi criada uma Comissão, vinculada a SEPLAN, com o objetivo de elaborar o mesmo.

4.2 HIERARQUIA NA CONDUÇÃO DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Segundo o art. 12 do Estatuto da UFCG, a sua estrutura acadêmico-administrativa é composta por órgãos consultivos-deliberativos e ou executores, encabeçada pelo Conselho Social Consultivo, seguida pelos Órgãos da Administração Superior, Centros e Unidades Acadêmicas (UFCG, 2004).

O Conselho Social Consultivo, como órgão consultivo da UFCG, constitui-se em espaço privilegiado de interlocução com a sociedade, tendo a função precípua de contribuir para a definição das políticas da Instituição (Ibid., art. 13). O mesmo é presidido pelo Reitor e tem na sua composição representantes da comunidade universitária e dos vários setores da sociedade. Dentre as inúmeras competências desse Conselho, distingue-se: auxiliar a UFCG na proposição de políticas institucionais; sugerir a elaboração de normas institucionais referentes às relações entre a instituição e a sociedade e ao seu próprio funcionamento; propor ações que promovam a melhoria da qualidade das atividades da UFCG, entre outras (Ibid, art. 14).

Na sequência, estão os Órgãos da Administração Superior: o Conselho Universitário, o Conselho Curador e a Reitoria, que como órgãos deliberativos superiores têm seu funcionamento disciplinado no Regimento Geral da UFCG (UFCG, 2004, art. 15). O Conselho Universitário (CONSUNI), como órgão máximo de funções normativa, deliberativa, de planejamento e de fiscalização coletiva da UFCG, é também presidido pelo Reitor e integrado por diversas representações de Unidades, pertencentes a comunidade universitária, respeitadas as devidas proporcionalidades, e está dividido em Colegiado Pleno e Câmaras Deliberativas Superiores (Ibid., art. 16). Dentre as inúmeras competências do CONSUNI, estão: formular a política geral da Universidade; aprovar a proposta orçamentária; autorizar a implantação ou extinção de *campus* universitário; e, instituir prêmios como recompensa de atividades universitárias (Ibid., art. 19).

O Conselho Curador é o órgão fiscalizador e deliberativo em assuntos econômico-financeiros da UFCG. O mesmo é constituído pelas seguintes representações: MEC; Conselho Regional de Contabilidade; sociedade civil organizada; e comunidade universitária, respeitada a proporcionalidade estabelecida no seu Estatuto (Ibid., art. 27). São atribuições do Conselho Curador: pronunciar-se sobre a proposta orçamentária e o orçamento interno da Universidade; emitir parecer conclusivo sobre abertura de créditos adicionais; acompanhar a execução orçamentária; e, realizar auditoria interna da UFCG, de acordo com a legislação pertinente, entre outras (Ibid., art. 28).

A Reitoria é o órgão central executivo das atividades da Universidade, sendo exercida pelo Reitor, auxiliado pelo Vice-Reitor. Como órgão executivo da Administração Superior, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da UFCG, com uma estrutura administrativa própria, definida no Regimento da Reitoria. São órgãos da Reitoria: Gabinete do Reitor; Pró-Reitorias; Órgãos Suplementares; Assessorias Especiais; Comissões Permanentes; Secretarias e Prefeitura Universitária, cujos titulares são designados pelo Reitor (UFCG, 2007, art. 1º), assessorada, ainda, por Órgãos de Apoio Acadêmico-Administrativos (UFCG, 2004, art. 29).

Com a atribuição basilar de administrar a Universidade, a Reitoria tem a tarefa de: representar a UFCG em juízo ou fora dele; convocar e presidir os Conselhos Superiores; assinar diplomas e certificados; admitir, afastar, contratar, conceder incentivos e aposentadoria, delegar poderes e atribuições, designar, demitir, dispensar, empossar, exonerar, lotar, licenciar, nomear, punir, remover, requisitar de outras instituições e transferir servidores; administrar as finanças da UFCG e determinar a aplicação dos seus recursos, em conformidade com o orçamento aprovado e os fundos instituídos; submeter à aprovação, dos Conselhos Curador e Universitário,

o orçamento interno com respectiva proposta orçamentária e a prestação de contas anual da Universidade, entre outras atribuições (UFCG, 2004, art. 32).

O Centro, na estrutura acadêmico-administrativa da UFCG, constitui instância executiva, deliberativa, normativa e de gestão contábil e financeira no seu âmbito, preservada a autonomia orçamentária e financeira das Unidades Acadêmicas (UFCG, 2005b, art. 27). O mesmo é composto de: Conselho Administrativo (CONSAD); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); e Diretoria, estrutura responsável pela articulação entre as Unidades Acadêmicas, para execução de atividades afins de ensino, pesquisa e extensão (UFCG, 2004, art. 41).

Compete ao Diretor e, na sua ausência, ao Vice-Diretor: superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Centro e suas dependências; convocar e presidir os Conselhos do Centro; coordenar a elaboração da proposta orçamentária das unidades componentes do Centro; supervisionar a gestão orçamentária e financeira; ordenar despesas, por delegação de competência do Reitor; enviar, à Reitoria, relatório anual das atividades do Centro, bem como o plano de atividades para o ano seguinte; fomentar capacitação e autorizar remoção e afastamento, este último por até 15 dias, de servidores no âmbito do Centro; empossar os Coordenadores das Unidades Acadêmicas e exercer o poder disciplinar, sempre em consonância com os Conselhos de Centro, entre outras (UFCG, 2005b, art. 36).

Segundo o Estatuto da UFCG, o Centro é uma Unidade Gestora (UG) descentralizada e a Unidade Acadêmica é responsável pela gestão financeira (UFCG, 2004, art. 86). Unidade Gestora é uma expressão contábil de execução orçamentária que, no cotidiano administrativo-financeiro da UFCG, é aplicada de forma diferenciada para os Centros situados na sede e os fora de sede.

Nos Centros da sede - CCT, CH, CCBS, CEEI e CTRN -, o conceito de UG descentralizada funciona parcialmente, uma vez que as compras ou aquisições de produtos e serviços são centralizadas na PRGAF, a qual compete executar a programação financeira da Universidade, assinar empenhos e autorizar pagamentos (UFCG, 2007, art. 7º), contando com estrutura física e pessoal técnico para tal, inclusive para executar compras compartilhadas com outras UG federais, conforme orientação do MPOG.

Nos Centros fora de sede - CFP, CCJS, CSTR, CES, CCTA e CDSA -, em virtude das distâncias que dificultam a comunicação com a Administração Superior e aumentam os custos de gestão, a gestão descentralizada, de que trata o Estatuto, é aplicada integralmente. Nesse sentido, por delegação de atribuições da Reitoria, as Direções de Centro fora de sede, juntamente com as Subprefeituras, respondem pela gestão integral do *campus*. As

Subprefeituras dos *campi* fora de sede trabalham sob a orientação técnica da Prefeitura Universitária do *campus* sede (UFCG, 2005a, art. 26, Parágrafo único).

A Prefeitura Universitária, órgão diretamente subordinado à Reitoria (UFCG, 2004, art. 5º), tem, por atribuição, a proposição de diretrizes, a orientação, a coordenação, a supervisão e a fiscalização de assuntos concernentes à infraestrutura da Universidade (UFCG, 2005a, art. 26). Ao Prefeito Universitário compete a gestão operacional do *campus* sede e orientação dos Subprefeitos dos demais *campi* da UFCG.

Com base nas informações compiladas nos instrumentos normativos supracitados, apreende-se que a UFCG, como autarquia pública federal, goza de autonomia para administrar a sua estrutura *multicampi*, permitindo-lhe adotar regime de administração descentralizada (UFCG, 2004, art. 6º), no qual compete aos gestores envolvidos, de um modo geral, planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades dos setores que lhes são subordinados, gerindo os créditos provisionados e os recursos repassados destinados a execução de suas atividades (UFCG, 2005b), observado o exposto em parágrafos anteriores.

Dessa forma, observa-se que, em princípio, qualquer órgão executivo dessa estrutura administrativa teria competência para implantar ações socioambientais no seu âmbito. No entanto, não foi observado nessa estrutura hierárquica a definição de qualquer política com direcionamento específico para implantação de ações socioambientais nos diversos setores da UFCG, exceto aqueles planos do PPI / PDI 2015-2019, comentados no item 4.1, que contemplam basicamente o *campus* sede e um único órgão dessa estrutura - a Prefeitura Universitária, quando a responsabilidade socioambiental da instituição deve ser, obrigatoriamente, compartilhada e comprometida com toda comunidade universitária. Isto deve ocorrer porque a instituição carece de uma política socioambiental institucional que direcione tais ações, a qual seria de responsabilidade do CONSUNI, Órgão da Administração Superior que tem a competência para formular políticas institucionais que atendam aos compromissos assumidos pela Universidade com o desenvolvimento sustentável.

4.3 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS APLICADAS NA UFCG

A seguir, identificam-se as práticas socioambientais sustentáveis que estão sendo desenvolvidas na Administração Superior e nos *campi*. Foi utilizada a temática constante dos Eixos temáticos da A3P, segundo o *checklist* dos Questionários aplicados, trabalhando-se com os percentuais de adesão às práticas propostas, conforme explicitado (ver seção 3.5).

4.3.1 Análise na Administração Superior

A análise da aplicação de práticas socioambientais na Administração Superior foi realizada com base na percepção dos seus gestores — Pró-Reitores e Secretários — sobre a temática socioambiental no seu setor.

4.3.1.1 Pró-Reitoria de Gestão Administrativo-Financeira

A PRGAF é o “órgão auxiliar de Direção Superior incumbido de funções específicas nas áreas de administração contábil e financeira, arquivo, patrimônio e atividades auxiliares” (UFCG, 2005a, art. 7º, p. 15). Dentre as suas atribuições estão: licitar compras de bens e serviços, assinar os empenhos e autorizar pagamentos, fiscalizar e fazer corrigir distorções ou irregularidades eventualmente identificadas nas atividades inerentes a sua área de atuação, ou seja, é o órgão incumbido de executar a programação financeira da Universidade.

No desenvolvimento de suas atividades, a PRGAF conta com o Comitê de Sustentabilidade, criado em dezembro de 2014, “com a missão desenvolver políticas para promover práticas sustentáveis em compras e contratações em toda Instituição” (UFCG, 2015, p. 129).

Na análise dos dados coletados sobre gestão socioambiental, junto à Coordenação Geral de Administração (por designação da Pró-Reitora), constata-se que o setor não tem um Plano de Gestão Socioambiental (PGS), no entanto realiza ações socioambientais de forma isolada.

No Quadro 9, apresenta-se a síntese dos dados levantados no setor, que resultou no IAPS de 50%, indicando que a UFCG neste setor apresenta um resultado classificado como ‘REGULAR’, ou seja, as práticas socioambientais desenvolvidas atendem, provavelmente, apenas a legislação pertinente, necessitando de ampliação. Aponta-se com ponto crítico, o desconhecimento de práticas existentes no setor ou mesmo o fato do gestor identificar algumas delas como não aplicáveis.

Na análise por Eixo temático da A3P, observa-se no Quadro 9 que o IAPS variou de 22% a 100%, ou seja, de ‘FRACO’, obtido no Eixo 6, a ‘ÓTIMO’, obtido no Eixo 5.

No **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** – apresenta um IAPS de 42%, sendo classificado como ‘REGULAR’. O setor desenvolve ações que envolvem o monitoramento e redução do consumo de recursos - papel, copos descartáveis, água e energia – e ações para uso de equipamentos hidráulicos eficientes, o que é positivo. Porém, aponta-se

como pontos negativos desconhecer o uso de hidrômetro individualizado no bloco, ou mesmo, identificar como práticas não aplicáveis, ações de otimização no uso dos veículos da instituição.

QUADRO 9 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRGAF

EIXOS TEMÁTICOS	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA								APLICAÇÃO	
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
	1	2	3	4	5	D				
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	4	0	2	2	1	3	12	5	42%	REGULAR
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	0	0	0	2	2	2	6	4	67%	BOM
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	1	4	4	1	0	2	12	5	42%	REGULAR
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	0	3	1	2	0	0	6	3	50%	REGULAR
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	0	0	0	7	0	0	7	7	100%	ÓTIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	1	3	2	0	0	3	9	2	22%	FRACO
IAPS NA PRGAF							52	26	50%	REGULAR

FONTE: Dados da Pesquisa.

O **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – foi classificado como ‘BOM’ (IAPS = 67%), com práticas que valorizam o meio ambiente, tais como: separação dos resíduos recicláveis e destinação à cooperativas, conforme Decreto nº 5.940/2006; movimentação adequada dos bens públicos obsoletos, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018); e destinação adequada resíduos perigosos - lâmpadas, cartuchos, toner, pilhas e baterias.

No **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** e **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores**, que envolvem ações voltadas aos servidores, o índice foi de 42% e 50%, respectivamente, classificados como ‘REGULAR’. No **Eixo 3**, a PRGAF vem trabalhando junto aos servidores, ainda que de forma incipiente, com ações voltadas à acessibilidade, ergonomia do mobiliário, aproveitamento de habilidades individuais e tratamento interpessoal, o que é positivo. Já no **Eixo 4**, vem desenvolvendo ações de conscientização para redução do consumo de materiais, na busca de fortalecer a mudança e hábitos e padrões de consumo no setor.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – alcançou IAPS de 100%, classificado como ‘ÓTIMO’, isto é, as aquisições e contratações realizadas observam diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, muitas vezes com limitações por conta do “orçamento, visto que os bens que asseguram a sustentabilidade sempre são mais caros” (palavras da Pró-reitora, complementando o *checklist*). Esse resultado era esperado, uma vez

que a promoção da responsabilidade social nas compras de produtos e serviços na instituição é de competência dessa Pró-Reitoria. Como ponto negativo, destaca-se o fato do setor desconhecer a proporção de aplicação das práticas socioambientais.

O baixo IAPS de 22% obtido no **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, classificado como ‘FRACO’, também era esperado, uma vez que as práticas desse Eixo temático tratam de obras de construção, reforma e ampliação, de competência da PU. Como ponto positivo, a PRGAF tem buscado fazer uso da iluminação natural, de lâmpadas de alto rendimento e de materiais reciclados, nas reformas internas.

4.3.1.2 Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

A PRAC “é o órgão auxiliar de Direção Superior responsável pelo planejamento, coordenação e execução das políticas de apoio à comunidade universitária da UFCG” (UFCG, 2005a, art. 19, p. 21). Compete a PRAC, dentre outras atribuições, planejar e coordenar a política de valorização e apoio à comunidade universitária em questões acadêmicas, profissionais, desportivas, artísticas e de saúde, supervisionar e controlar as atividades dos setores que lhe são subordinados e gerir os créditos provisionados e os recursos repassados para execução de suas atividades.

No Quadro 10, observa-se que índice de aplicação de práticas socioambientais no setor foi classificado como ‘FRACO’ (IAPS = 23%), significando que teve baixa adesão às práticas socioambientais pesquisadas, mas que surgem algumas poucas iniciativas, ainda que incipientes.

QUADRO 10 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRAC

EIXOS TEMÁTICOS	PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS							APLICAÇÃO			
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO	
	1	2	3	4	5	D					
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	5	1	1	2	0	3	12	3	25%	FRACO	
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	0	1	0	1	1	3	6	2	33%	FRACO	
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	0	3	0	4	2	3	12	6	50%	REGULAR	
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	0	0	0	0	0	6	6	0	0%	PÉSSIMO	
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	0	0	0	3	0	4	7	3	43%	REGULAR	
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	0	0	0	0	0	9	9	0	0%	PÉSSIMO	
IAPS NA PRAC							52	14	27%	FRACO	

FONTE: Dados da Pesquisa.

Na avaliação por Eixo temático da A3P, a classificação variou de ‘PÉSSIMO’ (IAPS = 0%), nos Eixos 4 e 6, a ‘REGULAR’, nos Eixos 3 (IAPS = 50%) e 5 (IAPS = 43%), conforme Quadro 10.

No **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** – alcançou a classificação ‘FRACO’ (IAPS = 25%), isto é, teve baixa adesão às práticas do Eixo temático, através da aplicação de práticas de monitoramento/redução do consumo de papel, copos descartáveis e água, práticas consideradas incipientes, realizadas sem conhecimento da proporção, o que pode ser considerado ponto negativo.

Idêntico resultado foi alcançado no **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** (IAPS = 33%), por meio de práticas de desfazimento adequado dos bens obsoletos e destinação adequada dos esgotos, pontos considerados positivos. No entanto, apresenta como pontos negativos o fato de não fazer separação dos resíduos recicláveis e desconhecer a coleta seletiva solidária e o destino dos resíduos perigosos gerados. Por outro lado, assinalou práticas que não são aplicáveis ao setor, como por exemplo, ter um Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção.

No **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** (IAPS = 50%), obteve classificação ‘REGULAR’, possivelmente, atende apenas a legislação ao desenvolver algumas práticas de apoio à neuroses, ações voltadas ao aproveitamento das habilidades individuais e coletivas, eventos de finalidade integrativa, incentivo à liberdade de expressão, além de fazer registro de todas as ocorrências relacionadas com a falta de segurança no setor e com acidentes, pontos positivos. A falta de acessibilidade no setor e de ações voltadas à ergonomia dos mobiliários/equipamentos e atividades de ginástica laboral para servidores, são pontos negativos, em se tratando de um setor com atribuições para estabelecer políticas de valorização e apoio à comunidade universitária, conforme Regimento da Reitoria (UFCG, 2005a, art. 20).

No **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – assinalou desconhecer ou não ter informações sobre as práticas socioambientais pesquisadas, obtendo IAPS 0%, classificado como ‘PÉSSIMO’, o que vai exigir investimentos em recursos humanos e financeiros para adequação às práticas. Ponto bastante negativo, em se tratando de setor com atribuições para estabelecer políticas de valorização e apoio à comunidade universitária nas diversas áreas, conforme já citado anteriormente.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** (IAPS = 43%), obteve classificação ‘REGULAR’, significando que, provavelmente, atende a legislação ao observar as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, tais como: preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos

naturais como água e energia e segue diretrizes que tratam da Tecnologia da Informação (TI Verde, Portaria SLTI/MP nº 02/2010).

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – obteve classificação ‘PÉSSIMO’ (IAPS = 0%) ao assinalar desconhecer ou não ter informações sobre as práticas socioambientais pesquisadas. Resultado esperado, não por essa razão, mas sim por tratar-se de práticas de competência da PU.

4.3.1.3 Pró-Reitoria de Ensino

A PRE “é o órgão auxiliar de Direção Superior incumbido de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino nos cursos de graduação, sequenciais e de educação básica em todas as suas modalidades” (UFCG, 2005a, art. 10, p. 16). Dentre as suas atribuições estão: supervisionar e controlar as atividades dos setores que lhes são subordinados e gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades.

O IAPS da PRE, por Eixo temático da A3P, variou de 0% (Eixos 1, 4 e 5) a 42% (Eixo 3), com classificação de “PÉSSIMO” a ‘REGULAR’, respectivamente, conforme pode ser visto no Quadro 11. Dentre os setores estudados na Administração Superior, a PRE é o que apresenta menor adesão às práticas socioambientais pesquisadas, tendo obtido IAPS de 15%, classificado como ‘PÉSSIMO’, ou seja, baixíssima aplicação de práticas socioambientais, exigindo fortes investimentos em recursos humanos e financeiros em gestão socioambiental.

QUADRO 11 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRE

EIXOS TEMÁTICOS	PRÓ-REITORIA DE ENSINO								APLICAÇÃO	
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
	1	2	3	4	5	D				
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	6	6	0	0	0	0	12	0	0%	PÉSSIMO
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	1	4	0	0	1	0	6	1	17%	PÉSSIMO
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	1	6	1	0	4	0	12	5	42%	REGULAR
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	0	6	0	0	0	0	6	0	0%	PÉSSIMO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	7	0	0	0	0	0	7	0	0%	PÉSSIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	0	7	1	1	0	0	9	2	22%	FRACO
IAPS NA PRE							52	8	15%	PÉSSIMO

FONTE: Dados da Pesquisa.

Na avaliação de cada Eixo temático, surpreende o fato de o setor não aplicar ou identificar como não aplicável as práticas socioambientais do **Eixo 1 – Uso racional dos**

recursos naturais e bens públicos, no qual obteve classificação ‘PÉSSIMO’ (IAPS = 0%), o que identifica a necessidade de fortes investimentos, principalmente na capacitação dos servidores sobre a temática ambiental.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – obteve IAPS de 17%, também na faixa de classificação ‘PÉSSIMO’, pois dentre as práticas do Eixo aplica apenas ações voltadas ao desfazimento dos bens inservíveis, conforme Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018).

O **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – com IAPS de 42%, é o que obteve melhor classificação – ‘REGULAR’. Como pontos positivos, promove totalmente ações que visam: a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa; o respeito a liberdade de expressão; faz o registro de ocorrências relacionadas com a falta de segurança no setor; e o registro de acidentes de trabalho que ocorrem no setor. Como pontos negativos: a acessibilidade das instalações no setor é muito precária (apesar de ter sido assinalado que atende pouco as exigências de acessibilidade); e não aplica as demais práticas, as quais são totalmente aplicáveis ao setor.

No **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – obteve IAPS de 0%, classificado como ‘PÉSSIMO’, ou seja, não aplica nenhuma das práticas pesquisadas, o que exige fortes investimentos em sensibilização e capacitação dos servidores do setor em questões voltadas a sustentabilidade socioambiental.

Essa também foi a classificação obtida no **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** (IAPS = 0%), que nesse caso pode ser justificada uma vez que a aquisição de produtos e contratação de serviços no *campus* sede é atribuição da PRGAF.

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – com IAPS de 22%, classificado como ‘FRACO’, obtido por ter algumas poucas iniciativas que atendem aos critérios da IN/MP nº 1/2010, tais como: faz uso de equipamentos de climatização mecânica ou de novas tecnologias de resfriamento do ar que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável e uso exclusivo de luminárias eficientes. O baixo desempenho nesse Eixo temático era esperado, uma vez que o setor responsável pelas obras no *campus* é a PU.

4.3.1.4 Pró-Reitoria de Pós-Graduação

A PRPG é o órgão auxiliar de Direção Superior incumbido de planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades de pós-graduação mantidas pela Universidade (UFCG, 2005a, art. 13, p. 18). Dentre as suas atribuições estão: a supervisão e o controle das atividades dos

setores que lhes são subordinados e o gerenciamento dos créditos provisionados e dos recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades.

O Quadro 12 apresenta os IAPSs no setor, por Eixo temático da A3P, cuja classificação variou ‘PÉSSIMO’ (Eixos 2 e 5) a ‘ÓTIMO’ (Eixo 6). Como resultado, a PRPG obteve um IAPS de 44%, ou seja, a UFCG neste setor apresenta um resultado classificado como ‘REGULAR’, as práticas socioambientais desenvolvidas atendem, provavelmente, apenas a legislação pertinente, necessitando de ampliação.

QUADRO 12 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PRPG

EIXOS TEMÁTICOS	PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO								APLICAÇÃO	
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANCADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
	1	2	3	4	5	D				
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	2	6	2	2	0	0	12	4	33%	FRACO
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	0	4	1	0	0	1	6	1	17%	PÉSSIMO
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	2	6	0	3	1	0	12	4	33%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	0	2	3	1	0	0	6	4	67%	BOM
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	4	0	1	0	0	1	7	1	14%	PÉSSIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	0	0	8	0	1	0	9	9	100%	ÓTIMO
IAPS NA PRPG							52	23	44%	REGULAR

FONTE: Dados da Pesquisa.

Na avaliação individual de cada Eixo, o **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** – obteve um IAPS de 33%, classificado como ‘FRACO’, ou seja, teve baixa adesão às práticas socioambientais pesquisadas. Desenvolve algumas ações, ainda de forma incipiente, tais como: monitoramento/redução do consumo de papel, de copos plásticos e de energia e faz ações de otimização do uso da frota veicular da universidade, pontos positivos. No entanto, desconhece práticas que já estão sendo aplicadas no setor, como por exemplo, o uso de hidrômetros individualizados no bloco.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – com IAPS de 17%, obteve classificação ‘PÉSSIMO’, com baixíssima aplicação das práticas socioambientais pesquisadas, restringindo-se apenas à destinação adequada de resíduos perigosos como lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, cartuchos e toners, porém não informou o destino. Por outro lado, desconhece práticas existentes, como a destinação adequada dos resíduos líquidos coletados no setor.

O IAPS de 33% obtido no **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho**, classificado como ‘FRACO’, indica a baixa adesão do setor às práticas pesquisadas,

restringindo-se às ações de: atenção às exigências de acessibilidade; respeito a liberdade de expressão e o tratamento interpessoal; incentivo à capacitação de seus servidores através da autonomia e do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas.

No **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – alcançou o IAPS de 67%, classificado como ‘BOM’, significando além de atender a legislação pertinente, busca desenvolver atitudes que valorizam o meio ambiente, por meio de campanhas de conscientização dos servidores para redução do consumo de energia, água e materiais, e da necessidade de proteção do meio ambiente.

O IAPS de 17%, classificado como ‘PÉSSIMO’, no **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis**, já era esperado, uma vez que as aquisições e contratações no *campus* sede são realizadas pela PRGAF.

Já o IAPS de 100%, classificado como ‘ÓTIMO’, obtido no **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, surpreende, mesmo tendo sido registrado que aplica pouco os critérios de sustentabilidade da IN/MP nº 1/2010, uma vez que as obras de infraestrutura no *campus* são de competência da PU.

4.3.1.5 Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão

A PROPEX “é o órgão responsável pelas atividades de planejamento, coordenação e avaliação da pesquisa e extensão da Universidade” (UFCG, 2005a, art. 16, p. 20). No âmbito de sua competência, dentre outras ações, estão: articular a integração do ensino, pesquisa e extensão em conjunto com a PRE e a PRPG; supervisionar e controlar as atividades dos setores que lhes são subordinados; e gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades. Ainda, segundo o Regimento Geral da UFCG, a extensão universitária deve contemplar projetos que estimulem a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Os dados levantados na PROPEX indicaram um IAPS de 40%, classificado como ‘FRACO’, isto é, o setor apresentou baixa aplicação das práticas socioambientais pesquisadas (Quadro 13).

Na análise por Eixo temático da A3P, o IAPS de 33% obtido no **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens público**, classificado como ‘FRACO’, foi alcançado por realizar algumas práticas de monitoramento/redução do consumo de papel, de água e de energia, porém sem registro da proporção, e por praticar a otimização dos roteiros de viagens para uso dos veículos.

QUADRO 13 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na PROPEX

EIXOS TEMÁTICOS	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO							APLICAÇÃO			
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO	
	1	2	3	4	5	D					
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	1	7	0	3	1	0	12	4	33%	FRACO	
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	0	1	1	2	2	0	6	5	83%	ÓTIMO	
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	0	5	1	1	5	0	12	7	58%	REGULAR	
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	0	2	0	3	1	0	6	4	67%	BOM	
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	7	0	0	0	0	0	7	0	0%	PÉSSIMO	
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	1	7	0	0	1	0	9	1	11%	PÉSSIMO	
IAPS NA PROPEX							52	21	40%	FRACO	

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados**, com IAPS de 83%, obteve a melhor classificação ‘ÓTIMO’, ou seja, o setor atende plenamente os requisitos de sustentabilidade, apresentando alta valorização ambiental, por meio da separação dos resíduos recicláveis descartados, por código de cores, conforme Resolução CONAMA nº 275/2005, e destinação dos mesmos à cooperativas de catadores, nos termos do Decreto nº 5.940/2006, destina adequadamente os resíduos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, cartuchos) e promove o desfazimento adequado dos bens públicos obsoletos, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018).

No **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – obteve IAPS de 58%, classificado como ‘REGULAR’. Destaca-se como pontos positivos a realização de práticas como: acessibilidade em todas as suas instalações; apoio a neuroses; aproveitamento das habilidades individuais e coletivas; promoção da integração social interna; respeito a liberdade de expressão, a privacidade e o tratamento interpessoal; registro de ocorrências relacionadas com a falta de segurança no setor; e de ações de gestão dos espaços verdes, no setor ou do *campus*, visando a saúde e bem-estar dos servidores.

No **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – obteve IAPS de 67%, classificado como ‘BOM’, além de atender a legislação pertinente, busca algumas atitudes que valorizam os servidores por meio de campanhas de conscientização para redução do consumo de energia, água e materiais (papel, toner, copos descartáveis, etc.), e da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação dos recursos naturais, porém, não tem registro da proporção.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – obteve uma ‘PÉSSIMA’ classificação (IAPS = 0%), o que já era esperado, uma vez que, apesar de ter competência para gerir os créditos provisionados e os recursos repassados, as aquisições e contratações no *campus* sede são centralizadas na PRGAF.

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – obteve IAPS de 11%, classificado com ‘PÉSSIMO’, ao realizar uma única prática: uso de equipamentos de climatização mecânica, com resfriamento do ar, apenas nos ambientes onde for indispensável. No entanto, cabe lembrar que as obras de infraestrutura, no *campus* sede, compete a PU.

4.3.1.6 Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional

A SEPLAN, anteriormente Secretaria de Planejamento e Orçamento, “tem, por atribuições, coordenar as atividades de planejamento global e setorial da Universidade” (UFCG, 2005a, art. 22, p. 22). Dentre as suas competências estão o planejamento institucional da UFCG, o planejamento e desenvolvimento físico dos seus *campi*, o planejamento orçamentário, seu controle e execução.

A Secretaria não tem um PGS setorial, muito menos institucional, todavia desenvolve ações socioambientais isoladas e tem conhecimento de que alguns Centros e setores da Reitoria também possuem atividades independentes, como Programa A3P no CCJS, Programa CCTA Sustentável no CCTA, Arquivo Digital no Arquivo Geral (Reitoria) e ações para redução do consumo de água e de energia no *campus* de Campina Grande (Prefeitura Universitária).

No Quadro 14, observa-se que o IAPS na SEPLAN foi de 44%, classificado com ‘REGULAR’, isto é, o setor atende, provavelmente, apenas a legislação pertinente, necessitando ampliar a aplicação de práticas socioambientais.

No **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** –, obteve IAPS de 42%, classificado como ‘REGULAR’, alcançado ao desenvolver ações de monitoramento/redução do consumo de papel, copos plásticos, água e energia, controle da animais abandonados e preservação de nascentes e corpos de água. Com exceção do consumo de copos plásticos que aplica totalmente, o que é um ponto positivo, as demais ações são pouco aplicadas, necessitando de ampliações.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – com IAPS de 17%, obteve a pior classificação – ‘PÉSSIMO’, através da adesão a uma única prática: desfazimento dos bens públicos inservíveis, em atendimento ao Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018). Com relação as demais práticas pesquisadas, não aplica ou entende não serem

aplicáveis ao setor, demonstrando a necessidade de capacitação dos servidores em questões relacionadas à destinação dos resíduos gerados no setor.

QUADRO 14 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na SEPLAN

EIXOS TEMÁTICOS	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL								APLICAÇÃO	
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANCADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
	1	2	3	4	5	D				
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	2	5	4	0	1	0	12	5	42%	REGULAR
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	2	3	0	0	1	0	6	1	17%	PÉSSIMO
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	3	3	1	3	2	0	12	6	50%	REGULAR
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	2	1	3	0	0	0	6	3	50%	REGULAR
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	0	0	1	5	0	1	7	6	86%	ÓTIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	2	5	1	1	0	0	9	2	22%	FRACO
IAPS NA SEPLAN							52	23	44%	REGULAR

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** e no **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores**, que tratam de práticas voltadas a promoção da qualidade de vida e consolidação da consciência cidadã da responsabilidade socioambiental, respectivamente, obteve IAPS de 50%, classificado como ‘REGULAR’, significando que atendem, possivelmente, apenas a legislação pertinente. No **Eixo 3**, desenvolve ações voltadas à ergonomia do mobiliário, incentivo ao aproveitamento das habilidades individuais, registro de ocorrências relacionadas à falta de segurança no setor, porém desconhece a proporção. Por outro lado, aplica pouco às exigências de acessibilidade às suas instalações. No **Eixo 4**, aplica pouco algumas práticas de sensibilização/capacitação/conscientização dos servidores técnico-administrativos, visando a redução do consumo de materiais (papel, toner, copos descartáveis, etc.) e de energia.

A melhor classificação – ‘ÓTIMO’ - foi obtida no **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** (IAPS de 86%), por meio de práticas que observam as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, quando da aquisição de bens e contratação de serviços, porém desconhece a proporção. No entanto, o setor desconhece as diretrizes para TI Verde (Portaria SLTI/MP nº 02/2010).

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – obteve IAPS de 22%, classificado ‘FRACO’, restringindo-se a algumas poucas ações de voltadas ao uso de lâmpadas

de alto rendimento e de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção. Esse resultado era esperado, por razões comentadas anteriormente.

As atribuições da SEPLAN dizem respeito ao planejamento global e setorial da UFCG. Nesse sentido, em complementação às respostas do *checklist*, foi informado que está no planejamento do setor, para 2018, a elaboração o Plano de Gestão de Logística Sustentável, de que trata a IN nº 10/2012, da SLTI/MPOG. Além disto, a SEPLAN em parceria com a OSIssoft, fabricante de software para gerenciamento de dados em tempo real, e professores da Unidade Acadêmica de Engenharia Química do CCT, vêm trabalhando para implantação do *Smart Campus*, o que contribuiria para o monitoramento da segurança no *campus* sede e controle do consumo de água e energia.

4.3.1.7 Secretaria de Recursos Humanos

A SRH “tem, por atribuições, o estudo, a proposição de diretrizes, a orientação, a coordenação, a supervisão e a fiscalização de assuntos e atividades concernentes à Administração de Recursos Humanos da Universidade” (UFCG, 2005a, art. 24, p. 23). Dentre as suas atribuições estão: executar a política de recursos humanos da Universidade e gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades.

No Quadro 15, apresenta-se os IAPSs na SRH, os quais variaram de 0%, obtido no **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – a 50%, obtido no **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados**, resultando em um IAPS de 23%, classificado como ‘FRACO’, significando baixa adesão da SRH às práticas socioambientais, com poucas e incipientes iniciativas.

QUADRO 15 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na SRH

EIXOS TEMÁTICOS	SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS								APLICAÇÃO	
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
	1	2	3	4	5	D				
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	6	3	2	1	0	0	12	3	25%	FRACO
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	3	2	0	3	0	0	6	3	50%	REGULAR
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	0	8	0	3	1	0	12	4	33%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	4	1	1	0	0	0	6	1	17%	PÉSSIMO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	5	1	1	0	0	0	7	1	14%	PÉSSIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	9	0	0	0	0	0	9	0	0%	PÉSSIMO
IAPS NA SRH							52	12	23%	FRACO

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** – a SRH alcançou IAPS de 25%, classificado como ‘FRACO’, ao desenvolver, ainda de forma tímida, algumas ações visando o monitoramento/redução do consumo de papel, copos plásticos e energia.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – obteve IAPS de 50%, classificado como ‘REGULAR’, indicando que, possivelmente, atende apenas a legislação. Este Eixo foi o que apresentou maior adesão às práticas da A3P, por meio da separação dos resíduos recicláveis e destinação a cooperativas de catadores, nos termos do Decreto nº 5.940/2006, e da movimentação adequada dos bens públicos obsoletos, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018), porém não foi informada a proporção.

No **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – o IAPS de 33%, classificado como ‘FRACO’, indica a necessidade de ampliação de práticas voltadas a melhoria da qualidade de vida do servidor. Práticas como: atendimento às exigências de acessibilidade das instalações, aproveitamento das habilidades individuais e coletivas, e promoção de integração social interna, são aplicadas, porém desconhece a proporção. Já as ações voltadas ao incentivo e respeito a liberdade de expressão, a privacidade e o tratamento interpessoal, são totalmente aplicadas.

O **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – obteve IAPS de 17%, classificado como ‘PÉSSIMO’, por apresentar baixíssima aplicação de práticas voltadas à sensibilização/capacitação dos servidores para a sustentabilidade socioambiental.

Em se tratando de setor com atribuições para executar a política de recursos humanos da instituição, através da Coordenação de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, com a classificação ‘FRACO’ e ‘PÉSSIMO’, obtidas nos **Eixos 3 e 4**, respectivamente, fica evidente a falta de diretrizes voltadas à melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de consciência cidadã da responsabilidade socioambiental dos servidores na instituição.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – com IAPS de 14%, classificado ‘PÉSSIMO’, a SRH procura aplicar as diretrizes de sustentabilidade de que trata o Decreto nº 7.746/2012, mesmo que de forma incipiente, nas compras e contratações visando maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

Com relação ao **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – a SRH assinalou que nenhuma das ações pesquisadas se aplica ao setor, o que resultou em um IAPS de 0%, classificado como ‘PÉSSIMO’.

A classificação ‘PÉSSIMO’, obtidas nos **Eixos 5 e 6**, já era esperada, uma vez que, no *campus* sede, as práticas relacionadas as compras e obras sustentáveis competem à PRGAF e PU, respectivamente.

4.3.1.8 Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores

A SODS é o setor de apoio administrativo dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFCG (Conselho Universitário, Colegiado Pleno e Câmaras Superiores), competindo-lhe, dentre outras atribuições, preparar todo o expediente necessário ao apoio administrativo desses Órgãos Colegiados (UFCG, 2005a).

No Quadro 16, observa-se que o IAPS na SODS foi de 23%, classificado como ‘FRACO’, significando que a UFCG, nesse setor, teve baixa adesão às práticas socioambientais pesquisadas, apresentando algumas poucas iniciativas, ainda incipientes.

QUADRO 16 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos na SODS

EIXOS TEMÁTICOS	SECRETARIA DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS SUPERIORES								APLICAÇÃO	
	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
	1	2	3	4	5	D				
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	7	2	2	0	1	0	12	3	25%	FRACO
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	2	0	0	0	3	1	6	3	50%	REGULAR
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	1	7	1	0	3	0	12	4	33%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	0	2	0	0	2	2	6	2	33%	FRACO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	7	0	0	0	0	0	7	0	0%	PÉSSIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	9	0	0	0	0	0	9	0	0%	PÉSSIMO
IAPS NA SODS							52	12	23%	FRACO

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** – obteve IAPS de 25% ou ‘FRACO’. As ações de monitoramento/redução do consumo de papel e de copos plásticos são pouco aplicadas. Já as ações de monitoramento/redução do consumo de água são totalmente aplicadas. Porém, desconhece práticas que já estão sendo aplicadas no setor, a exemplo do uso de hidrômetros individualizados no bloco.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – com IAPS de 50%, obteve a sua melhor classificação – ‘REGULAR’. No entanto, isso significa que, provavelmente, atende apenas a legislação pertinente, ao realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los a cooperativas de catadores nos termos do Decreto nº 5.940/2006, e promover desfazimento adequado dos bens obsoletos, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018).

Os **Eixos 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** e **4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – obtiveram classificação ‘FRACO’, ao alcançarem o IAPS de 33%. As poucas iniciativas restringem-se a: no **Eixo 3** - aplica ações de aproveitamento das habilidades individuais e coletivas práticas voltadas à promoção da integração social interna e faz registro de ocorrências relacionadas com a falta de segurança no setor; no **Eixo 4** - desenvolve campanhas de conscientização para redução do consumo de materiais (papel, toner, copos descartáveis, etc.) e de água.

As atribuições bastante específicas da SODS justificam a não adesão às diretrizes de sustentabilidade a serem seguidas nas compras públicas e nas construções, reformas e ampliações sustentáveis, práticas socioambientais pesquisadas nos **Eixos 5 – Compras públicas sustentáveis** e **6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, nos quais obteve classificação ‘PÉSSIMO’ (IAPS = 0%), ao assinalar que as práticas não eram aplicáveis no contexto do setor. Esse resultado era esperado, uma vez que, no *campus* sede, as práticas relacionadas com esses Eixos competem à PRGAF e PU, respectivamente.

Da análise na Administração Superior, observa-se que a PRGAF, a PRPG e a SEPLAN foram os setores que obtiveram os maiores IAPS, com percentuais variando de 44 a 50%, classificados como ‘REGULAR’. As práticas socioambientais desenvolvidas atendem, provavelmente, apenas a legislação aplicável, necessitando ampliação das ações voltadas à sustentabilidade ambiental e fortalecimento da consciência cidadã dos servidores, no que diz respeito a responsabilidade socioambiental na Administração Pública, de modo a atender aos objetivos do Programa A3P.

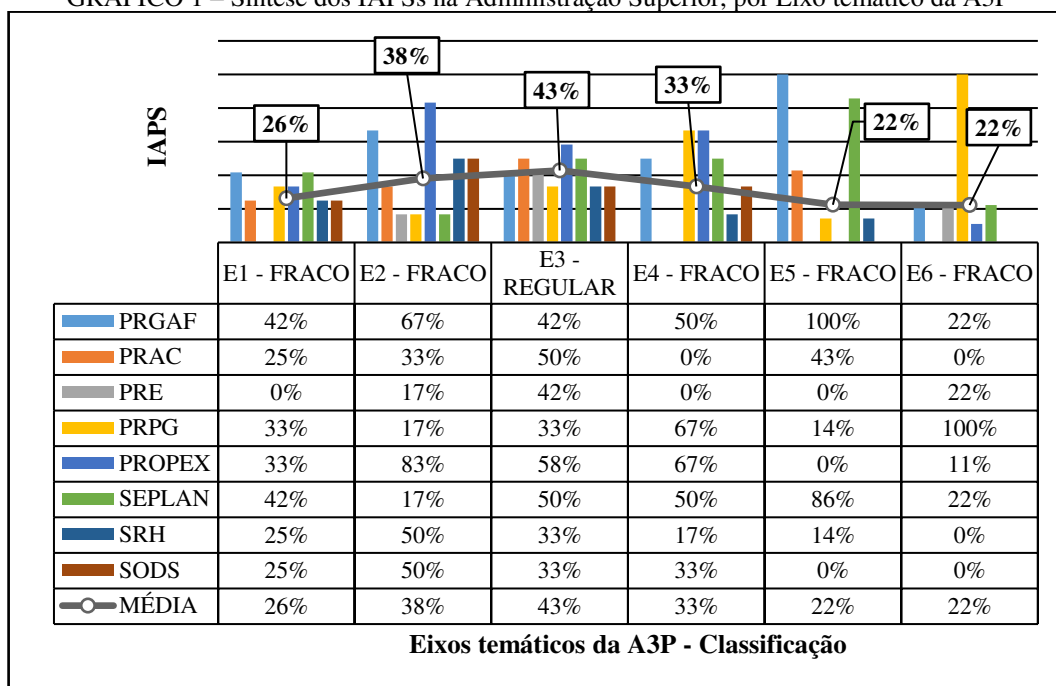
Já o menor IAPS, com percentual de 15%, classificado como ‘PÉSSIMO’, foi encontrado na PRE. Esse índice indica que o setor teve baixíssima aplicação das práticas socioambientais pesquisadas, exigindo fortes investimentos em recursos humanos e financeiros em gestão socioambiental, conforme já observado anteriormente.

Os demais setores – PRAC, PROPEX, SRH e SODS -, obtiveram IAPSs variando de 23 a 40%, classificados como ‘FRACO’, ou seja, esses setores apresentaram baixa adesão às práticas socioambientais, com poucas iniciativas, muitas delas ainda incipientes.

4.3.1.9 Síntese da análise na Administração Superior, por Eixo temático da A3P

No Gráfico 1, apresenta-se uma síntese do nível de aplicação das práticas socioambientais (IAPS), por Eixo temático da A3P, nos setores da Administração Superior pesquisados.

GRÁFICO 1 – Síntese dos IAPSs na Administração Superior, por Eixo temático da A3P



FONTE: Dados da Pesquisa.

LEGENDA: E1(Eixo 1) – FRACO (Classificação).

Na síntese dos IAPS na Administração Superior, o **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho**, dentre os seis Eixos temáticos da A3P, foi o que apresentou a melhor média percentual de 43%, resultado classificado como ‘REGULAR’ (Gráfico 1). As práticas socioambientais desse Eixo buscam a segurança e o bem-estar dos servidores no local de trabalho, de modo a propiciar uma adequada qualidade de vida e, conseqüentemente, maior produtividade. Observou-se que as práticas realizadas ocorrem por meio de iniciativas dos seus gestores, sem agenda ou projetos voltados a melhoria do ambiente de trabalho, e que a falta de acessibilidade, na maioria das instalações, e de ações voltadas à ergonomia dos mobiliários e de equipamentos de uso dos servidores é uma constante nos setores da Administração Superior pesquisados.

Nos Eixos: **E1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos**, **E2 – Gestão de resíduos gerados**, **E4 – Sensibilização e capacitação dos servidores**, **E5 – Compras públicas sustentáveis** e **E6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, os IAPS variaram entre 22 e 38%, todos classificados como ‘FRACO’ (Gráfico 1), interpretado como baixa adesão às práticas pesquisadas e necessidade de investimentos maiores em gestão socioambiental.

No **Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos** – a média percentual de adesão às práticas pesquisadas foi de 26%. Ações como o monitoramento e redução do consumo de papel, copos descartáveis, água e energia, uso de carro tipo *flex* e otimização da

frota veicular deveriam ser práticas corriqueiras na Administração Pública, o que não se observa em alguns dos setores pesquisados. Por outro lado, práticas como uso de hidrômetros individualizados, uso de equipamentos hidráulicos mais eficientes, captação/reuso de água de chuva e controle de animais abandonados, ações presentes no *campus* sede, não são percebidas pela maioria dos gestores respondentes, seja porque não foram devidamente divulgadas ou porque foram ações pontuais ou, ainda, porque determinadas práticas não são identificadas como práticas socioambientais.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados**, que analisa as ações de controle, redução e destinação correta dos resíduos gerados nas diversas atividades, a média percentual de 38%, obtida nesse Eixo, indica a falta de uma agenda institucional que trabalhe essas questões e que atendam, pelo menos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Política Nacional de Saneamento e legislações correlatas, a exemplo dos Decretos nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018) e nº Decreto nº 5.940/2006, que tratam da movimentação dos bens públicos inservíveis e da coleta seletiva solidária, respectivamente.

A média de IAPS médio de 33%, observada no **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores**, não era pressentida na Administração Superior, uma vez que as práticas desse Eixo envolvem ações voltadas à sensibilização e capacitação dos servidores no trato das questões ambientais, na busca de consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental, atitude esperada principalmente naqueles órgãos responsáveis pelas políticas de apoio à comunidade universitária.

O **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis**, apesar de ter apresentado média de IAPS de 22%, considerada baixa, a SEPLAN juntamente com a PRGAF, órgãos com atribuições de planejamento e execução orçamentária da UFCG, demonstraram que vêm trabalhando no sentido de se adequarem às exigências dos órgãos de controle, no que diz respeito as diretrizes de sustentabilidade na Administração Pública, estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012.

A baixa média de IAPS obtida no **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, com percentual de 22% de práticas aplicadas, já era conjecturada, uma vez que o órgão responsável pela infraestrutura do *campus* sede é a Prefeitura Universitária.

4.3.2 Análise por *campus*

Um *campus* universitário, conforme já explicitado anteriormente, nos aspectos físicos e em termos de impactos negativos, assemelha-se a cidades, devido à apropriação dos espaços e de recursos naturais, população circulante, quantidade de serviços comerciais disponibilizados

e de resíduos gerados, e nos aspectos administrativos-operacionais a empresas, com toda a sua complexidade. Incorporar práticas de sustentabilidade no seu modelo de gestão é um desafio, principalmente em instituições de estrutura *multicampi* como a UFCG, com sete *campi* distribuídos em três mesorregiões do estado da Paraíba: Agreste Paraibano, Sertão Paraibano e Borborema.

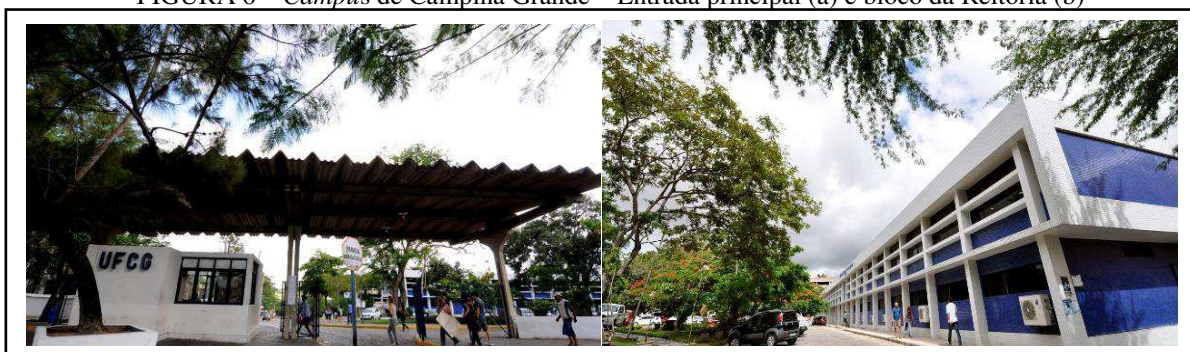
Além de toda infraestrutura de atendimento às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, os *campi* universitários da UFCG, em sua maioria, contam com biblioteca, restaurante universitário, posto de atendimento à saúde, creche, ginásio de esportes, academia de ginástica, pista e quadras ao ar livre, livraria, centro de convivência, cantinas, lanchonetes, fotocopiadoras e bancos, com um fluxo diário de, aproximadamente, trinta mil pessoas, entre discentes, servidores docentes e técnico-administrativos e prestadores de serviços, segundo estimativa da Prefeitura Universitária, funcionando, cotidianamente, nos três turnos – matutinos, vespertino e noturno.

A seguir, apresenta-se uma análise dos dados coletados sobre as práticas socioambientais aplicadas, por *campus*, realizada com base na percepção dos seus gestores administrativo-operacionais — Prefeito, Subprefeitos e Diretores de Centro.

4.3.2.1 *Campus* de Campina Grande

O *campus* de Campina Grande (Figura 6), segundo a regionalização do estado da Paraíba, está localizado na microrregião de Campina Grande, mesorregião Agreste Paraibano. Sua fundação confunde-se a da Escola Politécnica de Campina Grande em 1952, tendo sido encampado pela UFPB em 1970 e pela UFCG em 2002. Com uma área territorial total de 308.688,11 m² e um percentual de 21,30% de área construída, sedia toda estrutura administrativa e operacional ligada a Administração Superior da UFCG, com a PU respondendo pela operacionalidade do *campus* e pela orientação técnica das Subprefeituras dos *campi* fora de sede. Sedia, ainda, a Biblioteca Central, a Editora Universitária (EDUFCG), a sede do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e cinco Centros - CCT, CH, CCBS, CTRN e CEEI.

Na análise dos dados coletados sobre gestão socioambiental, junto ao Prefeito e Diretores de Centros do *campus* sede, constata-se que o mesmo não tem um PGS, porém realiza práticas socioambientais de forma isolada.

FIGURA 6 – *Campus* de Campina Grande – Entrada principal (a) e bloco da Reitoria (b)

FONTE: Arquivo de imagens / UFCC (2017).

No Quadro 17, apresenta-se os IAPSs, por Eixo temático da A3P, no *campus* de Campina Grande. Observa-se que o IAPS de 41%, classificado como ‘REGULAR’, aponta que práticas socioambientais aplicadas no *campus*, provavelmente, atendem apenas a legislação pertinente, necessitando de ampliação para o atendimento aos objetivos dos Eixos temáticos da A3P.

QUADRO 17 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no *campus* de Campina Grande

EIXOS TEMÁTICOS	SUBPREFEITURA			CENTROS (CCT, CH, CCBS, CEEI E CTRN)									APLICAÇÃO	
	POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	AVALIAÇÃO						POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	ÍNDICE (MÉDIA %)	CLASSIFICAÇÃO
				1	2	3	4	5	D					
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	14	7	50%	4,8	3,8	1,4	1,4	1,4	0,2	13	4,2	32%	41%	REGULAR
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	9	5	56%	1,6	1,2	0,2	1,6	1,2	0,4	6,2	3	48%	52%	REGULAR
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	4	1	25%	2,4	3	0,6	2	3,6	0,4	12	6,2	52%	38%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	5	1	20%	0	2,4	1,4	0,8	1,4	0	6	3,6	60%	40%	FRACO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	3	0	0%	4,8	0	0	0	0,8	1,4	7	0,8	11%	6%	PÉSSIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	7	4	57%	3,6	2,2	1,8	0,4	1	0	9	3,2	36%	46%	REGULAR
	42	18	43%							53,2	21	39%		
IAPS NO CAMPUS DE CAMPINA GRANDE												41%	REGULAR	

FONTE: Dados da Pesquisa.

No Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos – obteve IAPS de 41%, classificado como ‘REGULAR’, foi alcançado com as seguintes ações: uso de hidrômetros individualizados e equipamentos hidráulicos mais eficientes, impermeabilização de reservatórios, controle de vazamentos, além do reaproveitamento da água de drenagem, armazenada no lagozinho, na irrigação dos jardins (redução de 50% do consumo de água em 2015); uso de fotocélulas no posteamento; carros do tipo *flex*, em sua maioria; otimização da frota veicular; uso de lâmpadas de *led* em alguns setores (principalmente no CEEI); e medidas

para redução do consumo de papel e copos descartáveis, porém ainda muito tênues na maioria dos setores.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – obteve classificação também ‘REGULAR’ (IAPS = 52%). O *campus* ainda não tem Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, tampouco um Programa de Gerenciamento da Resíduos da Construção, restringindo-se as práticas de: separação de resíduos recicláveis e coleta seletiva solidária (parceria da PU com o LTA da UAEA/CTRN), de forma insipiente em se considerando a quantidade de resíduos sólidos gerados nos setores A, B, C e no CCBS; desfazimento dos bens públicos inservíveis conforme o Decreto nº 99.658/1990; e tratamento dos esgotos em fossas sépticas. Com relação aos resíduos perigosos (de laboratórios e da saúde), não existe nenhum cuidado por parte da PU, exceção feita ao Laboratório de Avaliação e Desenvolvimento de Biomateriais (CERTBIO), da Unidade Acadêmica de Engenharia de Materiais/CCT, que tem contrato com empresa coletora.

Nos **Eixos 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho e 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores**, obteve IAPS de 38% e 40%, respectivamente, classificados como ‘FRACO’, ou seja, o *campus* sede teve baixa adesão as práticas socioambientais desses Eixos, necessitando de ampliação. Por outro lado, a adesão foi bastante distinta: os Centros trabalham melhor às questões relacionadas a esses Eixos do que a PU. O CEEI e o CCBS são os Centros que aplicam mais práticas voltadas a promoção da qualidade de vida e consolidação da responsabilidade socioambiental dos seus servidores. O CCBS é o único que desenvolve ações voltadas ao apoio a neuroses.

O **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – é o que apresenta menor adesão ao Programa A3P, com IAPS de 6%, classificado como ‘PÉSSIMO’. No entanto isto se justifica pelo fato das aquisições de produtos e contratações de serviços na UFCG serem licitadas pela PRGAF, órgão auxiliar da Administração Superior incumbido de executar a programação financeira da Universidade, conforme explicitado anteriormente.

O **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – teve IAPS de 46% ou ‘REGULAR’, atende, provavelmente, apenas a legislação pertinente. As práticas sustentáveis desse Eixo envolvem todos os setores estudados, na medida que as obras de construção vão desde a idealização do projeto a sua execução e manutenção, sendo essas últimas de responsabilidade da PU do *campus*. Dessa forma, os critérios de sustentabilidade devem estar presentes em todas as etapas da obra. A PU do *campus* sede vem trabalhando nos projetos o aproveitamento da iluminação e da ventilação naturais, a acessibilidade e o aproveitamento de água pluvial para reserva de incêndio em algumas edificações. O *campus* ainda não dispõe de Plano de Uso do Solo.

Recentemente, 2014-2015, a PU reestruturou o sistema de abastecimento de água e fez uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo, envolvendo os setores A, B e C do *campus* sede, o que resultou em uma redução de 50% no consumo de água em 2015. No entanto, essas práticas não são do conhecimento de todos os respondentes do *campus* sede.

4.3.2.2 *Campus* de Cajazeiras

Localizado na microrregião de Cajazeiras, mesorregião do Sertão Paraibano, o *campus* de Cajazeiras (Figura 7) foi encampado pela UFPB em 1979 e pela UFGC em 2002. A área territorial não está disponível no site da instituição, tampouco foi informada pelo Subprefeito ou mesmo pelo Diretor do CFP, único Centro sediado no *campus*. A Direção de CPF e Subprefeitura respondem pela área administrativa-operacional do *campus* de Cajazeiras, porém apenas o Subprefeito atendeu à solicitação, respondendo o Questionário da pesquisa.

FIGURA 7 – *Campus* de Cajazeiras – Entrada principal (a) e Central de aulas (b)



FONTE: Arquivo de imagens / UFCG (2017).

O *campus* de Cajazeiras não tem PGS, mas desenvolve algumas ações socioambientais de forma independente. Analisando-se o IAPS de 21%, classificado como ‘FRACO’ (Quadro 18), avaliado com base apenas na percepção do Subprefeito, o *campus* apresentou baixa adesão às práticas socioambientais pesquisadas, com algumas poucas iniciativas, ainda incipientes.

No **Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos** – apresentou IAPS de 43%, classificado como ‘REGULAR’, significando que, provavelmente, atende apenas a legislação pertinente. Como pontos positivos destacam-se: o uso de fotocélulas para controle da iluminação; o aproveitamento das águas pluviais para a rega dos jardins; o uso de torneiras com aeradores; frota veicular em sua maioria do tipo *flex*; e controle de animais abandonados no *campus*.

Os **Eixos 2 – Gestão de resíduos gerados** (IAPS = 11%), **4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** (IAPS = 0%), **5 – Compras públicas sustentáveis** (IAPS = 0%) e **6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** (IAPS = 14%), obtiveram classificação ‘PÉSSIMO’, ou seja, todos apresentaram baixíssima aplicação das práticas socioambientais pesquisadas, exigindo fortes investimentos em recursos humanos e financeiros em questões socioambientais relacionadas com esses Eixos.

QUADRO 18 - Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no *campus* de Cajazeiras

EIXOS TEMÁTICOS	SUBPREFEITURA			CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CFP)							APLICAÇÃO			
	POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	AVALIAÇÃO					POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	ÍNDICE (MÉDIA %)	CLASSIFICAÇÃO	
				1	2	3	4	5						D
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	14	6	43%							0	0	#####	43%	REGULAR
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	9	1	11%							0	0	#####	11%	PÉSSIMO
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	4	1	25%							0	0	#####	25%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	5	0	0%							0	0	#####	0%	PÉSSIMO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	3	0	0%							0	0	#####	0%	PÉSSIMO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	7	1	14%							0	0	#####	14%	PÉSSIMO
	42	9	21%											
IAPS NO CAMPUS DE CAJAZEIRAS												21%	FRACO	

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – restringe-se apenas às práticas de coletar e lançar os resíduos líquidos em fossas sépticas no próprio *campus*. Um ponto negativo, bastante preocupante, está na falta de gestão adequada dos resíduos sólidos gerados, sejam perigosos ou não, prática de competência, quase que exclusivamente, da Subprefeitura *campus*: a desconformidade com legislação que rege a matéria no setor público é patente, uma vez que o *campus* ainda não tem Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos.

No **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – obteve IAPS de 25%, classificado como ‘FRACO’. A baixa adesão às práticas, desse Eixo temático da A3P, ficou explícita ao restringir-se apenas a aplicar práticas que buscam atender às exigências de acessibilidade para servidores com mobilidade reduzida.

Com relação ao **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** e ao **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis**, não houve informações sobre aplicação das práticas socioambientais pesquisadas.

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – restringe-se a aplicar, nas obras realizadas algumas, práticas que visam a melhoria da acessibilidade do *campus* para pessoas com mobilidade reduzida. O *campus* ainda não conta com um Plano de Uso do Solo.

4.3.2.3 *Campus* de Sousa

O *campus* de Sousa (Figura 8), segundo o mapa de regionalizado do estado da Paraíba, está localizado na microrregião de Sousa, mesorregião do Sertão Paraibano. O mesmo foi encampado pela UFPB em 1979 e pela UFCG em 2002. Possui uma área territorial total de 1.070.496,92 m², com 15.400,85 m² de área construída ou 1,44% da área total do *campus*. Sedia um Centro - o CCJS. Como *campus* fora de sede, respondem pela área administrativa-operacional do mesmo o Diretor do CCJS e o Subprefeito.

FIGURA 8 – *Campus* de Sousa – Entrada principal (a) e Biblioteca (b)



FONTE: Arquivo de imagens / UFCG (2017).

Dentre os sete *campi* da UFCG, é o único que possui um PGS em andamento, lançado em 17 de março de 2016. O mesmo segue o protocolo do Programa A3P, porém ainda sem a adesão formal junto ao MMA, e busca contemplar os seis Eixos temáticos da A3P, tendo a Comissão Gestora da A3P, como primeira tarefa, o desafio de semear a sensibilização e de iniciar a capacitação dos servidores (Eixo 4) sobre a temática do Programa.

No Quadro 19, pode-se observar que o IAPS no *campus* de Sousa foi de 56%, classificado como ‘REGULAR’, indicando que, provavelmente, atende apenas a legislação aplicável, necessitando ampliação das práticas do Programa A3P implantado.

O **Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos** – com IAPS de 63%, classificado como ‘BOM’, indica que com as práticas aplicadas, além de atender a legislação pertinente, busca desenvolver atitudes que valorizam o meio ambiente e o uso racional de bens públicos, por meio de ações como: consumo consciente de materiais - monitoramento e redução

do consumo de papel (impressão frente e verso), de copos descartáveis (adoção da política ‘adote um copo’); consumo consciente de água e de energia elétrica - aproveitamento de água de chuva para a rega de jardins, uso de hidrômetros individualizados e uso de equipamentos hidráulicos mais eficientes, uso de fotocélulas na iluminação externa e, em alguns setores, uso de lâmpadas mais econômicas; controle de animais abandonados no *campus*; e otimização da frota veicular.

QUADRO 19 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no *campus* de Sousa

EIXOS TEMÁTICOS	SUBPREFEITURA			CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS (CCJS)							APLICAÇÃO			
	POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	AVALIAÇÃO					POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	ÍNDICE (MÉDIA %)	CLASSIFICAÇÃO	
				1	2	3	4	5						D
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	14	8	57%	0	4	1	5	3	0	13	9	69%	63%	BOM
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	9	2	22%	0	0	3	0	1	3	7	4	57%	40%	FRACO
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	4	1	25%	0	3	4	4	1	0	12	9	75%	50%	REGULAR
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	5	4	80%	0	0	4	0	2	0	6	6	100%	90%	ÓTIMO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	3	0	0%	0	0	3	2	1	1	7	6	86%	43%	REGULAR
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	7	2	29%	0	4	2	1	2	0	9	5	56%	42%	REGULAR
	42	17	40%							54	39	72%		
IAPS NO CAMPUS DE SOUSA												56%	REGULAR	

FONTE: Dados da Pesquisa.

O **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – obteve classificação ‘FRACO’ (IAPS = 40%), ou seja, teve baixa adesão às práticas socioambientais pesquisadas, mas apresenta algumas poucas iniciativas, ainda que incipientes, tais como: destino adequado de resíduos da construção (RDC) e de resíduos perigosos (lâmpadas), porém desconhece a proporção e não foi informado qual era o destino. Como pontos negativos, o *campus* ainda não possui um Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, tampouco realiza a coleta seletiva solidária ou faz o desfazimento correto dos bens inservíveis, estando em desacordo com a legislação que rege a matéria (Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 5.940/2006, Resolução CONAMA nº 275/2005 e Decreto nº 99.658/1990 - Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018).

No **Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – o IAPS de 50%, classificado como ‘REGULAR’, foi alcançado por meio de um Calendário de Eventos envolvendo práticas de promoção da saúde, integração social e desenvolvimento das capacidades pessoais do servidor, além de melhoria das condições ambientais gerais, através da

intensificação do paisagismo do *campus*. Tais práticas atendem, provavelmente, apenas a legislação, precisando de ampliações.

O **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – atingiu um dos melhores IAPS dentre os Eixos temáticos, com percentual de 90%, classificado como ‘ÓTIMO’, indicando que as práticas socioambientais adotadas valorizam os servidores, promovendo a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental, por meio de ciclos de palestras e oficinas, realizadas com professores, servidores técnico-administrativos e terceirizados do CCJS, no Projeto A3P Reciclar, lançado em junho de 2017.

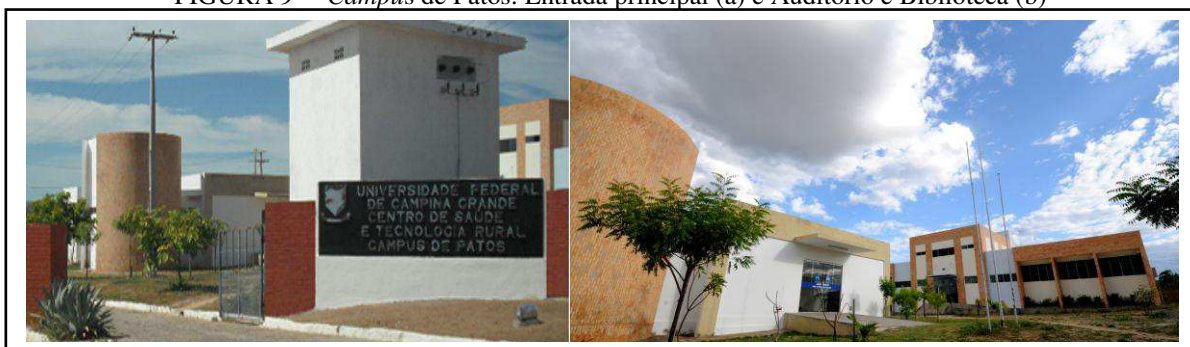
No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – obteve IAPS de 50% ou ‘REGULAR’, indicando que atende, provavelmente, apenas a legislação. Vale aqui uma observação: considerando que a Unidade Gestora responsável pela execução orçamentária nos *campi* fora de sede é a Direção de Centro, a classificação do IAPS corrigido passaria para ‘ÓTIMO’, uma vez que a Direção do CCJS aplica todas as práticas pesquisadas, as quais observam as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, quando da compra de bens e contratação de serviços. Dessa forma, o *campus* de Sousa atenderia plenamente os objetivos desse Eixo temático da A3P.

O *campus* possui um Plano de Uso do Solo, porém com IAPS de 43%, classificado como ‘REGULAR’, obtido no **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, provavelmente, atende apenas a legislação pertinente, necessitando ampliar o uso de práticas sustentáveis nos projetos e obras do *campus*.

4.3.2.4 *Campus* de Patos

O *campus* de Patos (Figura 9), está localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, na microrregião de Patos. Foi encampado pela UFPB em 1979 e pela UFCG em 2002. Possui uma área territorial total de 138.950,90 m², com 12,19% de área construída e conta, ainda, com duas fazendas experimentais com 250 e 180 hectares, cada²⁵. Sedia um Centro - o CSTR e a gestão administrativa-operacional do *campus* é de competência do Diretor do Centro e do Subprefeito, os quais não responderam à pesquisa de campo.

²⁵ Relatório Técnico. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/ufs/arquivos/relatorio_tecnico.pdf>. Acesso em: 25set.2017.

FIGURA 9 – *Campus de Patos*: Entrada principal (a) e Auditório e Biblioteca (b)

FONTE: Arquivo de imagens / UFCG (2017).

4.3.2.5 *Campus de Cuité*

Segundo o mapa de regionalização da Paraíba, o *campus* de Cuité (Figura 10) está localizado na microrregião do Curimataú Ocidental, mesorregião do Agreste Paraibano. Foi criado em 2006 e ocupa uma área territorial total de 101.696,94 m², com 5,64% de área construída. Sedia um Centro - o CES. A Direção do CES e a Subprefeitura respondem pela área administrativa-operacional do *campus* de Cuité.

FIGURA 10 – *Campus de Cuité* – Entrada principal (a) e Museu do Homem do Curimataú (b)

FONTE: Arquivo de imagens / UFCG (2017).

O *campus* de Cuité não tem um PGS, mas desenvolve ações socioambientais independentes. O Quadro 21, mostra que IAPS no *campus* foi de 54%, classificado como ‘REGULAR’, indicando que, provavelmente, atende apenas a legislação.

Na análise por Eixo temático da A3P (Quadro 20), observa-se que o **Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos** – obteve IAPS de 67%, classificado como ‘BOM’, indicando que além de atender a legislação pertinente, busca algumas atitudes que valorizam o meio ambiente e o uso de bens públicos, por meio de práticas como: redução do consumo de papel e de copos descartáveis; redução do consumo de água com uso de

equipamentos hidráulicos mais eficientes e aproveitamento de águas pluviais; controle do consumo de energia com uso de fotocélulas; frota veicular, em sua maioria, tipo *flex*, com otimização de uso; e controle de animais abandonados no *campus*.

QUADRO 20 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no *campus* de Cuité

EIXOS TEMÁTICOS	SUBPREFEITURA			CENTRO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE (CES)							APLICAÇÃO			
	POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	AVALIAÇÃO					POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	ÍNDICE (MÉDIA %)	CLASSIFICAÇÃO	
				1	2	3	4	5						D
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	14	9	64%	0	4	1	5	3	0	13	9	69%	67%	BOM
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	9	3	33%	0	0	3	0	1	3	7	4	57%	45%	REGULAR
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	4	0	0%	0	3	4	4	1	0	12	9	75%	38%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	5	3	60%	0	0	4	0	2	0	6	6	100%	80%	BOM
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	3	0	0%	0	0	3	2	1	1	7	6	86%	43%	REGULAR
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	7	0	0%	0	4	2	1	2	0	9	5	56%	28%	FRACO
	42	15	36%							54	39	72%		
IAPS NO CAMPUS DE CUITÉ												54%	REGULAR	

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – obteve IAPS de 44%, classificado como ‘REGULAR’, o que indica que atende, provavelmente, apenas a legislação, realizando ações como: separação de resíduos recicláveis; movimentação adequada de bens públicos inservíveis, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018); destinação correta de alguns resíduos perigosos e de resíduos da construção; e coleta de resíduos líquidos em fossas sépticas. Como pontos negativos, observa-se que o *campus* ainda não tem um Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, demandando ampliação das práticas, principalmente no que diz respeito à destinação adequada de resíduos dos serviços de saúde, conforme Resolução RDC nº 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A avaliação dos índices de aplicação de práticas socioambientais nos **Eixos 3, 5 e 6**, ficou um pouco prejudicada, uma vez que foi utilizada a média das respostas e apenas a Direção assinalou ações realizadas nesses Eixos. No **Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho**, por exemplo, obteve índice individual (Direção) de 75%, no entanto o IAPS final caiu para 38%, classificado como ‘FRACO’, indicando baixa adesão às práticas socioambientais.

No **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – obteve o maior IAPS dentre os Eixos temáticos no *campus*, com percentual de 80%, classificado como ‘BOM’, indicando

que as práticas socioambientais adotadas valorizam os servidores, através de campanhas de sensibilização para redução do consumo de materiais, água e energia, além de capacitação dos servidores na temática da sustentabilidade ambiental e proteção do meio ambiente.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – obteve IAPS de 43% ou ‘REGULAR’, indicando que atende, provavelmente, apenas a legislação. Vale também aqui uma observação: como a Unidade Gestora responsável pela execução orçamentária nos *campi* fora de sede é a Direção de Centro, a classificação do IAPS corrigido passaria para ‘ÓTIMO’, uma vez que a Direção do CES observa as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, quando da aquisição de bens e contratação de serviços. Dessa forma, o *campus* de Cuité atenderia plenamente os objetivos desse Eixo temático da A3P.

O *campus* tem Plano de Uso do Solo, porém no **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** obteve IAPS de 28%, classificado como ‘FRACO’, indicando baixa adesão aos critérios de sustentabilidade do MPOG e, conseqüentemente, à esse Eixo da A3P.

4.3.2.6 *Campus* de Pombal

Segundo o mapa de regionalização da Paraíba, o *campus* de Pombal (Figura 11) está localizado na microrregião de Sousa, mesorregião do Sertão Paraibano. Criado em 2008, possui uma área territorial total de 155.500,47 m², com 1,23% de área construída, onde está sediado o CCTA. A Direção de CCTA e a Subprefeitura respondem pela gestão administrativa-operacional do *campus* de Pombal.

FIGURA 11 – *Campus* de Pombal – Entrada principal (a) e Direção e Biblioteca (b)



FONTE: Arquivo de imagens / UFCG (2017).

Em março de 2017, foi informado pela Subprefeitura que o *campus* de Pombal tinha um PGS e que o mesmo estava no início da implantação. Porém, em novembro do mesmo ano, a

Direção do CCTA informou que desenvolvem apenas ações socioambientais isoladas, significando que a tentativa de implantar um PGS não teve continuidade.

No Quadro 21, observa-se que o IAPS no *campus* foi de 64%, classificado como ‘BOM’, demonstrando atender a maioria dos objetivos da A3P.

QUADRO 21 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no *campus* de Pombal

EIXOS TEMÁTICOS	SUBPREFEITURA			CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR (CCTA)									APLICAÇÃO	
	POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	AVALIAÇÃO					POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	ÍNDICE (MÉDIA %)	CLASSIFICAÇÃO	
				1	2	3	4	5						D
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	14	11	79%	1	8	1	3	0	0	13	4	31%	55%	REGULAR
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	9	8	89%	0	2	2	1	0	1	6	3	50%	69%	BOM
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	4	0	0%	0	3	7	1	1	0	12	9	75%	38%	FRACO
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	5	5	100%	0	0	6	0	0	0	6	6	100%	100%	ÓTIMO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	3	1	33%	0	1	0	3	0	3	7	3	43%	38%	FRACO
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	7	6	86%	0	5	2	1	1	0	9	4	44%	65%	BOM
	42	31	74%							53	29	55%		
IAPS NO CAMPUS DE POMBAL												64%	BOM	

FONTE: Dados da Pesquisa.

No **Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos** – obteve IAPS de 55%, classificado como ‘REGULAR’, significando que atende, provavelmente, apenas a legislação pertinente. Como pontos positivos aponta-se a adesão a práticas socioambientais, tais como: monitoramento/redução do consumo de papel, reuso de água de refrigeração (na subprefeitura), uso de equipamentos hidráulicos mais eficientes, uso de fotocélulas no posteamento, otimização da frota veicular e controle de animais abandonados no *campus*.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – o IAPS foi de 69%, classificado como ‘BOM’, indicando que além de atender a legislação pertinente, as práticas buscam desenvolver valorizar o meio ambiente, por meio de: coleta seletiva de papel, papelão e óleos de cozinha, e destinação desses resíduos à cooperativas de catadores, nos termos do Decreto nº 5.940/2006; compostagem de resíduos de poda e uso em pesquisas; reuso de cartuchos (toner) ou retorno aos fornecedores; recolhimento resíduos da construção por empresas construtoras; desfazimento adequado dos bens inservíveis, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018); e recolhimento de 100% dos resíduos líquidos em fossas sépticas.

No **Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – o IAPS foi de 38%, classificado como ‘FRACO’. A baixa adesão às práticas desse Eixo temático indica a

necessidade de ampliar as ações voltadas para a segurança e bem-estar dos servidores no local de trabalho. Como pontos negativos identificados, aponta-se: a questão da acessibilidade das instalações; a necessidade de incentivo a autonomia e aproveitamento das habilidades individuais e coletivas dos servidores; a falta de registro de ocorrências relacionadas com a falta de segurança e de acidentes de trabalho no setor.

O **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores** – obteve o melhor IAPS, com percentual de 100%, classificado como ‘ÓTIMO’, ou seja, as práticas socioambientais adotadas atendem plenamente os requisitos de sustentabilidade nas universidades, no que diz respeito à valorização da consciência cidadã dos servidores, através de: campanhas para redução do consumo de materiais de consumo, água e energia; sensibilização para a necessidade de proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – obteve IAPS foi de 38%, classificado como ‘FRACO’, indicando baixa aplicação, nos processos licitatórios, das diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012 para aquisição de bens e contratação de serviços.

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – alcançou IAPS de 65%, classificado como ‘BOM’, indicando que além de atender a legislação pertinente, busca algumas atitudes que valorizam o meio ambiente por meio de práticas que incentivam e promovem a sustentabilidade nas edificações. Nas edificações mais recentes, tem procurado a adoção de práticas mais sustentáveis, tais como aproveitamento da iluminação e ventilação naturais; uso de lâmpadas mais eficientes e automação da iluminação nas reformas. Por outro lado, vem trabalhando no Plano de Uso do Solo do *campus*.

4.3.2.7 *Campus* de Sumé

O *campus* de Sumé (Figura 12) está localizado na microrregião do Cariri Ocidental, mesorregião da Borborema, conforme o mapa de regionalização da Paraíba. Foi criado em 2009 e ocupa uma área territorial total de 611.200,93 m², com área construída de 8.906,86 m² ou 1,46% da área total. Sedia um Centro - o CDSA. A exemplo dos demais *campi* fora de sede, a Subprefeitura do *campus* e a Direção do CDSA respondem pela gestão administrativa-operacional do *campus* de Sumé.

A partir dos dados levantados junto à Direção do CDSA e ao Subprefeito, ficou registrado que o *campus* de Sumé não tem um PGS, mas desenvolve práticas socioambientais isoladas e que dentre todos os *campi*, foi o que obteve melhor IAPS, com percentual de 67%,

classificado como ‘BOM’ (Quadro 22), indicando que apresenta boa aplicação de práticas socioambientais, pois além de atender a legislação pertinente, busca algumas atitudes que valorizam o meio ambiente e os servidores, alcançando a maioria dos objetivos dos Eixos temáticos da A3P.

FIGURA 12 – *Campus* de Sumé – Entrada principal (a) e Biblioteca (b)



FONTE: Arquivo de imagens / UFCG (2017).

QUADRO 22 – Síntese dos resultados (IAPS) obtidos no *campus* de Sumé

EIXOS TEMÁTICOS	SUBPREFEITURA			CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO (CDSA)									APLICAÇÃO	
	POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	AVALIAÇÃO					POSSÍVEIS	ALCANÇADOS	ÍNDICE	ÍNDICE (MÉDIA %)	CLASSIFICAÇÃO	
				1	2	3	4	5						D
EIXO 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	14	6	43%	1	1	6	4	1	0	13	11	85%	64%	BOM
EIXO 2 – Gestão de resíduos gerados	9	5	56%	0	1	2	1	0	2	6	3	50%	53%	REGULAR
EIXO 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	4	2	50%	0	2	4	1	3	2	12	8	67%	58%	REGULAR
EIXO 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores	5	5	100%	0	0	0	6	0	0	6	6	100%	100%	ÓTIMO
EIXO 5 – Compras públicas sustentáveis	3	1	33%	0	0	0	2	3	2	7	5	71%	52%	REGULAR
EIXO 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis	7	6	86%	0	2	4	1	1	1	9	6	67%	76%	BOM
	42	25	60%							53	39	74%		
IAPS NO CAMPUS DE SUMÉ												67%	BOM	

FONTE: Dados da Pesquisa.

Na análise por Eixo temático, no **Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos** – obteve IAPS de 64% ou ‘BOM’, indicando que além de atender a legislação, busca desenvolver práticas que valorizam o uso de bens públicos e o meio ambiente, através da: redução do consumo de copos descartáveis e incentivo ao uso de canecas individuais; redução do consumo de papel; maior controle do consumo de água, com uso de hidrômetros individualizados (sete hidrômetros, instalados nas maiores edificações), uso de descargas bicomando e captação de água de chuva; controle da animais abandonados no *campus*, através

de campanhas de vacinação e castração; otimização da frota veicular, que em sua maioria é composta por carros tipo *flex*.

No **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados** – o IAPS alcançado foi de 53%, classificado como ‘REGULAR’, indicando que, provavelmente, atende apenas a legislação. Aplica a movimentação adequado dos bens inservíveis, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018), porém desconhece a proporção. Aplica pouco a prática de segregação de resíduos recicláveis, inclusive dos resíduos perigosos, visto que essa prática tem se demonstrado inútil no *campus*, uma vez que o destino final é o mesmo para todo tipo de resíduo coletado – o aterro da cidade, segundo a Direção do CDSA. A Subprefeitura vem trabalhando com práticas de compostagem apenas do material orgânico de podas e uso na adubação do *campus*. Os esgotos coletados são lançados na rede pública (50%) e o restante em fossas sépticas no *campus*. O *campus* ainda não tem Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, nem Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção. Esses últimos são descartados no próprio *campus*.

O **Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho** – obteve IAPS de 58% ou ‘REGULAR’, indicando que, provavelmente, atende penas a legislação pertinente, por meio de: práticas voltadas a ergonomia dos mobiliários e a acessibilidade das instalações; ações voltadas a saúde (neuroses) dos servidores; e práticas de preservação dos ambientes naturais, visando o bem-estar do servidor.

No **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação de servidores** – atingiu o melhor IAPS, com percentual de 100%, classificado como ‘ÓTIMO’, ou seja, as práticas socioambientais aplicadas atendem plenamente os requisitos de sustentabilidade socioambiental nas universidades, no que diz respeito a valorização dos servidores, refletindo a preocupação dos gestores do *campus* com a sensibilização dos mesmos para questão ambiental, através de campanhas com o uso de cartazes incentivando a redução consumo de água, energia, papel e copos descartáveis e a promoção ações de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação dos recursos naturais.

No **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis** – obteve 52% no IAPS, classificado como ‘REGULAR’, indicando que, provavelmente, atende apenas a legislação pertinente, observando algumas diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012 nas compras e contratações realizadas.

No **Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis** – o IAPS obtido foi de 76%, classificado como ‘BOM’, indicando que os gestores do *campus* têm buscado atender os critérios de sustentabilidade da IN/MP nº 1/2010, ao fazer uso de: iluminação e ventilação

natural, através de janelas e claraboias; rampas e sinalização de acessibilidade; lâmpadas de alto rendimento; água de chuva; e aproveitamento de materiais reciclados nas obras. É o único *campus* que tem Plano de Uso do Solo.

Fazendo-se uma síntese da análise dos *campi*, observa-se que os *campi* de Pombal e Sumé foram os que obtiveram os maiores IAPSs, com percentuais de 64% e 67%, respectivamente, classificados como ‘BOM’. Isso indica que, mesmo sem terem PGS ou projetos específicos direcionados para a questão socioambiental, apresentam uma boa aplicação de práticas socioambientais, desenvolvendo ações que valorizam o meio ambiente e os servidores, não se restringindo a atender apenas a legislação.

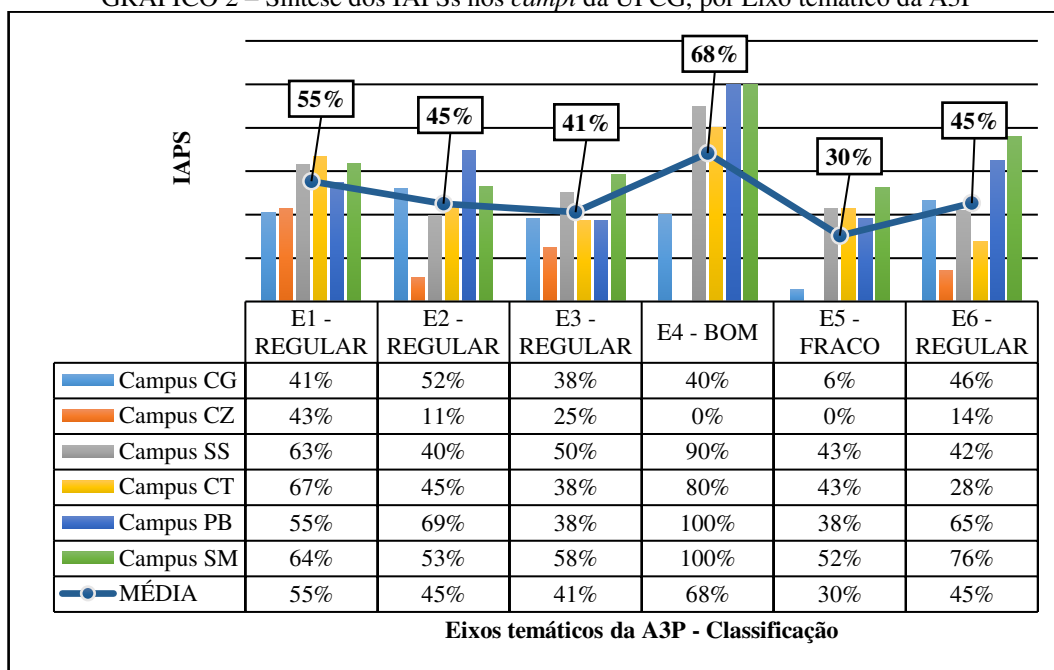
Já o *campus* de Cajazeiras, obteve o menor IAPS, que foi de 11%, classificado como ‘FRACO’, refletindo que nesse *campus* a sustentabilidade socioambiental tem muitos aspectos a serem trabalhados, demandando maiores investimentos em recursos humanos e financeiros em gestão ambiental. Cabe aqui uma ressalva, na avaliação do mesmo, não foi possível computar a percepção de um dos seus gestores – a Direção do CFP.

Os demais *campi* – Campina Grande, Sousa e Cuité – foram classificados como ‘REGULAR’, com IAPS entre 41 e 56%. Provavelmente, as práticas socioambientais desenvolvidas atendem apenas as demandas dos órgãos reguladores, demandando ampliação das ações de valorização do meio ambiente e dos servidores, de modo a atender aos objetivos do Programa A3P.

4.3.2.8 Síntese da análise dos *campi*, por Eixo temático da A3P

No Gráfico 2, apresenta-se uma síntese dos percentuais de aplicação de práticas socioambientais (IAPS), por Eixo temático da A3P, nos *campi* da UFCG.

Na análise por Eixo temático, a partir da síntese dos *campi* (Gráfico 2), a maior média de IAPS, dentre os seis Eixos, foi obtida no **Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores**, com percentual de 68%, classificado como ‘BOM’. Os *campi* de Pombal e Sumé, obtiveram a melhor classificação, com IAPS de 100%, seguidos dos *campi* de Sousa e Cuité, com IAPS de 90% e 80%, respectivamente. Esses resultados demonstram a conduta proativa, por parte dos gestores dos *campi*, no sentido de estimular a reflexão dos servidores sobre as questões socioambientais na instituição, capacitando-os para incorporação de critérios de sustentabilidade nas suas atividades rotineiras.

GRÁFICO 2 – Síntese dos IAPSs nos *campi* da UFCG, por Eixo temático da A3P

FONTE: Dados da Pesquisa.

LEGENDA: E1 (Eixo 1) – REGULAR (Classificação).

NOTA: O *campus* de Patos (Subprefeitura e Direção do CSTR) não respondeu a pesquisa. No *campus* de Cajazeiras, apenas a Subprefeitura respondeu

Já o **Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis**, dos seis Eixos temáticos da A3P, é o que apresenta a menor média de IAPS, percentual de 30%, classificado como ‘FRACO’, indicando baixa aplicação de práticas socioambientais, com poucas iniciativas, ainda incipientes (Gráfico 2). Muitas vezes essas iniciativas são dificultadas pelas limitações do orçamento e dos fornecedores atenderem as diretrizes de sustentabilidade do Decreto nº 7.746/2012, que estabelece os requisitos para compras e contratações realizadas pela Administração Pública, itens constantes dos Editais públicos. Por outro lado, também foi observado uma certa confusão de entendimento sobre as atribuições de UGs na sede e fora de sede, questão não muito clara entre os respondentes do *checklist*.

Os **Eixos 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos**, **2 – Gestão de resíduos gerados**, **3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho** e **6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis**, apresentaram média de IAPSs variando de 41 a 55%, (Gráfico 2), classificados como ‘REGULAR’, indicando que atendem, provavelmente, apenas a legislação pertinente, necessitando ampliação das práticas em todos os *campi*.

Cabe aqui, algumas considerações sobre o **Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados**, que obteve média de IAPS de 45%, próximo ao limite inferior da classificação. Observa-se que, na maioria dos *campi*, as práticas, principalmente com relação aos resíduos sólidos gerados, não têm recebido a devida atenção por parte dos gestores: a coleta seletiva que, em princípio,

implica na segregação prévia dos resíduos, conforme constituição ou composição, não foi observada. Questão que se agrava quando se trata da destinação adequada dos resíduos perigosos, apesar das exigências da legislação pertinente a matéria. Situação ainda mais preocupante naqueles *campi* com cursos na área de saúde. Com relação aos resíduos eletroeletrônicos da instituição, as práticas de destinação adequada mostraram-se incipientes em todos os *campi*, as quais, quando existentes, eram restritas a pequenos grupos de pesquisa. Em suma, nenhum dos *campi* possui Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, exigência da Lei nº 12.305/2010, tampouco Licença Ambiental, conforme Lei nº 6.938/1981.

4.3.3 Síntese dos resultados na UFCG

No Quadro 23, apresenta-se uma síntese da UFCG, a partir dos IAPSs obtidos na Administração Superior e nos *campi*, com a respectiva classificação. Observa-se que nenhum dos setores estudados alcançou a classificação máxima – ‘ÓTIMO’.

QUADRO 23 – Síntese dos IAPSs na UFCG

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	IAPS	CLASSIFICAÇÃO	CAMPUS	IAPS	CLASSIFICAÇÃO
PRGAF	50%	REGULAR	Campina Grande	41%	REGULAR
PRAC	27%	FRACO	Cajazeiras	11%	PÉSSIMO
PRE	15%	PÉSSIMO	Sousa	56%	REGULAR
PRPG	44%	REGULAR	Patos	-	-
PROPEX	40%	FRACO	Cuité	54%	REGULAR
SEPLAN	44%	REGULAR	Pombal	64%	BOM
SRH	23%	FRACO	Sumé	67%	BOM
SODS	23%	FRACO	-	-	-
MÉDIA	33%	FRACO	MÉDIA	49%	REGULAR
ÍNDICE GERAL				41%	REGULAR

FONTE: Dados da Pesquisa.

Embora alguns setores tenham apresentado a mesma classificação, verificou-se inconsonância nas práticas socioambientais aplicadas, seja entre os *campi* ou entre os setores da Administração Superior, ou seja, as práticas realizadas nem sempre foram as mesmas, apesar de estarem sujeitos à mesma legislação.

A média final resultou num IAPS geral de 41%, classificado como ‘REGULAR’, significando que as práticas socioambientais aplicadas na UFCG atendem, provavelmente, apenas a legislação pertinente, indicando a necessidade de ampliação das ações, de modo a atender aos objetivos do Programa A3P, que é hoje um dos principais referenciais de sustentabilidade na Administração Pública. Observe-se que o IAPS geral está no limite inferior

da classe, indicando que, apesar de contar com iniciativas isoladas, teve baixa adesão à A3P, demonstrando a necessidade de investimentos em recursos humanos e financeiros voltados à gestão socioambiental na instituição.

4.4 DIFICULDADES E MOTIVAÇÕES À IMPLANTAÇÃO DE UM PGS

Dois dos focos dos Questionários foram identificar as dificuldades ou barreiras e as motivações à implantação de um Plano de Gestão Socioambiental (PGS) na UFCG. Quando perguntado quais seriam essas dificuldades e quais seriam essas motivações, foram oferecidas sete opções de respostas, para cada, e solicitado aos respondentes que assinalassem as três maiores dificuldades e as três maiores motivações e comentassem a escolha, caso achassem conveniente. A seguir, faz-se uma discussão sobre os resultados encontrados, com base nos percentuais de respostas, considerando todos os sujeitos da pesquisa (respondentes).

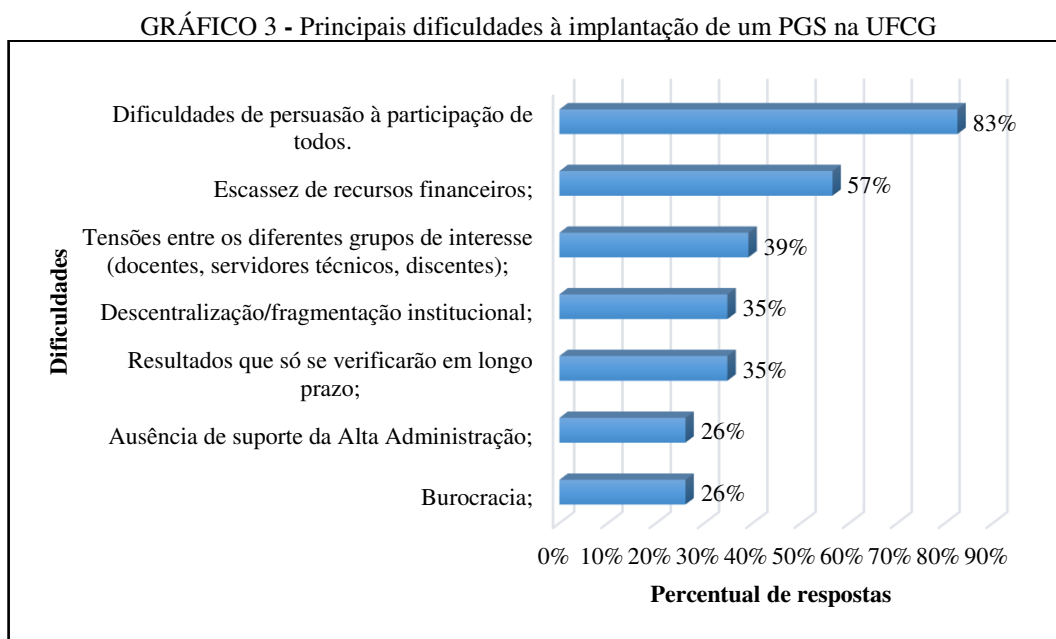
4.4.1 Principais dificuldades à implantação de um PGS na UFCG

No Gráfico 3, apresenta-se as principais dificuldades à implantação de um PGS na instituição, na percepção dos respondentes - Pró-Reitores, Secretários da Direção Superior, Prefeito Universitário, Subprefeitos e Diretores dos Centros. Foram disponibilizadas sete opções de respostas, dentre as quais, deveriam ser assinaladas as três maiores. Não responderam os gestores dos seguintes setores: Subprefeitura do *campus* de Patos, Direção do CSTR e do CFP.

Observa-se no Gráfico 3, que segundo a percepção dos respondentes, as três maiores barreiras foram: **dificuldades de persuasão à participação de todos**, apontada por 83% dos respondentes, seguida da **escassez de recursos financeiros**, com 57%, e na terceira posição, **tensões entre os diferentes grupos de interesse (docentes, servidores técnico-administrativos e discentes)**, com 39%. Esta última teve pouca diferença para a quarta e a quinta posição, que seguiram empatados com 35% - resultados que só se verificarão em longo prazo e descentralização/fragmentação institucional, respectivamente. Tais barreiras também foram apontadas em estudos similares (FERRER-BALAS *et al*, 2008; OTERO, 2010; KARATZOGLOU, 2011; VIEIRA, 2014; MARINHO, 2014), porém não nessa mesma ordem.

Dificuldades de persuasão à participação de todos. Com 83%, foi apontada como a principal barreira à implementação de um PGS na UFCG. As pessoas, de um modo geral, sempre resistem a mudança de hábitos e, principalmente, de comportamentos relacionados ao trato com as questões ambientais. Considerando a Universidade, a comunidade universitária ou

não percebe a mesma como geradora de impactos ambientais negativos ou atribuem ser a questão de responsabilidade de ‘algum setor específico’ da instituição, esquecendo-se de que manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado é responsabilidade de todos (BRASIL, 1988).



FONTE: Dados da Pesquisa.

Escassez de recursos financeiros. Com 57% do percentual de respostas, apontada como a segunda maior dificuldade à implementação de um PGS na UFCG, na percepção dos respondentes. A restrição orçamentária tem sido apontada por muitos gestores, uma vez que dificulta a adoção de práticas que demandem investimentos iniciais elevados, como é o caso das ações relacionadas à eficiência energética, sistemas de captação de águas pluviais, sistemas de tratamento de efluentes, compra de materiais e equipamentos mais eficientes em termos ambientais, dentre outras. Essa barreira se agrava na UFCG, que pelo fato de estar espalhada no estado, a gestão demanda, naturalmente, mais recursos financeiros.

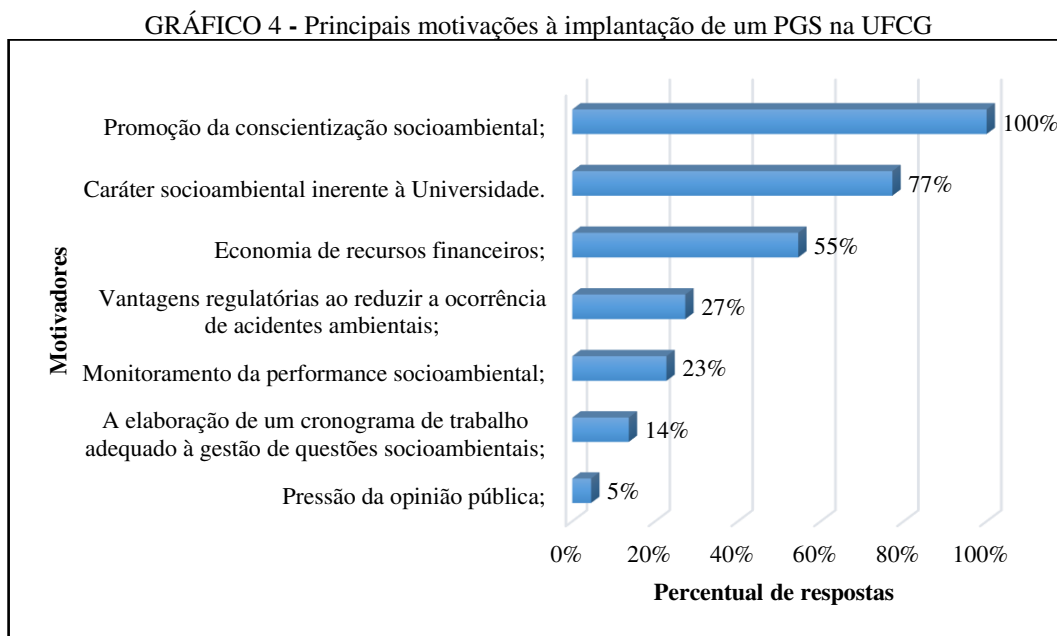
Tensões entre os diferentes grupos de interesse (docentes, servidores técnico-administrativos e discentes), com 39%. O envolvimento com as práticas socioambientais demanda tempo de docentes ocupados, com aulas e pesquisas, e estas nem sempre estão ligadas à sua área de conhecimento. O mesmo com os discentes que, envolvidos com as atividades curriculares, precisam de motivações que venham de encontro aos seus objetivos enquanto aspirantes a uma carreira profissional. A falta de tempo para interações e compartilhamento devido à sobrecarga de trabalho docente, também dificulta a mobilização destes para o

envolvimento de discentes e servidores técnico-administrativos com as questões ambientais, que pode ser agravada pela falta de incentivo para promover mudanças a nível individual.

Por outro lado, a falta de uma Política Socioambiental institucional dificulta o rompimento dessa barreira. Segundo Otero (2010), sem o comprometimento da Alta Administração não há incentivos para que os diferentes grupos se desviem de seus interesses e disponham seu tempo para desenvolver atividades não reconhecidas pela Reitoria da Universidade. Sem motivação da comunidade universitária, não há comprometimento com a questão ambiental na instituição. Sem comprometimento da Administração Superior, não há motivação da comunidade, gerando um ciclo vicioso.

4.4.2 Principais motivações à implantação de um PGS na UFCG

No Gráfico 4, apresenta-se as principais motivações à implantação de um PGS na instituição, na percepção dos sujeitos da pesquisa. Foram disponibilizadas sete opções de respostas, dentre as quais, deveriam ser assinaladas as três maiores motivações. Não responderam os gestores dos seguintes setores: Subprefeitura do *campus* de Patos, Direção do CSTR e do CFP.



FONTE: Dados da Pesquisa.

As três maiores motivações apontadas, em termos percentuais de respostas (Gráfico 4), foram: **promoção da conscientização socioambiental**, apontada por todos (100%); **o caráter**

socioambiental inerente à Universidade, com 77%; e **a economia de recursos financeiros**, com 55%.

Promoção da conscientização socioambiental, com 100%. A unanimidade entre os respondentes dos Questionários coloca essa proposição como a principal motivação à implantação de um PGS na UFCG. Isso demonstra que os gestores respondentes têm conhecimento sobre o efeito pedagógico gerado com gestão socioambiental dos *campi*, servindo de exemplo para a sociedade na construção de uma cultura de sustentabilidade.

Caráter socioambiental inerente à Universidade. O percentual 77% de respostas coloca essa alternativa como a segunda maior motivação e demonstra a clareza dos respondentes sobre a responsabilidade socioambiental da UFCG, motivando a implantação de um PGS. O caráter socioambiental das Universidades diz respeito não apenas a sua responsabilidade de formar profissionais conscientes, mas também de zelar pela conservação dos recursos naturais, rever os padrões de produção e consumo, adotar novos referenciais de sustentabilidade, além de promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

Economia de recursos financeiros. Com 55% das respostas, a economia de recursos financeiros é percebida pelos respondentes como a terceira maior motivação à implantação de um PGS. Argumentos de caráter econômico são assumidos pela Administração Pública como motivadores de mudanças, na medida em que os gastos públicos envolvem elevadas somas de recursos. Só em compras governamentais e governo brasileiro movimentada, aproximadamente, 10% do PIB (BRASIL.MPOG, 2010a). Promover novos padrões de consumo, além da economia de recursos naturais, contribui para redução dos gastos da universidade, cumprindo objetivos da gestão socioambiental.

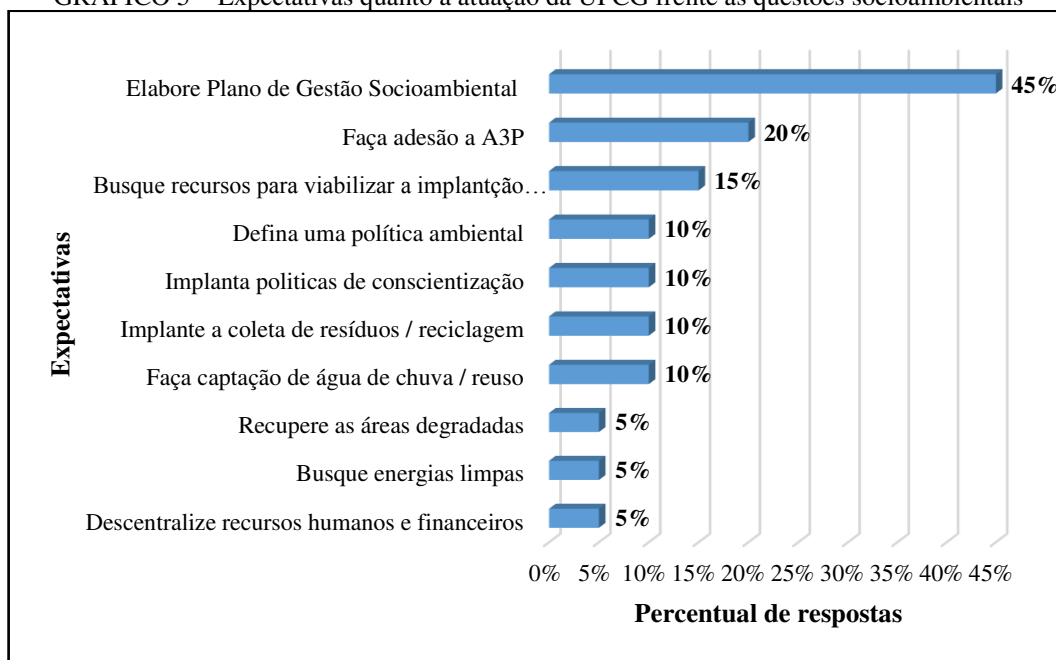
Apesar de terem sido tratadas separadamente, as três maiores dificuldades e as três maiores motivações apontadas estão relacionadas, visto que dizem respeito aos recursos humanos e financeiros. A promoção da educação ambiental, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente de que trata o inciso VI do Artigo 225 da CF/88 (BRASIL, 1988), é também responsabilidade das universidades, que nesse sentido, devem ser exemplo de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. As mudanças necessárias para a gestão socioambiental na UFCG, como em qualquer outra IES ou organização empresarial, exigem investimentos em recursos humanos e financeiros. O que foi aqui colocado pelos respondentes é que a grande dificuldade na UFCG é fazer uso desses recursos, direcionando-os para ações mais sustentáveis, considerando ainda a descentralização/fragmentação

institucional, dificuldade apontada em quinto lugar, consequência da estrutura *multicampi* da UFCG.

4.5 EXPECTATIVAS QUANTO A ATUAÇÃO DA UFCG E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS MAIS URGENTES

Durante a pesquisa, dentre as questões postas aos respondentes duas tratavam, especificamente, de aclarar o seguinte objetivo: ‘*Identificar as expectativas dos gestores com relação a atuação da Instituição frente às questões socioambientais e as quais as questões mais urgentes*’. A seguir, apresenta-se uma análise das respostas compiladas.

GRÁFICO 5 – Expectativas quanto à atuação da UFCG frente às questões socioambientais



FONTE: Dados da Pesquisa.

Quando perguntado ‘*Nos próximos anos, que atuação se espera da Instituição frente às questões socioambientais?*’ – Dos 26 Questionários aplicados, apenas 6 respondentes não se posicionaram: Direção do CEEL, CFP e CSTR; Subprefeituras de Patos, Sousa e Cajazeiras. No Gráfico 5, reúne-se as respostas em percentuais.

De modo geral, as expectativas vão desde a solução de questões socioambientais inerentes ao *campus* do respondente, como ‘*projetos visando a recuperação de áreas degradadas*’, ‘*coleta e reciclagem de resíduos sólidos*’, a questões globais da UFCG, como por

exemplo: a ‘*criação de uma política voltada às questões ambientais*’ e a destinação de ‘*recursos financeiros para ações sustentáveis*’.

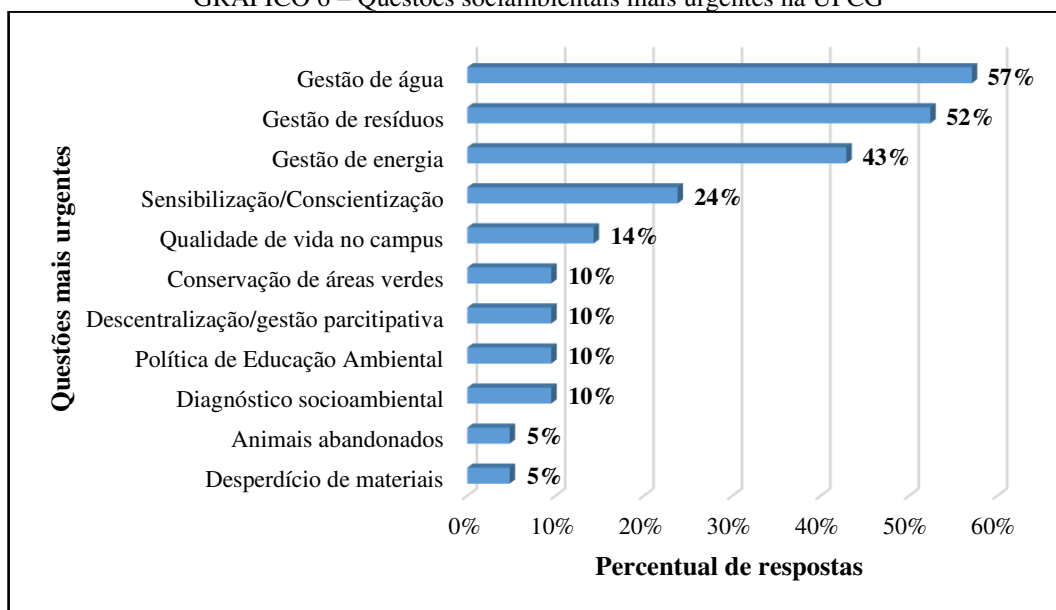
Observa-se no Gráfico 5, que a maioria espera que a Administração Superior ‘*elabore um Plano de Gestão Socioambiental*’, pode-se considerar que 65% dos respondentes, uma vez que a A3P é uma agenda de gestão socioambiental. Alguns citaram, ainda, que o mesmo deve ser exequível, participativo, com avaliações sistemáticas e que considere as especificidades de cada *campus*. Obviamente, essas são características inerentes a um bom PGS, que para ter resultados positivos deve contar com o comprometimento dos gestores e envolver toda comunidade acadêmica, ponto também apontado por alguns. Mas, antes de tudo, faz-se necessário a definição de uma ‘*Política Ambiental*’, citada por 10% dos gestores, e ‘*destinação de recursos financeiros*’, expectativa citada por 15% dos respondentes.

Com exceção de uma ‘*política de descentralização dos recursos*’, citada por 5%, as demais expectativas enumeradas fazem parte, naturalmente, de um bom PGS, quais sejam: ‘*implantação de políticas de conscientização da comunidade universitária (10%)*’; ‘*gestão de recursos naturais, no caso a água (10%)*’; e ‘*gestão dos resíduos sólidos gerados na instituição (10%)*’, as quais esperam que a instituição atue de forma mais incisiva nos próximos anos.

Quando perguntado ‘*Quais são as questões socioambientais mais urgentes?*’ – Dos 26 Questionários aplicados, apenas 5 não responderam essa questão: Direção do CEEI, CFP e CSTR; Subprefeituras de Patos e Sousa. No Gráfico 6, apresenta-se as respostas em termos percentuais. Como era esperado, as questões socioambientais mais urgentes na UFCG estão relacionadas com as expectativas, de solução pela Administração Superior, apontadas na questão anterior.

Observa-se que encabeçam a lista das questões mais urgentes, aquelas que uma vez solucionadas trariam impactos positivos, não só sob o ponto de vista ambiental, mas também econômico, para a Instituição, quais sejam: ‘*gestão da água (57%)*’; ‘*gestão de resíduos (52%)*’; e ‘*gestão de energia (43%)*’, apontadas pela maioria dos respondentes. Na quarta posição, citada por 24%, está a necessidade de ‘*sensibilização e capacitação*’ da comunidade acadêmica para as questões socioambientais da universidade.

GRÁFICO 6 – Questões socioambientais mais urgentes na UFCG



FONTE: Dados da Pesquisa.

Questões como ‘*qualidade de vida no campus*’ e ‘*conservação de áreas verdes*’, citadas por 14% e 10% dos respondentes, respectivamente, estão relacionadas a qualidade de vida no ambiente de trabalho. A ‘*descentralização/gestão participativa*’, a definição de uma ‘*política de educação ambiental*’ e a elaboração de ‘*diagnóstico ambiental*’ da instituição, todas foram citadas por 10% dos respondentes. Nas duas últimas posições, com 5%, foram citadas a questão dos ‘*animais abandonados no campus*’, que diríamos nos *campi*, já que é um problema contumaz na maioria dos *campi* da UFCG, e a questão relacionada ao ‘*desperdício de materiais*’.

Finalizando, o que se apreende dessa consulta aos gestores, de diversos setores da UFCG, é que os mesmos têm consciência de que a universidade carece de diretrizes globais, expressadas formalmente pela Administração Superior, que norteiem ações sistêmicas voltadas à solucionar questões socioambientais. A expectativa de implantação um PLS, apontada anteriormente, corrobora nesse sentido. Por outro lado, foi percebido que mesmo sendo capazes de apontar as questões socioambientais mais urgentes, necessitam de capacitação para adotar diretrizes de sustentabilidade e aplicar práticas socioambientais de forma homogênea e integrada, demonstrando que a UFCG se mostra um campo fértil para trabalhar com o Programa A3P.

5 CONCLUSÕES

A consciência da responsabilidade da Administração Pública pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, tem motivado, cada vez mais, a sua atuação como agente ativo do processo de gestão socioambiental, além da função reguladora e fiscalizadora que lhe é inerente.

As universidades públicas não fogem à regra, a responsabilidade socioambiental para com a sociedade onde se insere ultrapassa o aspecto do ensino, pesquisa e extensão universitárias, e por isso é preciso que essa temática perpassasse também as práticas gerenciais e operacionais dos seus *campi*, com uso de ferramentas de gestão socioambiental, a exemplo do Programa A3P.

Com o presente estudo, buscou-se aclarar essa questão na UFCG, cujas conclusões são apresentadas a seguir. Convém destacar que o mesmo se deteve apenas a dois aspectos referentes às Declarações Internacionais que tratam da sustentabilidade ambiental nas universidades: as operações físicas e as operações administrativas nos *campi* e em alguns setores da Administração Superior. Destaque-se também que o mesmo não teve a pretensão de esgotar o tema, mas sim de contribuir e instigar na instituição a compreensão da necessidade de mudança na cultura institucional em direção a patamares mais elevados de sustentabilidade, com responsabilidade socioambiental.

Diante do que foi levantado em toda pesquisa e discutido à luz dos objetivos específicos propostos, conclui-se atender o desiderato, posto que:

- a) apontou-se como as questões socioambientais estão inseridas nos documentos institucionais da UFCG (ver seção 4.1);
- b) identificou-se os níveis hierárquicos e setores responsáveis pela condução de ações socioambientais na instituição (ver seção 4.2);
- c) identificou-se, com base nos Eixos temáticos da A3P, as práticas socioambientais que estão sendo aplicadas (ver seção 4.3);
- d) destacou-se as principais dificuldades e motivações à implantação de um PGS na UFCG (ver seção 4.4);
- e) apresentou-se as expectativas, dos gestores dos *campi* e setores da Administração Superior, com relação a atuação da UFCG frente às questões socioambientais e aquelas, por eles consideradas, mais urgentes (ver seção 4.5).

O uso da A3P, por ser uma ferramenta desenvolvida pela e para a Administração Pública, com práticas socioambientais inerentes a mesma, mostrou ser mais um fator

motivacional da gestão socioambiental na UFCG, além daqueles apontados pelos respondentes da pesquisa. No entanto, para consolidar o compromisso assumido pela instituição com o desenvolvimento sustentável, é necessário o comprometimento de toda comunidade universitária, a começar pela Alta Administração, norteadas por uma Política Ambiental institucional.

A inexistência de uma Política Ambiental, seja formalmente institucionalizada ou não, fragiliza o processo da gestão socioambiental na UFCG, uma vez que a definição de objetivos e metas socioambientais a serem alcançadas é essencial para implantação de um PGS institucional.

De um modo geral, a UFCG apresentou baixa adesão à A3P, apesar de contar com algumas iniciativas isoladas. Apenas o *campus* de Sousa tem PGS, lançado em março de 2016, nos moldes do Programa A3P, porém ainda sem a adesão formal junto ao MMA. Os demais *campi* e setores pesquisados realizam práticas socioambientais isoladas, ou seja, não vinculadas a agendas, projetos ou planos, situação semelhante à daquelas IES do estudo de Marinho (2014). Tais ações são aplicadas de forma não homogênea, tampouco integrada e, em geral, sem registro nos Relatórios de Gestão anuais. A ausência de uma agenda institucional ou de um PGS, talvez esteja na origem das dificuldades, identificadas na fala dos gestores, de se posicionarem de forma crítica e atuante nas ações de caráter socioambiental.

Por outro lado, há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que a instituição ainda não elaborou o seu PLS, exigência do Decreto nº 7746/2012 combinado com a IN//SLTI/MPOG nº 10/2012, que junto com o PGS institucional, são essenciais para mudar comportamentos e padrões de consumo em relação ao uso de recursos naturais e bens públicos, com reflexos nos gastos públicos, na geração de resíduos e na qualidade de vida dos servidores e, conseqüentemente, na sociedade.

Nenhum dos *campi* possui Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, exigência da Lei nº 12.305/2010, tampouco Licença Ambiental, conforme reza a Lei nº 6.938/1983.

Dessa forma, considerando que a gestão socioambiental na Administração Pública envolve aspectos não só de legislação, mas também de governança, a UFCG estaria em débito com a legislação e dependente de uma tomada de decisão da sua Alta Administração. Porém, nem tudo está longínquo, foi declarado pelo Secretário da pasta que está nos planos da SEPLAN a elaboração do PLS da UFCG no corrente ano de 2018, cujo *start* deu-se em maio com a instituição de uma Comissão com esse objetivo.

Conclui-se que alguns fatores, totalmente conectados entre si, contribuíram para esse resultado: **a falta de uma Política Ambiental institucional**, que possa padronizar e orientar as

práticas socioambientais; **a realidade de cada setor**, em termos de recursos humanos e financeiros; **a atuação isolada e totalmente desarticulada** dos demais setores da instituição, consequência da falta de um PGS institucional ou mesmo de uma comissão ou um órgão responsável por essa articulação; **o desconhecimento das práticas socioambientais já implantadas** na instituição, da maioria dos respondentes, talvez por falta de divulgação; e, **a falta de capacitação** para a questão ambiental e **sensibilização** quanto à responsabilidade socioambiental.

A implantação de um PGS na UFCG, como em qualquer outra instituição, ao mesmo tempo que tem motivações, também encontra dificuldades, semelhantes às aquelas encontradas em outras IES e sistematizadas nos estudos de Richardson e Lynes (2007), Otero (2010), Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), Ladeira, Santini e Araujo (2012), Vieira (2014), Gaudiano, Meira-Carrea e Martínez-Fernández (2015), Vasconcelos (2015) e Alves (2017).

A definição de uma Política Ambiental, a elaboração de um PGS, que respeite as especificidades de cada *campus*, e a viabilização de recursos financeiros estão no topo das expectativas postas pela maioria dos respondentes da pesquisa. Já a gestão da água, dos resíduos e da energia, além da sensibilização e capacitação dos servidores encabeçam a lista das questões ambientais mais urgentes. Neste sentido, a sensibilização e capacitação para a gestão com responsabilidade socioambiental deve ser uma das prioridades no processo de ambientalização da UFCG.

Apesar das dificuldades apontadas, existem motivações e expectativas à implantação de um PGS na UFCG. No entanto, esse processo demanda tempo e tem caráter contínuo, ou seja, um PGS tem começo, mas nunca termina e nas universidades, onde os gestores têm mandado por tempo definido, esse processo necessariamente tem que ser formalizado pela Alta Administração, até porque a prática se mostra mais efetiva quando tem determinação e envolvimento da Administração Superior.

Diante do estudo aqui apresentado e no intuito de contribuir para o processo de ambientalização da UFCG rumo à sustentabilidade, sugere-se que um dos **aspectos a priorizar é a definição de uma Política Ambiental para a UFCG**. A mesma deve abarcar a estrutura *multicampi* e envolver todos os setores e atividades da instituição – ensino, pesquisa, extensão e administrava-operacional, constituindo a base do planejamento estratégico da universidade frente às questões de sustentabilidade. Para implementação da mesma, sugere-se a criação ou designação de um órgão, da estrutura executiva da instituição, que terá a atribuição de integrar todos os setores e coordenar a implementação da gestão socioambiental na UFCG.

Finalmente, **recomenda-se que seja constituída**, necessariamente, **uma Comissão Gestora**, formada pelos três seguimentos da comunidade universitária, **que tenha como missão o desenvolvimento e implantação de um PGS, aderindo ao Programa A3P**, principal referencial de sustentabilidade na Administração Pública, que atenda à Política Ambiental instituída, assumindo assim uma conduta proativa, em termos socioambientais, no cumprimento de compromissos assumidos no seu Estatuto com relação a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista que esse estudo não envolveu todos os setores, nem todas as atividades da UFCG, e considerando que a inserção da dimensão socioambiental, visando a sustentabilidade nas universidades, passa também pela ambientalização curricular, da pesquisa e da extensão, tendo no ensino-aprendizagem um fator disseminador na aplicação de práticas socioambientais, para continuidade dos trabalhos alinhados com essa dimensão, recomenda-se:

- a) verificar como a questão ambiental está inserida nos currículos do ensino de graduação e de pós-graduação e a composição do quadro docente da UFCG na área ambiental;
- b) verificar o alinhamento da pesquisa e da extensão universitárias com essa temática na UFCG;
- c) ampliar essa pesquisa, abrangendo os demais setores da UFCG que não foram pesquisados no presente estudo, a exemplo das Unidades Acadêmicas, com seus laboratórios, e os Hospitais Universitários.

REFERÊNCIAS

- AKAMATSU, K. Y.; MATA-LIMA, H. Diretrizes para Agenda de Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior. In: SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, II (II SICAM). 2016, São Paulo. **Anais**. São Paulo: IEE/USP, 2016. pp.489-500.
- ALVES, A. da R. Responsabilidade Ambiental: os benefícios de um Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em Instituições de Ensino Superior (IES). **Rev. Ibirapuera**, São Paulo, n. 13, pp. 24-33, jan/jun 2017. Disponível em: <<http://seer.unib.br/index.php/rev/article/view/105>>. Acesso em: 6mar.2017.
- ARAUJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. A Agenda Ambiental na Administração Pública desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, ano 13, n. 32, pp. 21-47, out./dez. 2015. Unijuí: Editora Unijuí, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37868/a-agenda-ambiental-na-administracao-publica-desafios-operacionais-e-estrategicos->>. Acesso em: 17out.2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 26000**. Diretrizes sobre responsabilidade social. 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_65.pdf>. Acesso em: 19jun.2016.
- BARKI, T. V. P. **Manual de implantação da coleta seletiva solidária**. Comissão Gestora Nacional da A3P na AGU. Brasília, DF: AGU, [200-]. Disponível em: <www.agu.gov.br>. Acesso em: 04abr.2017.
- BASTOS, T. R.; BASTOS, R. Z. Ações Públicas para a Sustentabilidade na Fundação Carlos Gomes, Belém, Pará. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade - AOS**, v. 5, n. 1, pp. 39-52, 2016. DOI 10.17800/2238-8893. Disponível em: <[DOI-http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v5n1p39-52](http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v5n1p39-52)>. Acesso em: 17out.2016.
- BEZERRA, A. N. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P: um estudo em instituições sediadas em Fortaleza-Ceará. In: ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, XVII, 2015. **Anais**. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/374.pdf>>. Acesso em: 13set.2016.
- BOFF, L. **Sustentabilidade – O que é. O que não é**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012, 200p.
- BONIFÁCIO, W. da S. **Sustentabilidade no Campus**: análise da relevância dos eixos temáticos da A3P – método brasileiro de práticas mais sustentáveis em instituições de ensino superior, 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia, Bauru-SP, 2016.
- BRASIL.AGU - Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. **Implementando licitações sustentáveis na Administração Pública Federal** / Teresa Villac, Marcos Weiss Bliacheris. Brasília, DF: AGU, 2013. 60p. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/28095669>. Acesso em: 01mar.2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.940**, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 26out.2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.746**, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 9mar.2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.178**, de 23 de outubro de 2017 - Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9178.htm>. Acesso em: 14nov.2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.373**, de 11 de maio de 2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18>. Acesso em: 12jun.2018.

BRASIL. **Decreto nº 99.658**, de 30 de outubro de 1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018) - Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99658.htm>. Acesso em: 5set.2017.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010 - Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 14jun.2017.

BRASIL. **Lei nº 13.589**, de 4 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13589.htm>. Acesso em: 23fev.2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 15mar.2017.

BRASIL. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e

dá outras providências. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 15mar.2017.

BRASIL.MEC - Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília, DF: MEC/CONAES, 2004. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/cpa/downloads/diretrizes_para_a_avaliacao_das_instituicoes_de_educacao_superior.pdf>. Acesso em: 24jun.2017.

BRASIL.MEC - Ministério da Educação. INEP. DAES. CGACGIES. **Nota Técnica Nº 14 /2014**, de 7 de fevereiro de 2014. Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/documentos/Nota_Tecnica_14-2014_-_Novo_Instrumento_Aval-Inst.,_Cred_e_Recred-Fev2014.pdf>. Acesso em: 25out.2017.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A3P - Agenda ambiental na administração pública**. 4. ed. Brasília, DF: MMA, 2007, 99p. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/manual_a3p_4ed_rdz.pdf>. Acesso em: 18jul.2016.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A3P - Agenda ambiental na administração pública**. 5. ed. Revisada e atualizada. Brasília, DF: MMA, 2009. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 28jul2016.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A3P – Parceiros**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros>>. Acesso em: 17mai.2017 (2017a).

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A3P – Plataforma Ressoa**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10552-ressoa>>. Acesso em: 17mai.2017 (2017b).

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Compreendendo a Responsabilidade Social: ISO 26000 e ABNT 16001**. Brasília, DF: MMA, [201-], 44p. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Plano%20de%20Gerenciamento/LIVRO_ISO-MMA_WEB.pdf>. Acesso em: 3jan.2017.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Indicadores de Desempenho da A3P**.

Apresentação PowerPoint. Brasília-DF, [200-]. 24p. Disponível em:

<<http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br/images/arquivo/80063/Indicadores%20da%20A3P-versao%20final.pdf>>. Acesso em: 20out.2016.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Planilha Indicadores de Desempenho da A3P**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8321-Indicadores-a3p>>.

Acesso em: 20out.2016.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Prêmio A3P**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/premio-a3p>>. Acesso em: 17mai.2017 (2017c).

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. **Curso de Capacitação Sustentabilidade na Administração Pública**. Brasília, DF: MMA, 2013. 98 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Apostila%20-%20Curso%20A3P%20-%202013_.pdf>. Acesso em: 21out.2016.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentável. **Curso de capacitação sustentabilidade na administração pública**. Brasília, DF: MMA, 2017 (2017d). 100 p. ISBS: 978-85-7738-343-6. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Curso%20de%20Capacitacao/Cartilha%20formato%20Web.pdf>>. Acesso em: 21ago.2017.

BRASIL.MMA - Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. **Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P**. Brasília, DF: MMA, 2017 (2017e). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Publicacoes%202017/universidade.pdf>>. Acesso em: 06out.2017.

BRASIL.MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI). **Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal**. 2010a. 88p. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/cartilha-compras-sustentaveis.pdf>>. Acesso em: 30set.2016.

BRASIL.MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 23**, de 12 de fevereiro de 2015 - Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços. Disponível em: <http://www.dgo.eb.mil.br/destaques/MPOG_PORTARIA_23_2015.pdf>. Acesso em 20jun.2017.

BRASIL.MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 01**, de 19 de janeiro de 2010 (2010b) - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/INSTRUCAO%20NORMATIVA%20N.%2001%20de%202010%20-%20Compras%20Sustentav.pdf/view>>. Acesso em: 9mar.2017.

BRASIL.MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10**, de 12 de novembro de 2012 - Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf>. Acesso em: 9mar.2017.

BRASIL.TCU – Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 107**, de 27 de outubro de 2010 – Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, especificando [...]. Disponível em:

<http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/TCU/Ins%20Norm/DN_107_10.html>. Acesso em: 20mai.2017.

BRASIL.TCU - Tribunal de Contas da União. **Portaria nº 277**, de 7 de dezembro de 2010 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010, nos termos do art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 5jul.2017.

CARDOSO, C. X. et al. **Desenvolvimento Sustentável**: um diagnóstico na Universidade Federal de Pernambuco. Encontro Nacional da ANPPAS, VII, Brasília, DF, 2015. **Anais...** Brasília, DF: ANPPAS, 2015. Disponível em: <<http://anppas.org.br/novosite/index.php?p=viienanppas>>. Acesso em: 20out.2017.

CARNIATTO, I.; JUNIOR, E. J. H.; MOTA, J. G. de O. Programas de Sustentabilidade na Gestão das Instituições de Ensino Superior. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 15, n. 2, Itajaí, mai-ago 2015. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/6962/pdf>>. Acesso em: 6abr.2017.

CARVALHO, D. B. de; SOUSA, E. da S. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Licitações Sustentáveis: um estudo no restaurante universitário da Universidade Federal do Piauí. In: COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, XIII. 2013. Argentina. **Anais**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114753>>. Acesso em: 13set.2016.

CASAGRANDE, E. F. Jr.; DEEKE, V. Implantando Práticas Sustentáveis nos Campi Universitários: a proposta do “escritório verde” da UTFPR. **Revista Educação & Tecnologia**. n. 9, 15p. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1102>>. Acesso em: 15set.2016.

CHAVES, L. C. *et al.* Gestão Ambiental e Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 2, pp. 33-54, abr.2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n2p33/24566>>. Acesso em: 2out.2016.

COGO, G. A. da R.; OLIVEIRA, I. L. de; TESSER, D. P. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - Um Instrumento a Favor da Sustentabilidade na Administração Pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXII. 2012. Bento Gonçalves-RS. **Anais**. 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_167_969_20065.pdf>. Acesso em: 26out.2016.

CRUZ, A. B. S. **Possibilidades e limitações para as compras públicas sustentáveis na Universidade Federal do Pará**, 2014. 195 f.: Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2014.

DA CUNHA, I. C. *et al.* Compromissos de sustentabilidade na universidade do estado de Santa Catarina- UDESC, Brasil: estudo de caso do projeto rede de indicadores de universidades sustentáveis – RISU. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 15, n. 2, pp.

204-227, mai.-ago. 2015. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.14210/contrapontos.v15n2.p204-227>>. Acesso em: 4abr.2017.

DE MARCO, D. *et al.* Sistemas de gestão ambiental em instituições de ensino superior.

Unoesc & Ciência - ACET, Joaçaba, v. 1, n. 2, pp. 189- 198, jul./dez.2010. Disponível em:

<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/acet/article/view/563/pdf_82>. Acesso em:

11abr.2017.

ENGELMAN, R. R.; GUISSO, M.; FRACASSO, E. M. Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: o que tem sido feito. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**. v. 3, n.1, pp. 22-33, jan./abr.2009. Disponível em:

<file:///C:/Users/LEP/Downloads/Engelman_Guisso_Fracasso_2009_Acoes-de-gestao-ambiental-nas-_1275.pdf>. Acesso em: 26out.2016.

ESTEVES, J. C.; FALCOSKI, L. A. N. (2012). Planejamento, projeto e gestão ambiental do espaço universitário. In: CONGRESO DE MEDIO AMBIENTE AUGM. 7mo. 2012. La Plata, Argentina. **Actas**. La Plata, Argentina: UNLP, 2012.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; NAIME, R. H. Meta-análise das publicações científicas de IES brasileiras com Sistema de Gestão Ambiental. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 214-235, jan.2015. DOI 10.5007/1983-4535. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2015v8n1p214/28702>>.

Acesso em: 18abr.2017.

FERRER-BALAS, D. *et al.* An international comparative analysis of sustainability transformation across seven universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 9, n. 3, p. 295–316, 2008. Disponível em:

<https://www.cmu.edu/gdi/docs/an_international.pdf>. Acesso em: 15fev.2017.

FREITAS, C. L. de *et al.* Gestão Socioambiental e Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: uma proposta de seleção de portfólio bibliográfico. **Revista Gestão Sustentabilidade Ambiente**, Florianópolis, v. 1, n. 2, pp. 36-54, out. 2012/mar.2013.

FREITAS, C. L. de; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, XI; CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, II. 2011. Florianópolis-SC, **Anais**. 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/30051/7.7.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13set.2016.

FREITAS, M. de; FREITAS, M. C. da S. **A sustentabilidade como paradigma: cultura, ciência e cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 159p.

FROIO, P. J. *et al.* Práticas Sustentáveis em Serviços Educacionais: uma comparação público-privada à luz da agenda de administração pública (A3P). In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, XXXVI, 2016. João Pessoa. **Anais**. 2016.

Disponível em: <<https://www.abepro.org.br/enegep/2016/index.asp>>. Acesso em:

16mar.2017.

GANILHO, E. J. S. **Sistemas da Qualidade no Ensino Superior: Contributos para Modelos de Melhoria da Qualidade e Responsabilidade Social**. 2009. 566 p. Tese

(Doutoramento em Gestão Especialidade: Gestão da Qualidade). Universidade Aberta. 2009.

GAUDIANO E. J. G.; MEIRA-CARTEA, P. Á.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ C. N. Sustentabilidad y Universidad: retos, ritos y posibles rutas. **Revista de la Educación Superior - RESU**, v. 44 (3), n. 175, jul.-set.2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0185276015001004>>. Acesso em: 4abr.2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES, H. C. de A. **Análise Comparativa de Instrumentos para Avaliação da Sustentabilidade em Universidades visando uma proposta para o Brasil**. 2015. 189 p. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Planejamento Energético. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015.

GUANAES, F. A universidade sustentável. In: TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo, SP: Globo, 2012. pp. 363-368.

GUERRA, A. F. S. (Org.) **Ambientalização e sustentabilidade nas universidades: subsídios, reflexões e aprendizagem** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2015. Disponível em: <www.projetosustentabilidade.sc.usp.br>. Acesso em: 27abr.2017.

HALL, R. J. *et al.* Compras Públicas Sustentáveis: um estudo nas universidades federais brasileiras. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**. v. 3, n.1, jan./jun. 2014, pp. 27-44. DOI 10.5007/1983-4535. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31485/compras-publicas-sustentaveis--um-estudo-nas-universidades-federais-brasileiras>>. Acesso em: 20out.2016

HOLLNAGEL, H. C.; MORAES, F. C. C. de. A importância dos cursos relacionados à sustentabilidade na consolidação da agenda ambiental brasileira na administração pública (A3P). In: **CONSAD de Gestão Pública, VI. 2013**. Brasília, DF, **Anais 2013**. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/828/1/C6_TP_A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DOS%20CURSOS.pdf>. Acesso em: 16out.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 332p. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>. Acesso em: 14mar.2017.

JOHANN, K. R.; VALENTINI, J.; TRINDADE, L. de L. Licitações Sustentáveis: um estudo de caso na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, X. **Anais**. 2014. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0281_6.pdf> Acesso em: 22jul.2016.

KARATZOGLOU, B. Critical perspectives from the literature review on the contribution of universities. In: BARTON, A.; DLOUHÁ, J. (Eds.). **Multi-Actor Learning for Sustainable Regional Development in Europe: A Handbook of Best Practice**. (E-Book) Surrey, UK: Grosvenor House Publishing Ltd, p. 19–46. 2011. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37945673/Multi-Actor_Learning_FINAL.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1515420662&Signature=YBgey3UmiRXUmU9CBZdS6Kt6BRQ%3D&response-content-

disposition=inline%3B%20filename%3DMulti-Actor_Learning_for_Sustainable_Reg.pdf#page=23>. Acesso em: 20out.2017.

KRAEMER, M. E. P. A Universidade do Século XXI Rumo ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**. Campo Largo, v. 3, n. 2, nov./2004. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/>>. Acesso em: 10set.2016.

KRIZEK, K. J.; NEWPORT, D.; WHITE, J.; TOWNSEND, A. R. Higher education's sustainability imperative: how to practically respond? **International Journal of Sustainability in Higher Education**, vol. 13, n. 1, pp. 19-33, 2012. Disponível em: <www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/14676371211190281>. Acesso em: 27jun.2017.

KRUGER, S. D. *et al.* Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior – Uma análise de aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**. Florianópolis, v. 4, n. 3, pp.44-62, set/dez. 2011. DOI 10.5007/1983-4535. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4585.2011v4n3044/21979>>. Acesso em: 13set.2016.

KRUGER, S. D. *et al.* Sustentabilidade Ambiental: estudo em uma Instituição de Ensino Catarinense. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, ISSN 1982-7342, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan/abr 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/1647/1468>>. Acesso em: 24out.2016.

LA JARA, M. J. de; FONTECILLA, J. M. de F.; TRONCOSO, Catalina D. Responsabilidade Social Universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)**. Ano 24, n. 36, p. 57-73, jun.2006. Brasília, DF: ABMES, 2006.

LADEIRA, W. Jr.; SANTINI, F. de O.; ARAUJO, C. F. Práticas sustentáveis nas Instituições de Ensino Superior: uma proposta de taxonomia baseada na percepção ambiental dos alunos do curso de administração. **Administração: ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, pp. 735–761, out./nov./dez 2012.

LARA, P. T. de R. Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior. **Monografias Ambientais – REMOA/UFSM**, v. 7, n 7, pp. 1646 –1656, mar.-jun., 2012. DOI 10.5902/22361308. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/5341/3308>>. Acesso em: 2mar2017.

LIMA, A. C. P; GOLEMBIEWSK, C. Agenda Ambiental na UNICENTRO: um estudo da qualidade de vida no trabalho a partir do método Kruger. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v.2, n.1, pp. 23-36, 2015. Disponível em: <siaiap32.univali.br/seer/index.php/rbts/article/download/8341/4689>. Acesso em: 24out.2016.

LOPES, M.; FERREIRA, A. J. D.; CARREIRAS, M. A Implementação de um SGA na Escola Superior Agrária de Coimbra. Problemas e oportunidades. **ResearchGate**, 2016. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/228590691>>. Acesso em: 6mar.2017.

LOZANO, R *et al.* Advancing Higher Education for Sustainable Development: international insights and critical reflections. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, Jun.2013, pp. 3-9.

(2013a). Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652613001728>>. Acesso em: 24abr.2017.

LOZANO, R. *et al.* Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, Jun.2013, pp. 10-19. (2013b). Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S0959652611003775/1-s2.0-S0959652611003775-main.pdf?_tid=c0df5a56-29d3-11e7-af19-00000aab0f26&acdnat=1493137691_a8a676d3f880734dd550e9214df7fed7>. Acesso em: 24abr.2017.

LOZANO, R. A tool for a Graphical Assessment of Sustainability in Universities (GASU). **Journal of Cleaner Production**, v.14, 2006, pp. 936-972. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652606000357>>. Acesso em: 18mai.2017.

LUIZ, L. C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Rev. Administração Pública e Gestão Social**, 5(2), abr./jun. 2013, pp. 54-62. Disponível em: <file:///C:/Users/LEP/Downloads/Luiz_Rau_Freitas_Pfitscher_2013_Agenda-Ambiental-na-Administra_9715.pdf>. Acesso em: 13set.2016.

LUIZ, L. C. *et al.* Inclusão de práticas ambientais nas auditorias realizadas no âmbito de uma instituição federal de educação. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, v. 3, n. 2, pp. 92-112, 2014. DOI 10.5585/geas.v4i1.162. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39441/inclusao-de-praticas-ambientais-nas-auditorias-realizadas-no-ambito-de-uma-instituicao-federal-de-educacao/i/pt-br>>. Acesso em: 2mai.2017.

LUIZ, L. C. **Plano de Gestão de Logística Sustentável:** proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Florianópolis, SC, 2014.

LUIZ, L. C.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. Ed. Especial, pp. 8-27, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/buscaedicao/periodico/revista-de-administracao-da-ufsm/idedicao/4048>>. Acesso em: 16out.2016.

MACHADO, M. de F. da S.; NETO, J. V. As principais barreiras para a implementação das compras públicas sustentáveis: estudo de caso em uma Instituição Federal de Ensino. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, X**. Rio de Janeiro, 8-9 agosto de 2014. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0115_0.pdf>. Acesso em: 16mai.2017.

MACHADO, R. E. *et al.* Práticas de Gestão Ambiental em universidades brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 3, pp. 37-51, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHO, M. B. **Universidades e sustentabilidade. Uma pesquisa em Instituições de Educação Superior Brasileiras**. 2014. 181 f. Tese (Doutorado do Programa de Engenharia Industrial) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, Salvador, 2014.

MENDONÇA, B. A. **Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma instituição federal de ensino**, 2015. 61 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - UFSCar, São Carlos, 2015.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2008.

NUNES, J. P. de O. *et al.* Contribuições de Melhoria para o Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA. In: **Congreso Internacional de Costos y Gestión, XI y Congreso Argentino de Profesores Universitarios de Costos, XXXII**. Trelew, Chubut e Patagônia, Argentina. 2009.

NUNES, J. P. O.; PFITSCHER, E. D.; UHLMANN, V. O. Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: segunda geração de indicadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, art. 11, p. 154-171, 2011.

OLIVEIRA, M. 2009. **Universidade e sustentabilidade**: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OTERO, G. G. P. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior**: práticas dos *campi* da Universidade de São Paulo. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2010.

PASINATO, J.; BRIÃO, V. B. Construção de indicadores para relatório de sustentabilidade de uma instituição de ensino superior. **Revista CIATEC – UPF**, v. 6 (1), pp. 48-64, 2014. DOI 10.5335/ciatec.v6i1.3398. Disponível em: <seer.upf.br/index.php/ciatec/article/download/3398/2612>. Acesso em: 21out.2016.

PEGORIN, M. C.; SANTOS; D. C. dos; MARTINS; I. de S. C. A Aplicação da Agenda Ambiental no Setor Público: estudo de caso em uma instituição da administração pública federal direta. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, X. 2014. (ISSN 1984-9354). **Anais...** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0005.pdf>. Acesso em: 21out.2016.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS. Faculdade de Engenharia. Grupo de Eficiência Energética. **USE - Uso Sustentável da Energia [recurso eletrônico]**: guia de orientações / PUCRS, FENG, GEE, PU; coord. PROAF. Dados eletrônicos. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/biblioteca/manualuse.pdf>>. Acesso em: 31mai.2017.

RICHARDSON, G. R. A.; LYNES, J. K. Institutional motivations and barriers to the construction of green buildings on campus: A case study of the University of Waterloo, Ontario. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 8, n. 3, p. 339-354, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235293393_Institutional_motivations_and_barriers_to_the_construction_of_green_buildings_on_campus_A_case_study_of_the_University_of_Waterloo_Ontario>. Acesso em: 20nov.2016.

ROCHA, S. K.; PFITSCHER, E. D.; CARVALHO, F. N. de. Sustentabilidade Ambiental: estudo em uma Instituição de Ensino Superior Pública catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, v. 4, fasc.1, 2015, pp. 46-58. DOI 10.5585/geas.v4i1.162. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5101997.pdf>>. Acesso em: 7mar.2017.

MIRANDA RODRIGUES, M. Política Nacional do Meio Ambiente e a eficácia de seus instrumentos. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n.74, mar. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7500>. Acesso em: 2jun.2017.

SEMESP - Sindicato das Mantenedores de Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016**. São Paulo: SEMESP, 2016. 208p. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>. Acesso em: 7jun.2017.

SGARBI, Márcio; SCHLOSSER, Rodrigo T.; CAMPANI, Darci B. Implantação do sistema de gestão ambiental em uma universidade pública no Rio Grande do Sul, Brasil. **AUGMDOMUS**, v. 5, p.120-140, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unlp.edu.ar/domus/issue/veiew/86>>. Acesso em: 20ago.2016.

SIENA, O. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2011. 200 p. Disponível em: <http://www.ppga.unir.br/downloads/104_manual_de_trabalho_academicorevisado_2011.pdf>. Acesso em: 16jun.2017.

SILVA, A. A. N. de M. *et al.* Gestão Ambiental e Universidade – O Estudo de Caso do Programa Metodista Sustentável. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 13, n. 32, out./dez. 2015, pp. 146-177. ISSN 2237-6453. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3060/4656>>. Acesso em: 14fev.2017.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, R. P. de A.; SALES, H. B.; BEZERRA, A. E. L. Responsabilidade Social Universitária (RSU): *disclosure* das estratégias de sustentabilidade ambiental adotadas por Universidades Públicas brasileiras. CONFERÊNCIA SULAMERICANA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL VALORES HUMANOS E CONSUMO SUSTENTÁVEL, V, Brasília, DF, 2017. **Anais...** Brasília,DF: UnB, 2017. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/CCS2017/ccs2017/paper/view/5664>>. Acesso em: 30jun.2017.

SILVEIRA, M. L. G. da; DAHMER PFITSCHER, E. Responsabilidade Socioambiental: estudo comparativo entre empresas de energia elétrica da região sul do Brasil. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, v. 3, n. 2, pp. 177-195, 2013. ISSN 2236-417X.

SIQUEIRA, L de C. Política ambiental para quem? **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XI, n. 2, pp. 425-437, jul./dez. 2008. ISSN 1414-753X. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a14.pdf>. Acesso em: 21dez.2016.

SOARES, V. S. **Proposição de um modelo de avaliação multicritério da sustentabilidade em instituições públicas**. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

SONETTI, G.; LOMBARDI, P.; CHELLERI, L. True Green and Sustainable University Campuses? Toward a Clusters Approach. **Sustainability** 2016, 8, 83. Disponível em: <www.mdpi.com/2071-1050/8/1/83/pdf>. Acesso em: 15mai.2017.

SOUZA, M. T. S. de. *et al.* Estudo Bibliométrico de Teses e Dissertações em Administração na Dimensão Ambiental da Sustentabilidade. **Revista Eletrônica de Administração - REAd**. Porto Alegre, ed. 76, n. 3, set./dez.2013, pp. 541-568. ISSN 1413-2311. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/43910/27003>. Acesso em: 7mar.2017.

SOUZA, V. D. de; UHLMANN, V. O.; PFITSCHER, E. D. Sustentabilidade Ambiental em Instituição de Ensino: aderência à agenda ambiental de administração pública. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, n. 1, pp. 126-145, jan./abr. 2015. ISSN 1980-0193. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>> Acesso em: 21out.2016.

SPELLERBERG, I. F.; BUCHAN, G. D.; ENGLEFIELD, R. Need a university adopt a formal environmental management system?: Progress without an EMS at a small university. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 5, n. 2, pp.125-132, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/14676370410526215>>. Acesso em: 20jun.2017.

STEPHENS, J. C. *et al.* Higher education as a change agent for sustainability in different cultures and contexts. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 9, n. 3, pp. 317–338, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jennie_Stephens/publication/228339770_Higher_education_as_a_change_agent_for_sustainability_in_different_cultures_and_contexts/links/02e7e5179c00148834000000.pdf>. Acesso em: 20fev.2017.

TAUCHEN, J. A. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em Instituições de Ensino Superior**. 2007. 152 f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia) – Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, n.3, pp.503-515, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2006000300012>. Acesso em: 27fev.2015.

TEIXEIRA, M. G. C.; AZEVEDO, L. P. A Agenda Ambiental Pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da Administração Pública Federal brasileira. **Revista Eletrônica de Administração - REAd**. Porto Alegre, ed. 74, n. 1, pp.139-164, jan./abr.2013. ISSN 1413-2311. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/33063/24483>>. Acesso em: 7mar.2017.

TIMES HIGHER EDUCATION. **Top universities by reputation 2012**. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2011-2012/reputation-rankings.html>>. Acesso em: 20fev.2017.

TRIGUEIRO, A. **Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo, SP: Globo, 2012. 399p.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O Processo de Triangulação da Pesquisa Qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, ago. 2016. Disponível em: <<http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/38>>. Acesso em: 05dez.2017.

UFMG. **Estatuto/Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande: UFGG, 2004. 47 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>> Acesso em: 15fev.2017.

UFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019**. Campina Grande: UFGG, 2014. 152 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 10out.2016.

UFMG. **Regimento da Reitoria e Regimento da SODS/Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande: UFGG, 2005a. 47 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 15fev.2017.

UFMG. **Regimento Geral/Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande: UFGG, 2005b. 85 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 15fev.2017.

UFMG. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Campina Grande: UFGG, 2015. 183 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 6jan.2017.

UFMG. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Campina Grande: UFGG, 2016. 175 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 6jan.2017.

UFMG. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Campina Grande: UFGG, 2017. 138 f. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 24set.2017.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, DF: UNESCO, 2005. 120p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 20mar.2017.

VALENTE, M. A. L. **Marco Legal das Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública**. Consultoria do Senado. Estudo março/2011. Biblioteca Digital do Senado. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 2011. 24p. Disponível em: <www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/.../areas.../2011_1723.pdf>. Acesso em: 15mar.2017.

VASCONCELOS, Gislene Sampaio. **Sustentabilidade socioambiental no gerenciamento dos campi da Universidade Federal do Ceará**. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2015.

VIEGAS, S. de F. da S. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma universidade pública. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade - AOS**, v. 4, n.2, jul./dez. 2015, pp. 7-28. Disponível em: <<http://www.unama.br/seer/index.php/aos/article/viewFile/340/pdf>>. Acesso em: 10out.2016.

VIEGAS, S. de F. da S.; CABRAL, E. R. Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 236-259, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n1p236/28703>>. Acesso em: 15jul.2016.

VIEIRA, K. R. O. **Identificação das potenciais barreiras e motivações para gestão ambiental em instituições de ensino superior**. 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, Bauru, 2014.

WARKEN, I. L. M.; KLAN, R. C. Sustentabilidade ambiental: um estudo sob a perspectiva da teoria institucional. **Contabilidad y Negocios** (9) 18, 2014, pp. 99-113 / ISSN 1992-1896. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5038306.pdf>>. Acesso em: 21out2016.

WWF BRASIL. Chegamos ao limite! Dia de sobrecarga da Terra. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/overshootday/>. Acesso em: 12dez.2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO PROGRAMA A3P

Nº	MECANISMO	CONTEUDO
1.	Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
2.	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
3.	Resolução CONAMA nº 2, de 8 de março de 1990.	Instituiu o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora – SILENCIO.
4.	Decreto nº 99.658/1990, de 30 de outubro de 1990 (Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018).	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.
5.	Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943.	Regem o funcionalismo público e a CLT, respectivamente – Ambas determinam o pagamento do adicional de insalubridade para os servidores e ou empregados que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida.
6.	Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (art. 93).	Obriga empresas com mais de 100 empregados a destinar um percentual de vagas (entre 2% a 5%, conforme o número de empregados) dos seus cargos para beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.
7.	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Instituiu normas para licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, e locações no âmbito da administração pública.
8.	Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.	Aprova o código de ética do servidor público civil do poder executivo federal, trazendo especificações sobre os principais deveres e as vedações do servidor público, bem como sobre a criação da comissão de ética.
9.	Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994.	Instituiu a obrigatoriedade de uso do Selo Ruído em aparelhos eletrodomésticos que geram ruído em seu funcionamento, como forma de indicar o nível de potência sonora, medida em decibel – dB(A).
10.	Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.	Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo dentre os seus fundamentos a água como um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
11.	Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998.	Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
12.	Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.	Instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e define a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo.
13.	Resolução CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000.	Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio.
14.	Lei nº 10.257, de 10 julho de 2001.	Conhecida como Estatuto das Cidades, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Nº	MECANISMO	CONTEUDO
15.	Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001.	Conhecida como Lei da Eficiência Energética, dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia.
16.	Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001.	Estabelece o código de cores para descarte dos diferentes tipos de resíduos adotados na identificação de coletores e transportadores.
17.	Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002.	Dispõe sobre medidas emergenciais a serem tomadas no âmbito da Administração Pública federal para reduzir o consumo de energia elétrica.
18.	Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002.	Dispõe sobre os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, e estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para sua gestão.
19.	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.	Instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão para a aquisição de bens e serviços comuns.
20.	Resolução-RE ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003	Regulamenta Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.
21.	Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003.	Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.
22.	Resolução CONAMA nº 342, de 25 de setembro de 2003.	Estabelece novos limites de gases poluentes por ciclomotors, motocicletas e veículos similares novos, em observância à resolução nº 297 de 26/02/2002 e dá outras providências.
23.	Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
24.	Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
25.	Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos provenientes do atendimento à saúde humana ou animal.
26.	Resolução CONAMA nº 359, de 29 de abril de 2005.	Dispõe sobre a regulamentação do teor de fósforo em detergentes em pó para uso em todo o território nacional e dá outras providências.
27.	Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005.	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
28.	Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.	Dispõe sobre o direito de ingresso e permanência de pessoas portadoras de deficiência visual acompanhada de seu cão-guia em ambientes de uso coletivo.
29.	Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União.
30.	Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005.	Torna obrigatório o uso do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos
31.	Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.	Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelas organizações públicas diretas e indiretas, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
32.	Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.	Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Nº	MECANISMO	CONTEUDO
33.	Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.
34.	ABNT NBR NM 313, de 2 de julho de 2007.	Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.
35.	Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.	Estabelece limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio nas pilhas e baterias comercializadas no território nacional, e os critérios e padrões para seu gerenciamento ambientalmente adequado.
36.	Portaria MMA nº 217, de 30 de julho de 2008.	Institui o Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente.
37.	Portaria MMA nº 61, de 15 de maio de 2008.	Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo MMA e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências.
38.	Lei nº 12.187, 29 de dezembro de 2009.	Instituiu a Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.
39.	Resolução CONAMA nº 415, de 24 de setembro de 2009.	Dispõe sobre nova fase de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por veículos automotores – PROCONVE para veículos automotores leves novos de uso rodoviário e dá outras providências.
40.	Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009.	Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular – PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e manutenção de veículos em uso – I/M pelos [...].
41.	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
42.	Portaria SLTI/MPOG nº 2, de 16 de março de 2010.	Dispõe sobre especificações padrão de bens de Tecnologia de Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
43.	Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.	Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, dispoendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos.
44.	Decisão Normativa - TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010	Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.
45.	Portaria - TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010	Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010, nos termos do art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010.
46.	NBR ISO 26000, de 1º de novembro de 2010.	Diretrizes sobre responsabilidade social, orientações para todos os tipos de organizações, independentemente do porte ou localização.
47.	Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.	Altera, dentre outras, a Lei nº 8.666/1993, que além da observância ao princípio da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, incluiu a necessidade de observar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nos processos licitatórios da administração pública.
48.	Recomendação CONAMA nº 12, de 8 de junho de 2011.	Recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública.

Nº	MECANISMO	CONTEUDO
49.	Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011.	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas... (dentre outras providências).
50.	Resolução CONAMA nº 450, de 06 de março de 2012.	[...] acrescenta o art. 24-A à Resolução nº 362/2005, do CONAMA, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
51.	Resolução CONAMA nº 452, de 2 de julho de 2012.	Dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.
52.	Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.
53.	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012.	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
54.	Portaria SGP/MPOG nº 3, de 25 de março de 2013.	Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.
55.	Portaria SLTI/MPOG nº 89/2014.	Dispõe sobre as orientações e especificações de referência para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
56.	Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 04 de junho de 2014.	Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia [...].
57.	ABNT NBR 9050:2015, de 11 de setembro de 2015 (3. ed.).	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
58.	Portaria MPOG nº 23, de 12 de fevereiro de 2015.	Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.
59.	NBR 16003:2015, de 4 de março de 2015.	Responsabilidade social - Sistema de gestão - Diretrizes para execução de auditoria.
60.	NBR ISO 14001:2015.	Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - Especificação e diretrizes para uso.
61.	NBR ISO 14004:2015.	SGA – Diretrizes gerais sobre princípios e sistemas e técnicas de uso.
62.	Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017.	Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, [...].
63.	Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018.	Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes
64.	Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 (Revoga Decreto nº 99.658/1990).	Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

FONTE: A autora (2017-2018).

APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

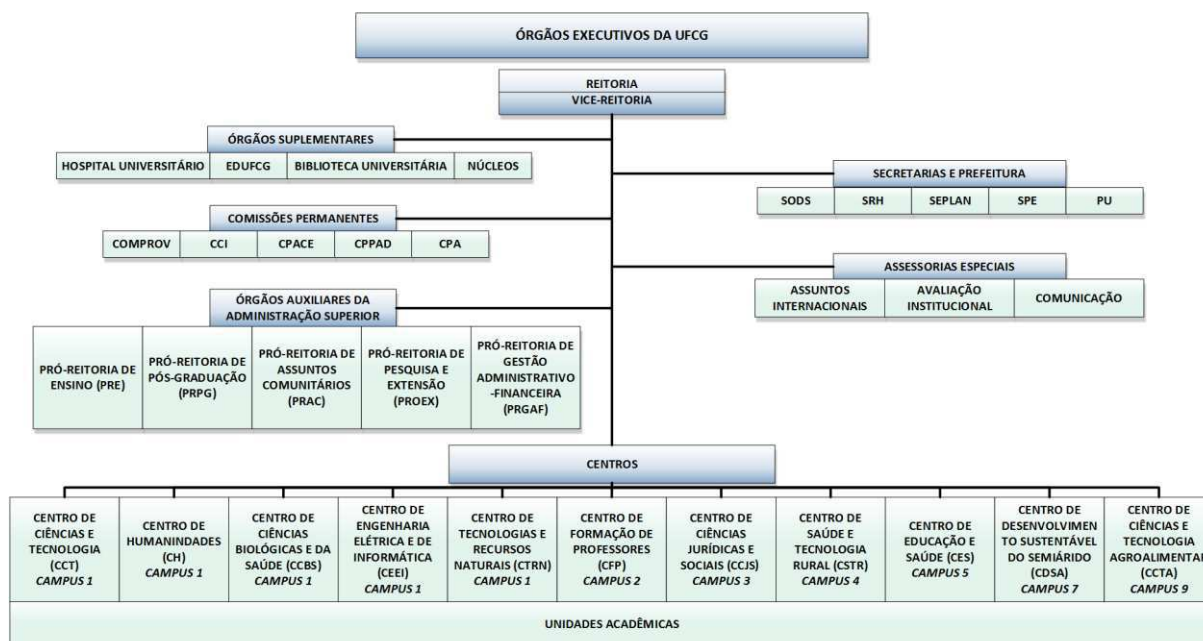
**TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL**

Eu, VICEMÁRIO SIMÕES, Reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada “ANÁLISE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COM BASE NA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P”, a ser realizada nesta instituição, NO PERÍODO DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2017, tendo como orientadora a Profa. Dra. LÚCIA SANTANA DE FREITAS e orientanda a Profa. SELMA MARIA DE ARAUJO.

Campina Grande, 1º de Junho de 2017.


VICEMÁRIO SIMÕES
Reitor

APÊNDICE C – ORGANOGRAMA EXECUTIVO DA UFCG



LEGENDA:

EDUFCG – EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

SODS – SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES

SRH – SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (ATUAL: [...]AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL)

SPE – SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

PU – PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

COMPROV - COMISSÃO DE PROCESSOS VESTIBULARES

CCI – COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

CPACE – COMISSÃO PERMANENTE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS

CPPAD – COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DISCIPLINARES

CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

FONTE: Adaptado do Regimento Geral da UFCG²⁶.

²⁶ Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/regimentoDaUfcg.pdf>>.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ‘A’

Prezado professor,

O presente questionário embasa uma *survey* sobre a Gestão Ambiental na UFCG. A mesma visa identificar as práticas relacionadas à sustentabilidade socioambiental. Sua opinião é muito importante. Neste sentido, solicitamos sua colaboração respondendo o presente questionário.

Considerando o seu *campus*, assinale com um ‘X’ a resposta que melhor expresse a sua compreensão sobre a realidade avaliada, complementando quando achar conveniente.

1. Qual das afirmações abaixo corresponde à situação atual do *campus*?

- () Possuímos um plano de gestão ambiental;
 () Estamos elaborando um plano de gestão ambiental;
 () Possuímos ações ambientais isoladas;
 () Nenhuma das anteriores (*ir direto para a questão 5*).

2. Se já possui um plano de gestão ambiental, o mesmo está implantado no *campus*?

- () Sim, em que estágio se encontra (início, meio ou fim)? _____
 () Não

3. O *campus* possui uma Política Ambiental ou de Sustentabilidade reconhecida pela Reitoria da Universidade (formalizada)?

- () Sim
 () Não. Por quê? _____

4. Dentro de cada categoria abaixo-relacionada, favor assinalar as que são compreendidas no plano de gestão ambiental ou nas ações ambientais isoladas no seu *campus*:

ENERGIA	
1. Redução do consumo por meio de campanhas de conscientização	[]
2. Uso de fontes alternativas (painéis solares, biogás,...)	[]
• Quais? Onde?	
3. Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou fotocélula	[]
• Onde? %?	
4. Uso de lâmpadas mais eficientes	[]
• %?	
5. Substituição por equipamentos mais eficientes (ar-condicionado, geladeiras)	[]
• Quais? %?	
ÁGUA	
1. Redução do consumo por meio de campanhas de conscientização	[]
2. Captação de águas pluviais (para serviços de limpeza, rega,...)	[]
• Onde?	
3. Reuso de água	[]
• Quais águas? Onde?	
4. Uso de equipamentos hidráulicos eficientes (torneiras, descargas, ...)	[]
• Quais? %?	

5. Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	<input type="checkbox"/>
• Onde? %?	
BIODIVERSIDADE/NATUREZA	
1. Levantamento e registro da fauna e flora nativas	<input type="checkbox"/>
2. Paisagismo com base em espécies nativas	<input type="checkbox"/>
3. Controle de artrópodes, roedores e/ou de animais abandonados no <i>campus</i>	<input type="checkbox"/>
4. Levantamento de nascentes e córregos no <i>campus</i>	<input type="checkbox"/>
5. Preservação de corpos de água (desvio de efluentes, proteção das margens,..)	<input type="checkbox"/>
6. Ações de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais	<input type="checkbox"/>
RESÍDUOS	
Resíduos Sólidos	
1. Coleta seletiva ou separação dos resíduos recicláveis descartados	<input type="checkbox"/>
• Quais? %?	
2. Destina material reciclável a Cooperativas	<input type="checkbox"/>
• Quais materiais? %?	
• Quais cooperativas?	
3. Compostagem de orgânicos no <i>campus</i>	<input type="checkbox"/>
• Onde? %?	
4. Resíduos da construção (RDC)	<input type="checkbox"/>
• Qual o destino?	
5. Podas e limpeza do <i>campus</i>	<input type="checkbox"/>
• Qual o destino?	
Resíduos Sólidos perigosos (Classe I)	
1. Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio)	<input type="checkbox"/>
• Qual a forma de descarte?	
2. Pilhas e baterias	<input type="checkbox"/>
• Qual a forma de descarte?	
3. Cartuchos, toner, tintas, ...	<input type="checkbox"/>
• Qual a forma de descarte?	
4. Resíduos de laboratórios	<input type="checkbox"/>
• Qual a forma de descarte?	
5. Resíduos de saúde	<input type="checkbox"/>
• Qual a forma de descarte?	
6. Eletroeletrônicos (computadores, impressoras, fax, telefones,...)	<input type="checkbox"/>
• Qual a forma de descarte?	
7. Contratos com empresas coletoras	<input type="checkbox"/>
• Quais empresas? Quais resíduos?	
Resíduos Líquidos	

1. Coletados e lançados na rede pública	<input type="checkbox"/>
• %?	
2. Coletados e lançados em fossas sépticas no <i>campus</i>	<input type="checkbox"/>
• %?	
3. Coletados e tratados no <i>campus</i> (lagoas de estabilização, biodigestores,...)	<input type="checkbox"/>
• %?	
TRANSPORTE	
1. Veículos institucionais flex ou movido a biocombustíveis	<input type="checkbox"/>
• %?	
2. Otimização da frota veicular do <i>campus</i>	<input type="checkbox"/>
• Como?	
3. Implantação de ciclovias ou ciclorrotas	<input type="checkbox"/>
• Onde?	
CONSTRUÇÕES (novas e reformas)	
1. Projetos que valorizem a iluminação natural	<input type="checkbox"/>
• Quais?	
2. Projetos que valorizem a ventilação natural	<input type="checkbox"/>
• Quais?	
3. Projetos que contemplem acessibilidade	<input type="checkbox"/>
• Quais? % de construções com acessibilidade?	
4. Uso de materiais alternativos (reciclados)	<input type="checkbox"/>
• Quais? %?	
5. Canteiros de obras sustentáveis	<input type="checkbox"/>
• Quais ações de sustentabilidade são adotadas?	
6. Vias de acesso apropriado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	<input type="checkbox"/>
• Onde? %?	
7. Seguem o Plano Diretor ou de Uso do Solo	<input type="checkbox"/>
• Se não, por quê?	
MATERIAIS	
1. Redução do consumo por meio de campanhas de conscientização	<input type="checkbox"/>
• Quais? %?	
2. Opção por materiais duráveis	<input type="checkbox"/>
• Quais? %?	
3. Compras sustentáveis – opção por fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis	<input type="checkbox"/>
• % de compras?	
4. Combate ao desperdício	<input type="checkbox"/>
• Quais materiais? %?	
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
1. Programas para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	<input type="checkbox"/>
2. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA)	<input type="checkbox"/>
3. Brigada contra incêndios	<input type="checkbox"/>

4. Acesso apropriado para servidores com deficiência ou mobilidade reduzida	<input type="checkbox"/>
• Qual o % de servidores atendidos?	
5. Ações de sensibilização para os servidores visando a diminuir o consumo de papel, água e energia elétrica	<input type="checkbox"/>
• Quais?	
6. Ações de sensibilização para os servidores da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais	<input type="checkbox"/>
• Quais?	

5. Na sua opinião, quais seriam os três maiores motivadores para implantação de um plano de gestão ambiental no *campus*?

- () A elaboração de um cronograma de trabalho adequado à gestão de questões socioambientais;
 () Promoção da conscientização ambiental;
 () Monitoramento da performance ambiental;
 () Vantagens regulatórias ao reduzir a ocorrência de acidentes ambientais;
 () Economia de recursos financeiros;
 () Pressão da opinião pública;
 () Caráter socioambiental inerente à Universidade;

6. Assinale as três dificuldades encontradas para a elaboração e implantação de um plano de gestão ambiental:

- () Escassez de recursos financeiros;
 () Ausência de suporte da Alta Administração;
 () Descentralização/fragmentação institucional;
 () Burocracia;
 () Tensões entre os diferentes grupos de interesse (docentes, servidores técnicos, discentes);
 () Resultados que só se verificarão em longo prazo;
 () Dificuldades de persuasão à participação de todos;

7. Nos próximos anos, que atuação se espera da instituição frente às questões ambientais no *campus*?

8. Quais as questões mais urgentes, em sua opinião?

9. Fique à vontade para tecer comentários, fazer sugestões e críticas.

Agradecemos a contribuição.

Função: _____ Campus: _____

Em, ____ / _____ / 2017.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ‘B’

Prezado(a) Professor(a),

O presente questionário embasa uma *survey* sobre Gestão Socioambiental na UFCG. A mesma visa identificar práticas relacionadas à sustentabilidade socioambiental na instituição. Sua opinião é muito importante. Neste sentido, solicitamos sua colaboração respondendo ao presente questionário.

Considerando a seu conhecimento sobre as atividades administrativas-operacionais do setor pelo qual responde, nas questões de 1 a 7, assinale com um ‘X’ a resposta que melhor expresse a sua compreensão sobre a realidade avaliada, complementando quando achar conveniente.

Nº	REALIDADE AVALIADA	COMPLEMENTAÇÃO
1.	Qual das afirmações abaixo corresponde à situação atual do seu setor?	
a)	Possuímos um plano de gestão socioambiental;	
b)	Estamos elaborando um plano de gestão socioambiental;	
c)	Possuímos ações socioambientais isoladas;	
d)	Nenhuma das anteriores (<i>ir direto para a questão 4</i>).	
2.	Se já possui um plano de gestão socioambiental	
a)	O mesmo está implantado? Se sim, em que fase (início, meio ou fim)?	
3.	Se o setor possui uma Política Ambiental ou de Sustentabilidade	
a)	A mesma é reconhecida pela Administração Superior da instituição (formalizada)? Se não, por quê?	
4.	Quais seriam os <u>três maiores motivadores</u> para implantação de um plano de gestão socioambiental no seu setor?	
a)	A elaboração de um cronograma de trabalho adequado à gestão de questões socioambientais;	
b)	Promoção da conscientização socioambiental;	
c)	Monitoramento da performance socioambiental;	
d)	Vantagens regulatórias ao reduzir a ocorrência de acidentes ambientais;	
e)	Economia de recursos financeiros;	
f)	Pressão da opinião pública;	
g)	Caráter socioambiental inerente à Universidade.	

5.	Quais seriam as três maiores dificuldades para a elaboração e implantação de um plano de gestão socioambiental?		
a)	Escassez de recursos financeiros;		
b)	Ausência de suporte da Alta Administração;		
c)	Descentralização/fragmentação institucional;		
d)	Burocracia;		
e)	Tensões entre os diferentes grupos de interesse (docentes, servidores técnicos, discentes);		
f)	Resultados que só se verificarão em longo prazo;		
g)	Dificuldades de persuasão à participação de todos.		
6.	Nos próximos anos, que atuação se espera da instituição frente às questões socioambientais?		
7.	Quais são as questões socioambientais mais urgentes?		

FONTE: Adaptado de OTERO (2010).

Continua com a Questão 8.

8. Em relação a cada afirmativa abaixo-relacionada, avalie a “APLICABILIDADE” das ações socioambientais no seu setor.

EIXOS TEMÁTICOS		AVALIAÇÃO						COMPLEMENTAÇÃO
		1	2	3	4	5	D	
		LEGENDA: 1 – Não é aplicável no contexto do Setor; 2 – Não aplica; 3 – É pouco aplicada; 4 – É aplicada, mas desconhece a proporção; 5 – É totalmente aplicada; D – Desconhece ou não tem essa informação.						
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos								
1.	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel.							
2.	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos.							
3.	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia. (Decreto nº 4.131, de 14/12/2002)							
4.	Utiliza energia de fontes alternativas (solar, eólica, etc.).							
5.	Faz uso de contadores individualizados para controle do consumo de energia.							
6.	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água.							
7.	Faz captação e reuso de água de chuva.							
8.	Faz uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água.							
9.	Promove ações para uso equipamentos hidráulicos eficientes (descargas de acionamento duplo, torneiras com sensores, etc.).							
10.	Desenvolve alguma ação para preservação de nascentes, córregos, lagos, etc. no seu <i>campus</i> ?							
11.	Desenvolve alguma ação para controle de animais abandonados no <i>campus</i> .							
12.	A maioria dos veículos do setor é do tipo <i>flex</i> ou movido a biocombustíveis							
13.	Desenvolve ações de otimização do uso dos veículos.							
Eixo 2 – Gestão de resíduos gerados								
14.	Faz separação dos resíduos recicláveis descartados.							
15.	Realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto nº 5.940/2006 (destinação a associações e ou cooperativas de catadores).							
16.	A coleta seletiva atende a Resolução CONAMA nº 275/2005 (código de cores).							

EIXOS TEMÁTICOS	AVALIAÇÃO						COMPLEMENTAÇÃO
	1	2	3	4	5	D	
	LEGENDA: 1 – Não é aplicável no contexto do Setor; 2 – Não aplica; 3 – É pouco aplicada; 4 – É aplicada, mas desconhece a proporção; 5 – É totalmente aplicada; D – Desconhece ou não tem essa informação.						
17.	Trata e ou dá destinação adequada aos resíduos dos serviços de saúde, conforme Resolução RDC nº 306/2004 (ANVISA) e Resolução CONAMA nº 358/2005.						
18.	Destina adequadamente os resíduos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, cartuchos, drogas e resíduos de laboratórios,...).						
19.	Promove a movimentação adequada dos bens públicos obsoletos, conforme o Decreto nº 99.658/1990 (desfazimento).						
20.	Possui um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.						
21.	Possui Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção, segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002.						
22.	Destina adequadamente os resíduos líquidos (esgotos coletados e lançados diretamente na rede pública ou em fossas ou, ainda, tratados em ETEs no <i>campus</i>).						
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho							
23.	Oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores.						
24.	Atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações.						
25.	Possui ações voltadas para a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores.						
26.	Possui uma comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA).						
27.	Desenvolve ações voltadas para dar apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas).						
28.	Possui programa de saúde ocupacional e orientação nutricional.						
29.	Incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia e do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas.						
30.	Incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa.						
31.	Incentiva e respeita a liberdade de expressão, a privacidade e o tratamento interpessoal.						
32.	Faz registro de ocorrências relacionadas com a falta de segurança no setor.						

EIXOS TEMÁTICOS	AVALIAÇÃO						COMPLEMENTAÇÃO
	1	2	3	4	5	D	
	LEGENDA: 1 – Não é aplicável no contexto do Setor; 2 – Não aplica; 3 – É pouco aplicada; 4 – É aplicada, mas desconhece a proporção; 5 – É totalmente aplicada; D – Desconhece ou não tem essa informação.						
33.	Faz registro de acidentes de trabalho que ocorrem no setor.						
34.	Desenvolve ações de gestão dos espaços verdes no setor ou do <i>campus</i> , visando a saúde e bem-estar dos servidores.						
Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores							
35.	Desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos , voltadas para a sustentabilidade socioambiental.						
36.	Desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes , voltadas para a sustentabilidade socioambiental.						
37.	Desenvolve campanhas de conscientização para redução do consumo de materiais (papel, toner, copos descartáveis, etc.).						
38.	Desenvolve campanhas de conscientização para redução do consumo de energia .						
39.	Desenvolve campanhas de conscientização para redução do consumo de água .						
40.	Promove ações de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação dos recursos naturais.						
Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis							
As compras e contratações realizadas observam diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7.746/2012, tais como:							
41.	Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.						
42.	Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.						
43.	Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.						
44.	Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.						
45.	Segue diretrizes da Portaria SLTI/MP nº 02/2010, que tratam da Tecnologia da Informação (TI Verde).						
46.	Preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e ou recarga).						
47.	Exige que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.						

EIXOS TEMÁTICOS	AVALIAÇÃO						COMPLEMENTAÇÃO
	1	2	3	4	5	D	
	LEGENDA: 1 – Não é aplicável no contexto do Setor; 2 – Não aplica; 3 – É pouco aplicada; 4 – É aplicada, mas desconhece a proporção; 5 – É totalmente aplicada; D – Desconhece ou não tem essa informação.						
Eixo 6 - Construções, reformas e ampliações sustentáveis							
48.	Possui um Plano de Uso do Solo do <i>campus</i> .						
Nas construções, reformas e ampliações, incentiva e promove a sustentabilidade observando critérios da IN/MP nº 1/2010, tais como:							
49.	Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável.						
50.	Automação da iluminação do prédio, uso de sensores de presença.						
51.	Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes.						
52.	Uso de energia solar, ou outra energia limpa.						
53.	Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia.						
54.	Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados.						
55.	Aproveitamento da água da chuva.						
56.	Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.						
57.	Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.						

FONTE: Adaptado de FREITAS, BORGERT e PFITSCHER (2011) e BRASIL.MMA (2016).

Agradecemos a sua contribuição.

Função: _____ Setor: _____

Em, ____ / _____ / 2017.